



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

ANTÔNIO ELIAS QUARESMA PESSOA

INSERÇÃO E RENDA DE NÃO HÉTEROS: UMA ANÁLISE PANORÂMICA
PARA O BRASIL

BRASÍLIA, DF
2023

ANTÔNIO ELIAS QUARESMA PESSOA

**INSERÇÃO E RENDA DE NÃO HÉTÉROS: UMA ANÁLISE PANORÂMICA
PARA O BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso em Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas, sob a orientação da Prof(a). Dra. Maria Eduarda Tannuri-Pianto.

BRASÍLIA, DF
2023

ANTÔNIO ELIAS QUARESMA PESSOA

**INSERÇÃO E RENDA DE NÃO HÉTÉROS: UMA ANÁLISE PANORÂMICA
PARA O BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso em
Monografia apresentada ao
Departamento de Economia da
Universidade de Brasília como requisito
parcial à obtenção do grau de
Bacharelado em Ciências Econômicas,
sob a orientação da Prof(a). Dra. Maria
Eduarda Tannuri-Pianto.

Aprovado em ____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria Eduarda Tannuri-Pianto
Orientadora

Profª. Dra. Daniela Freddo
Professora Examinadora

BRASÍLIA, DF
2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

PQ1i PESSOA, Antônio Elias Quaresma
 INSERÇÃO E RENDA DE NÃO HÉTÉROS: UMA ANÁLISE PANORÂMICA
 PARA O BRASIL / Antônio Elias Quaresma PESSOA; orientador
 Maria Eduarda TANNURI-PIANTO. -- Brasília, 2023.
 107 p.

 Monografia (Graduação - Ciências Econômicas) --
 Universidade de Brasília, 2023.

 1. Econometria. 2. Discriminação. 3. Modelagem
 Estatística. I. TANNURI-PIANTO, Maria Eduarda, orient. II.
 Título.

Dedico essa monografia as minhas três avós. Três mulheres de vontade e luta que nas adversidades encontraram forças para viverem em plenitude. A morte não significa para elas, de qualquer maneira, o fim de suas histórias. Elas são eternas e para sempre estarão aqui... Com os que permanecem e com aqueles que virão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, sempre, a minha família. Meus pais, Luzia e Francisco, e minhas irmãs, Kamila e Fernanda, foram e continuam sendo parte importante da pessoa que sou. Cada um, com sua personalidade, vivência e bagagem, ensinou algo que me ajudou a construir o Antônio de hoje. Sempre estiveram ao meu lado e, por isso, sou grato. Dizem que família não se escolhe, mas, se eu pudesse escolher, não escolheria nenhuma outra, pois nas imperfeições da minha pude chegar até aqui, neste momento, não perfeito, mas sempre pronto para ser melhor.

Não posso deixar de agradecer também ao meu cunhado Hugo, meus sobrinhos Gael e Pétala e nossa mascote Liz – e todos os futuros membros da minha família.

Sou grato aos meus amigos que estiveram sempre comigo nos momentos mais cruciais da minha vida. Agradeço especialmente aqueles que estiveram comigo durante a graduação em Ciências Econômicas e continuem para a vida toda: Ana Luísa, Emanoela Bastos, Giovanna Rocha, João Romanow e Julia Reis.

Sou grato aos meus professores, a todos, mas especialmente aqueles que mostraram que eu não era menos capaz de alguma maneira. Geovana Bertussi, que foi meu primeiro contato com a economia durante a graduação e não poderia ter tido mais sorte. Flávio Versiani, a sabedoria em pessoa e o qual tive a honra de ser monitor diversas vezes. Daniela Freddo, que esteve comigo durante tantos momentos da graduação e muitas foi muito além de professora, amiga. Maria de Lourdes, com que eu aprendi que posso sempre ser melhor, mas que quando não consigo, não há vergonha em pedir ajuda. Enfim, agradeço a minha orientadora Maria Eduarda, pois foi com ela que conheci, em um momento de desilusão com o curso e comigo mesmo, a econometria, com o qual tive afinidade. A senhora com sua gentileza e paciência me mostrou que nem o mais complicado dos conteúdos precisa ser uma tortura de se aprender quando ensinado com gentileza e paciência.

O meu último agradecimento vai para aquela que, de certo modo, propiciou tudo isso: a Universidade de Brasília (UnB). Sobre ela, não há palavras suficientemente boas para descrevê-la nesse momento, fico, então, com uma que expressa sentimento: saudade.

RESUMO

A finalidade desse estudo é oferecer um panorama geral sobre as pessoas LGBTQIA+ na sociedade brasileira e contribuir para ampliação do debate. O discorrimento inicial oferece uma visão geral das principais características desse grupo abordando seu histórico e, após, discute estudos que permeiam seu papel socioeconômico na sociedade por meio da revisão de literatura. A parte final utiliza dados extraídos da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio Contínua, pesquisa amostral realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o instrumental econométrico para traçar o perfil socioeconômico desses indivíduos para o caso brasileiro e fazer uma avaliação estatística do grupo acerca das variáveis: educação, participação na força de trabalho e renda. Os resultados acerca das evidências encontradas de existência de discrepância na educação e na renda entre héteros e não héteros são debatidos. De forma final, são discutidas ainda nesse trabalho as limitações que o caráter dos dados referentes a população LGBTQIA+ impõe a investigação empírica.

Palavras-chave: Não Héteros; Educação; Trabalho; Renda; Discriminação.

ABSTRACT

The purpose of this study is to offer a general picture about LGBTQIA+ people in Brazilian society and to contribute to the broadening of the debate. The initial discourse offers an overview of the main characteristics of this group by addressing its history and, afterwards, it discusses studies that permeate its socio-economic role in society through the review of literature. The final part uses data extracted from the National Continuous Home Sample Survey, sampling research conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, and the econometric instrumental to draw the socio-economic profile of these individuals for the Brazilian case and create a statistical assessment of the group by using the variables: education, participation in the labour force and income. The results about the evidence found of the existence of discrepancies in education and income between straight and non-straight are debated. Finally, the limitations that the character of the data concerning the LGBTQIA+ population imposes on empirical research are also discussed in this work.

Keywords: Non-Straight; Education; Labour; Income; Discrimination.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: SEXO/GÊNERO.....	48
GRÁFICO 2: COR/RAÇA.....	49
GRÁFICO 3: IDADE – CÔNJUGE DO MESMO SEXO.....	51
GRÁFICO 4: IDADE – CÔNJUGE DO SEXO OPOSTO.....	51
GRÁFICO 5: NÍVEL DE INSTRUÇÃO/GRAU DE ESCOLARIDADE.....	54
GRÁFICO 6: REGIÃO DO DOMICÍLIO.....	56
GRÁFICO 7: REGIÃO DO BRASIL.....	57
GRÁFICO 8: RENDA MENSAL HABITUAL.....	58
GRÁFICO 9: HORAS TRABALHADAS SEMANALMENTE.....	60
GRÁFICO 10: TAXA DE OCUPAÇÃO.....	61
GRÁFICO 11: DIVERSÃO PARA AS VARIÁVEIS.....	65
GRÁFICO 12: VARIAÇÃO DA MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO.....	99
GRÁFICO 13: VARIAÇÃO DA PORCENTAGEM MÉDIA DE EMPREGADOS.....	100
GRÁFICO 14: VARIAÇÃO DA MÉDIA DE SALÁRIO RECEBIDO.....	101

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: OBSERVAÇÕES POR PERÍODO DA BASE BRUTA.....	33
TABELA 2: OBSERVAÇÕES POR PERÍODO DA BASE TRATADA.....	37
TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE TRIMESTRE COM PARTICIPAÇÃO DO INDIVÍDUO.....	39
TABELA 4: PADRÃO DE FREQUÊNCIA DA OBSERVAÇÕES.....	40
TABELA 5: VARIÁVEIS CONSTRUÍDAS.....	41
TABELA 6: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS.....	46
TABELA 7: POPULAÇÃO COM CÔNJUGE OU COMPANHEIRO.....	63
TABELA 8: VARIÁVEIS DISCREPANTES.....	64
TABELA 9: ESTIMAÇÃO DO MODELO BASE DE EDUCAÇÃO.....	70
TABELA 10: ESTIMAÇÃO DOS MODELO ESPECIFICADOS DE EDUCAÇÃO....	72
TABELA 11: ESTIMAÇÃO DO MODELO BASE DE FORÇA DE TRABALHO.....	76
TABELA 12: ESTIMAÇÃO DOS MODELOS ESPECIFICADOS DE FORÇA DE TRABALHO.....	77
TABELA 13: ESTIMAÇÃO DO MODELO BASE DE RENDA.....	80
TABELA 14: ESTIMAÇÃO DOS MODELOS ESPECIFICADOS DE RENDA.....	83
TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO DE PROPENSITY SCORES PARA EDUCAÇÃO.....	88
TABELA 16: EFEITO MÉDIO DE TRATAMENTO PARA EDUCAÇÃO.....	89
TABELA 17: DISTRIBUIÇÃO DE PROPENSITY SCORES PARA FORÇA DE TRABALHO.....	91
TABELA 18: EFEITO MÉDIO DE TRATAMENTO PARA FORÇA DE TRABALHO.....	92
TABELA 19: DISTRIBUIÇÃO DE PROPENSITY SCORES PARA RENDA.....	94
TABELA 20: EFEITO MÉDIO DE TRATAMENTO PARA RENDA.....	95

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: SELEÇÃO DE PERFIL PARA COMPARAÇÃO.....	66
FIGURA 2: EXEMPLO DE <i>PROPENSITY SCORE MATCHING</i>	67

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. MOTIVAÇÃO.....	15
1.2. OBJETIVO	16
2. PANORAMA LGBTQIA+: CONTEXTO SOCIAL E HISTÓRICO	17
3. PANORAMA LGBTQIA+: CONTEXTO ECONÔMICO E ESTATÍSTICO	23
3.1. MERCADO DE TRABALHO	23
3.1.1. PROMOÇÃO HIERÁQUICA E RENDA.....	23
3.1.2. OCUPAÇÃO EM CARGOS DE LIDERANÇA.....	24
3.1.3. PERMANÊNCIA NO EMPREGO.....	25
3.2. PESQUISAS	26
3.2.1. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES.....	26
3.2.2. PERFIL DOS RESPONDENTES	27
3.2.3. PARTICIPAÇÃO DOS RESPONDENTES	28
3.2.4. DIVERGÊNCIA DE RESPONDENTES POR GERAÇÃO.....	30
4. DADOS	32
4.1. BASE DE DADOS	33
4.1.1. BASE DE DADOS BRUTA.....	33
4.1.2. VARIÁVEL DE IDENTIFICAÇÃO	35
4.1.3. BASE DE DADOS TRATADA.....	37
4.1.4. ESTUDO DO PAINEL.....	40
4.1.5. VARIÁVEIS	41
4.1.6. LIMITAÇÕES DA BASE DE DADOS	44
5. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	45
5.1. SUMÁRIO DE DADOS	45
5.2. GRÁFICOS EXPLICATIVOS	48
5.2.1. SEXO/GÊNERO	48

5.2.2.	COR/RAÇA.....	49
5.2.3.	IDADE.....	52
5.2.4.	NÍVEL DE INSTRUÇÃO/GRAU DE ESCOLARIDADE.....	54
5.2.5.	REGIÃO DO DOMICÍLIO.....	56
5.2.6.	REGIÃO DO BRASIL.....	58
5.2.7.	RENDA MENSAL HABITUAL.....	59
5.2.8.	HORAS TRABALHADAS SEMANALMENTE.....	61
5.2.9.	TAXA DE OCUPAÇÃO.....	62
6.	METODOLOGIA.....	63
6.1.	VIÉS DE SELEÇÃO AMOSTRAL.....	63
6.1.1.	MÉTODO DE COMPARAÇÃO PELO PERFIL ADERENTE.....	66
6.1.2.	MÉTODO PROPENSITY SCORE MATCHING.....	67
6.2.	MÍNIMOS QUADRADOS ORDINÁRIOS.....	69
6.3.	MODELO PROBIT.....	70
7.	MODELOS E ESTIMAÇÕES.....	70
7.1.	MÉTODO DE ANÁLISE PELO PERFIL ADERENTE.....	70
7.1.1.	EDUCAÇÃO.....	71
7.1.2.	PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO.....	76
7.1.3.	RENDA.....	80
7.2.	MÉTODO DE ANÁLISE PELO <i>PROPENSITY SCORE MATCHING</i>	87
7.2.1.	EDUCAÇÃO.....	88
7.2.2.	PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO.....	91
7.2.3.	RENDA.....	94
7.3.	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS POR PERFIL ADERENTE E POR <i>PROPENSITY SCORE MATCHING</i>	96
8.	EVOLUÇÃO PERÍODO A PERÍODO.....	98
8.1.	COMPARATIVO PARA EDUCAÇÃO DE 2012 A 2019.....	98

8.2. COMPARATIVO PARA PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO DE 2012 A 2019	99
8.3. COMPARATIVO PARA RENDA DE 2012 A 2019.....	100
9. COMENTÁRIO FINAL	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

1. INTRODUÇÃO

1.1. MOTIVAÇÃO

Apesar de serem parte relevante da população, os LGBTQIA+ são considerados uma minoria social da população global. Como acontece com as minorias sociais, essa comunidade está exposta a discriminação em suas mais distintas faces. Com a chega do século XXI, é comum pensar que esses são problemas passados, que no tempo da inteligência artificial e combate a crise climática esse debate foi superado, infelizmente, essa não é a situação real. A discriminação contra LGBTQIA+ é mais atual que nunca e tem despertado interesse de diversos setores da sociedade.

Homens e mulheres que rompem com convenções sociais de gênero e sexualidade estão particularmente expostos a situações de violência e discriminação. Ainda que de divulgação relativamente recente, conceitos como violência contra homossexuais, violência e discriminação homofóbica e homofobia vêm sendo utilizados por ativistas e pesquisadores na tentativa de compreender a especificidade desse fenômeno, alvo de preocupação crescente não só por parte da militância, mas também dos governos e da mídia (MONTEIRO; VILLELA, 2013, p. 145).

O interesse crescente sobre assunto surge atrelado a outros fatores como racismo, misoginia, machismo, xenofobia e mais. A realização de que marginalizar determinados grupos da sociedade gera perdas econômicas, sociais e políticas coletivas no longo prazo tem se tornado cada vez mais abrangente nas pessoas. O lado moral e ético também pesa, de modo que cada vez mais se torna óbvio que o cerceamento de direitos civis de qualquer natureza não é justificável de maneira alguma quando baseado em raça, gênero, nacionalidade, etnia, orientação sexual e outros (WEICHSELBAUM, 2003).

Entender que o problema existe é sempre o primeiro passo. Pode-se dizer que o primeiro passo ainda não foi completamente dado por todos, mas está em vias de – visto que cada vez mais dimensionado na sociedade que a franca situação de discriminação LGBTQIA+fóbica normalizada é, assim como o racismo, o machismo, entre outros, de todo modo errada. Estudar e entender o problema para, por fim, propor soluções, é o segundo passo (WEICHSELBAUM, 2003).

Poucas são as intercorrências negativas que se solucionam por conta própria; o preconceito não é uma delas. São necessárias ações de cunho público e privado para, no longo prazo, reverter esse quadro. Ações, entretanto, devem ser construídas com base em

um cenário, em informações. São, para tanto, necessários cada vez mais estudos que pontuem o problema, estudos que especifiquem as causalidades do problema e estudos que proponham soluções. A academia e suas produções não são, de fato, toda a solução, mas como em diversas outras situações, podem, no caso da discriminação contra a comunidade LGBTQIA+, ser parte dela.

1.2. OBJETIVO

O estudo tem como objetivo oferecer um panorama sobre a situação socioeconômica dos LGBTQIA+ com foco no Brasil. O propósito é contribuir para o debate acerca do papel desse grupo na sociedade do ponto de vista econômico lançando luz ao assunto por meio das referências propostas e das análises estatísticas realizadas.

Determinar quem são, qual a sua relevância e como a literatura econômica - com foco em estatística – os têm abordado é ponto cerne da primeira parte. Entender o que foi feito até aqui e quais as limitações que o assunto por si só possui fornece embasamento para a segunda parte.

Do ponto de vista estatístico, a segunda parte do estudo pretende traçar o perfil desses indivíduos no Brasil e avaliar se existem evidências de discrepâncias provenientes da discriminação entre héteros e não héteros para três vertentes: educação, participação na força de trabalho e renda. A segunda metade – final -, discorrerá também sobre todas as limitações estatísticas dos dados utilizados que não são de qualquer forma ideais.

Na primeira metade do estudo, a primeira seção, deste ponto em diante, aborda o contexto social e histórico dos LGBTQIA+ através da revisão de literatura de estudos relevantes nas áreas de história, sociologia, antropologia e psicologia. O objetivo da seção é construir um panorama da persona do objeto de estudo. A seção de contexto econômico e estatístico também parte de uma revisão de literatura, mas com objetivo de construir o panorama existente de estudos sobre os LGBTQIA+ nas ciências econômicas e estatísticas. Essa seção é relevante para corroborar ou não os dados encontrados na parte seguinte do estudo.

Na segunda metade do estudo, seção de dados traz uma análise completa da base dados que está sendo utilizada para as inferências propostas. Nas estatísticas descritivas são delimitadas as principais características das observações. A metodologia descreve os modelos e métodos utilizados para as estimações a cerca da renda, educação e

participação na força de trabalho. Por fim, a seção de modelos e estimativas descreve a modelagem e os resultados obtidos para as análises de educação, renda e participação na força de trabalho.

2. PANORAMA LGBTQIA+: CONTEXTO SOCIAL E HISTÓRICO

A parcela da população conhecida atualmente como comunidade LGBTQIA+, já foi popularmente nomeada de diversas maneiras na literatura ao longo da história. Constantemente referenciada como “GLS” durante a década de 2000 e como “LGBT” no início dos anos 2010, a comunidade adotou “LGBTQIA+” e suas variações (como LGBTQIAPN+ e LGBTQIAP+) a partir de meados da década passada (OZEREN, 2013). A sigla engloba pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e travestis, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

Segundo Ozeren (2013), as pessoas LGBTQIA+ podem ser definidas como aquelas que destoam da heteronormatividade e/ou cisgenaridade. Aqueles destoam da heteronormatividade e da cisgenaridade são, respectivamente, as pessoas que se identificam como não héteros – as quais não se atraem de maneira geral ou de maneira exclusiva pelo sexo ou gênero oposto; como é o caso de lésbicas, gays, bissexuais e pansexuais - e/ou não-cisgêneros – as quais se identificam com quaisquer identidades de gênero que divergem do sexo biológico; como é o caso de transsexuais e travestis (OZEREN, 2013). Essas definições estão em constante mutação, mas são capazes de representar o porquê dessa população ter sido inviabilizada por grande parte da história humana: elas destoam do estado de tradição social construído ao longo da história e que perpetua pela maior parte das sociedades humanas atuais, incluindo a brasileira (OZEREN, 2013).

Em 2022, Brahma (2022) pontuou que o rol de identidades as quais os indivíduos da comunidade LGBTQIA+ se identificam está em processo de “ampliação” acelerada nos últimos anos. Segundo ela, essa ação acelerada está intimamente relacionada ao fato de que nas últimas décadas uma parte significativa da população tem, de forma mais assídua, buscado explorar e expressar mais livremente a diversidade na psique e personalidade humana, ação que era completamente inviável na maior parte das sociedades históricas (BRAHMA, 2022). A mente humana é mutável pelo tempo, pelo contexto social e pelo contexto pessoal, logo haverá tantas versões da personalidade e identidade humana quantos forem as pessoas vivendo naquele momento e naquele lugar

(BRAHMA, 2022). Nesse sentido, as pessoas da comunidade LGBTQIA+ nada mais são que uma parcela da população que representa a distinção de aspectos da humanidade por meio de tópicos como orientação sexual e identidade de gênero.

Nesse cenário, diversos autores como a Carpente (2016) questionam qual seria o motivo de haver tanta notoriedade e discussão em torno de um grupo que representa aspectos da diversidade social e biológica. Por que a cor do cabelo ou preferência por gêneros musicais não geram tantas discussões como a orientação sexual se ambos versam, de maneira geral, sobre diferenças entre seres humanos? Segundo ela, a resposta consiste no fato de que houve durante grande parte da história - e ainda há em diversos contextos - uma norma social a ser seguida para orientação sexual e para o gênero (CARPENTE, 2016). Essa norma social, na maior parte das vezes é fortemente construída sob as bases dos mais diversos preceitos religiosos e de fé de maneira associada ou dissociada, costuma apontar a heterossexualidade e o gênero baseado no sexo biológico como a norma a ser seguida (CARPENTE, 2016). A todos que se desviam da norma fica reservado sanções sociais porque entende-se coletivamente que as divergências que esses indivíduos causam podem afetar uma das mais fortes bases de uma organização social: a tradição (CARPENTE, 2016).

Com o apontamento de que se trata de conjunturas intrinsecamente diferentes apesar de algumas semelhanças, a autora compara a situação dos LGBTQIA+ a pessoas pretas nos países ocidentais e as mulheres na sociedade global, ou seja, outros dois grupos que representam a diversidade humana e são também protagonistas em debates sociais, políticos e econômicos notórios (CARPENTE, 2016). Ao se referir as pessoas pretas nas nações do ocidente, a autora relembra que nesses locais a vinda de pessoas pretas se deu por meio do processo de escravização, logo, elas foram, durante esse processo de desumanização, despidas de direitos em quaisquer formas (CARPENTE, 2016). Com o passar dos anos, o fim da escravidão dos povos pretos e o reconhecimento em si enquanto seres portadores de dignidade humana e civil, as pessoas pretas passaram a lutar por direitos políticos, econômicos e sociais em diferentes esferas (CARPENTE, 2016).

De forma semelhante, as mulheres, que historicamente ficaram adjacentes a sociedade, subjugadas ao papel único de procriação e subserviência, de maneiras distintas ao redor do mundo, conseguiram galgar aos poucos direitos políticos, econômicos e sociais, mas ainda sem sucesso na busca da equidade de gênero (CARPENTE, 2016). É nesse ponto que Carpenter (2016) infere que a notoriedade e discussão envolta sobre o

grupo LGBTQIA+, assim como nas discussões que envolvem as pessoas pretas e as mulheres, reside no fato de que a essas pessoas, que compõem esses grupos, foram negados direitos e liberdades que suas contrapartes – aqueles que lhes fazem oposição social¹ (brancos, homens e pessoas héteros) - possuíam.

Ao tomarem consciência de sua posição social e reivindicarem aquilo que lhes julgam cabido – direitos e liberdades -, afrontam os sujeitos que são suas contrapartes e sempre gozaram desses direitos que, por seu caráter de não plenitude social, acabam por se caracterizarem como privilégios (CARPENTE, 2016). Assim, para parte dos homens que sempre gozaram de seus direitos sociais, políticos e econômicos, as mulheres galgarem papéis similares ou mais importantes dentro de suas realidades enfraquece as bases de sua sociedade (CARPENTE, 2016). Para parte dos brancos idem, pois ao tentar reparar distorções históricas em busca de equidade para pessoas pretas, se afeta novamente pilares importantes dessa mesma sociedade (CARPENTE, 2016).

No momento o qual as pessoas LGBTQIA+ tentam galgar direitos, alguns deles simples, segundo a autora, como o de não sofrer violências nas ruas, cria-se um pensamento coletivo de parte das pessoas héteros e cisgêneros de que isso também os afeta (CARPENTE, 2016). No imaginário coletivo, cria-se, para parte relevante do grupo, a ilusão de que ao adquirem certos direitos e liberdades, os LGBTQIA+ acabam por “parasitar” direitos e liberdades dos não LGBTQIA+ (CARPENTE, 2016). Assim, a notoriedade dessa discussão, que acaba por gerar um papel antagonista forte de grande parte da população, vem das tentativas de ascender socialmente por parte dos grupos que foram historicamente marginalizados e subjugados – em foco nesse estudo: os LGBTQIA+ -, o que é tomado como ataque ao estado presente de uma sociedade e a sua tradição (CARPENTE, 2016).

É com base no ataque a tradição também que atores anti-LGBTQIA+ argumentam que a comunidade é uma criação moderna e que tem objetivo de findar aspectos considerados basilares a sociedades modernas, como: família, tradição e continuidade geracional (OWENS; MILLS, 2021). Ao serem antagonizadas as instituições tão importantes e presentes em quase toda cultura no planeta, as pessoas LGBTQIA+ se tornam, aos olhos da sociedade com um todo, uma construção social recente que tem

¹ Carpente, 2016, descreve oposição social como o grupo necessariamente oposto e que detém os direitos os quais o grupo da ação busca.

como objetivo o colapso dessa mesma sociedade (OWENS; MILLS, 2021). Todo e qualquer aspecto psicológico é ignorado e preceitos religiosos ou culturais são utilizados com justificativa para desacreditar a sua existência e apontá-la como uma criação que é datada (OWENS; MILLS, 2021).

Entretanto, diversos estudos como o da Metzger (2020) contra-argumentam que apesar de os LGBTQIA+ enquanto organização política e social serem sim uma construção recente que data da metade final do último século – com mais ênfase a partir da Revolta de Stonewall², ocorrida em Nova Iorque, Estados Unidos da América, em 1968 -, não há base na psicologia ou na história para negar a existência desses indivíduos antes desse período (METZGER, 2020). Para o estudo, as pessoas enquanto não héteros e não cisgêneros sempre existiram pois não há evidências que apontem para quaisquer eventos históricos importantes que poderiam influenciar na mudança de hábitos sexuais e de identificação de gênero de um grupo tão grande, diverso biologicamente e aleatório cultural e geograficamente (METZGER, 2020).

Comportamentos divergentes a heterossexualidade e cisgenaridade foram registrados em quase toda sociedade ao longo da história. Em alguns casos, como na Grécia Pré-Homérica (XX – XII a.C.) até a Grécia Helenística (IV –II a.C.), documentos e artefatos históricos apontam que comportamentos tidos como fortemente homossexuais eram naturalizados na ordem social da época (METZGER, 2020). Em diversas outras regiões e período históricos do mundo, é possível observar evidências que apontam para o mesmo caminho: a presença da divergência na orientação sexual e na identidade de gênero, o que aponta para o fato de que ela é tão antiga quanto a organização social humana e já foi por alguns períodos e sociedades considerada, de diversas maneiras e dadas as distinções culturais e de época, natural (METZGER, 2020). Fica claro então, tanto do ponto de vista histórico, quanto do ponto de vista psicológico, que as pessoas LGBTQIA+ não são uma construção moderna e que para essas ciências sempre existiram, e o que há de novo é a organização do grupo de forma política, econômica e social.

Por representar diversidade, esse grupo acaba sendo apontado pelos demais a quem dele como transgressores do *status quo* da sociedade. Suas reivindicações por direitos

² Na data de 28 de junho de 1969, o bar conhecido como Stonewall Inn, na cidade Nova York, tornou-se o epicentro de uma revolução social. Após sofrerem frequentes abordagens policiais violentas no estabelecimento, cujos clientes eram sobretudo membros da comunidade LGBT+, a comunidade local resolveu se manifestar e pela primeira vez respondeu as agressões sofridas. O levante desencadeou nos anos que se seguiram uma série de manifestações em busca do direito dos LGBTQIA+.

legais, sociais, políticos e econômicos acabam por ir contra preceitos conservadores e arraigados nas diferentes culturas ao redor do mundo. Nesse contexto, as ações discriminatórias voltadas a essas pessoas são, de maneira geral, normalizadas no cotidiano e vistas por grande percentual da população como comum ou sem relevância (DWORKIN, 2013). Em diversos casos, ou em ambientes da sociedade onde a discriminação não é naturalizada, a estratificação social acaba por, em muitas ocasiões, disfarçar o alcance do preconceito e de todas as consequências dele sobre outros grupos que não aquele em que o sujeito que observa está inserido (DWORKIN, 2013). Isso posto, a discriminação de setores majoritários da sociedade contra esses sujeitos ocorre de ambas as maneiras: velada e direta (DWORKIN, 2013).

De forma velada, pois diversos preceitos discriminatórios são reproduzidos diariamente em forma de micro agressões que afetam o bem-estar social, ou seja, são ações discriminatórias que são relativizadas por serem consideradas cotidianas e, por consequência, normais (DWORKIN, 2013). É comum entre as pessoas de diversas faixa etárias a prática de *bullying*, um ato de intimidação sistemática que envolve, entre outras ações, a humilhação por meio de apelidos e ofensas; em diversos casos, principalmente entre jovens, as ofensas e apelidos tem caráter homofóbico e tentam associar a homossexualidade a um contexto negativo (DWORKIN, 2013). Se cria desde muito cedo uma aversão entre pessoas de diversas orientações sexuais a visão de que ser LGBTQIA+ é ruim e errado (DWORKIN, 2003). As micro agressões cotidianas tem dois efeitos distintos: primeiro, nas pessoas héteros cria repulsa, despreço e/ou desgosto voltado as pessoas LGBTQIA+; segundo, nas próprias pessoas LGBTQIA+, gera diversos problemas psicológicos, como problemas de aversão a si mesmo, dificuldades de autoaceitação, aumento da repressão a impulsos naturais a sexualidade e a diversas outras emoções, além da dificuldade de identificação como indivíduo social (DWORKIN, 2003).

As discriminações de forma direta também são comuns, já que as violências físicas e tentativas de assassinatos são normalizadas na vida dessas pessoas em diversas partes do mundo, sendo (em 2021) inclusive amparadas pela legislação em mais de 69 países³ nos quais são permitidos desde a aplicação de encarceramento até pena de morte para

³ Dia do Orgulho Gay: Países onde é ilegal ser homossexual. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57641679>. Acesso em: 23 nov. 2022.

pessoas que são apontados como LGBTQIA+ ou que reproduzem comportamentos ou “propagandas” relacionadas ao grupo. A violência física contra o grupo, amparada ou não pela legislação, é comum em todo o mundo, mesmo em países considerados mais progressistas ao assunto, e leva em menor ou maior grau diversas pessoas a enfrentarem os mesmos problemas causados pelas violências que ocorrem de maneira velada (DWORKIN, 2003).

No Brasil, a homofobia, discriminação pela orientação sexual, e a transfobia, discriminação contra pessoas trans, são reconhecidas como crimes inafiançável e imprescritível desde 2019, quando em decisão do Supremo Tribunal Federal, em resposta a uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO 26), foram equiparadas ao crime de racismo⁴. A decisão foi seguida pela maioria dos ministros e abordada em três pontos. O primeiro ponto discorre que, até que o Congresso Nacional edite uma lei específica sobre o assunto, as condutas homofóbicas e/ou transfóbicas, de caráter real ou suposto, começam a se enquadrar nos crimes descritos na lei 7.716/2018 e, para o caso de homicídio doloso por configurar motivo torpe. O segundo ponto discorre que, a decisão prevê que a repressão e aplicação de pena discriminação do tipo homo transfóbica não afeta e nem restringe o exercício da liberdade religiosa previsto constitucionalmente, desde que tais manifestações religiosas não configurem discurso de ódio aos indivíduos ou aos grupos. Por fim, a tese em vigor discorre que o conceito de racismo ultrapassa aspectos que são estritamente biológicos ou fenotípicos e perpassa pela negação da dignidade e da humanidade de grupos vulneráveis e minorizados.

O contexto histórico-social discorrido e o qual a população LGBTQIA+ está inserida tem como consequência a perda de atributos importantes ao estado de bem-estar de um indivíduo. A “autora” argumenta que essas anomalias só podem ser resolvidas pela transformação cultural, entretanto, para ela, a transformação cultural não natural (aquela que acontece de forma estimulada) só pode ser feita por meio de políticas públicas. O problema reside exatamente neste ponto: políticas públicas eficazes exigem a construção de um escopo – uma pintura da realidade, como designa a autora – e para isto são necessários dados estatísticos. Acontece que as pessoas LGBTQIA+ são consideradas um grupo marginalizado e de minoria - tanto social, quanto absoluta - e assim como aconteceu

⁴ STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Supremo Tribunal Federal, Brasília, 13 de junho de 2019. P.1 Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 26 dez. 2022.

e acontece com outros grupos marginalizados e de minorias, os dados estatísticos tendem, por diversos motivos, a serem insuficientes e não adequados.

3. PANORAMA LGBTQIA+: CONTEXTO ECONÔMICO E ESTATÍSTICO

Um dos fatores mais relevantes para a construção de estudos econômicos e/ou estatísticos são os dados sobre o objeto, entretanto a população LGBTQIA+ é por diversos motivos difícil de ser mensurada e quantificada de forma absoluta; dados qualitativos que permitem estudos de perfil também são escassos. A discriminação latente e disseminada pela sociedade em todas as regiões do mundo, em maior ou menor grau, e o fato de a orientação sexual ser uma característica não observável faz com que esses indivíduos só possam ser identificados estatisticamente por meio da autodeclaração. O receio de retaliação social, política, física ou econômica leva a maior parte desses indivíduos a não se autodeclararem LGBTQIA+ ou a darem declarações falsas, e por esse motivo, a maior parte das pesquisas que medem o volume ou outras características de pessoas com orientações sexuais diferentes da heterossexual acabam por subestimar de maneira grosseira a população e enviesar os resultados.

Os estudos que têm como objeto a população lésbica, gay, bissexual e transexual tomaram força principalmente a partir dos anos 1990; nesse período, diversos países da Europa ocidental começaram a descontinuar leis que versavam sobre “propaganda homossexual”, descriminalizando na prática o ato de falar sobre homossexualidade. Com o começo do novo milênio, a maior parte dessas pesquisas acadêmicas focava principalmente em aspectos sociais e políticos relacionados à repressão de governos e organizações contra esses sujeitos e o estigma que os acompanhava desde a epidemia de AIDS na década de 1980. Nesse período, poucos foram os estudos econômicos e estatísticos, que só começaram a tomar mais volume entre o fim dos anos 2000 e início dos anos 2010. Por sua escassez, as pesquisas anteriores ao novo milênio possuem hoje grande importância para ajudar a desenhar o cenário da época no que tange o mercado de trabalho e as pesquisas.

3.1. MERCADO DE TRABALHO

3.1.1. PROMOÇÃO HIERÁQUICA E RENDA

Uma das pioneiras no segmento dentro da academia, M. V. Lee Badgett, em seu estudo de 1995, procurou observar como fatores relacionados à renda e aos processos

de promoção hierárquico em empresas variavam no caso de indivíduos abertamente não heterossexuais (BADGETT, 1995). Para tanto, a autora observou dois grupos de uma pesquisa nos Estados Unidos: pessoas que se declaravam heterossexuais e pessoas que se declaravam gays ou lésbicas (BADGETT, 1995). Badgett acompanhou o histórico salarial e o número de promoções recebidas controlando para fatores como educação, idade, experiência, gênero e tempo na função exercida, mas também buscou salientar a forte presença de um viés de seleção amostral que precisou ser trabalhado. (BADGETT, 1995). Foi observado para indivíduos com características semelhantes: indivíduos inseridos no grupo de héteros obtiveram promoções hierárquicas em 36% menos tempo na média do que os indivíduos do grupo de gays e lésbicas (BADGETT, 1995). Entretanto, a discrepância na renda aconteceu de maneira mais acentuada, já que, na média, os indivíduos do grupo de pessoas héteros receberam cerca de 2,7% de reajuste salarial a cada promoção, enquanto os indivíduos do grupo de não héteros receberam 1,6% de reajuste salarial a cada remuneração (BADGETT, 1995).

Badgett (1995) ainda chama atenção para outro fator: um efeito multiplicador na discriminação para os indivíduos que faziam parte de mais de uma minoria social (BADGETT, 1995). Mulheres lésbicas demoraram mais tempo na média para uma promoção e receberam menor percentual de reajuste do salário que homens gays; ambos, mulheres lésbicas e homens gays tiveram desvantagem quando comparados a mulheres e homens héteros (BADGETT, 1995). Mulheres lésbicas brancas e homens gays brancos tiveram promoções mais rápidas e como melhor reajuste percentual de salário que mulheres lésbicas negras/latinas e homens gays negros/latinos (BADGETT, 1995). Com isso, a autora identificou que a maior discrepância entre os subgrupos da amostra ocorreu entre os homens brancos héteros e as mulheres negras lésbicas (BADGETT, 1995).

3.1.2. OCUPAÇÃO EM CARGOS DE LIDERANÇA

Esse estudo mais recente teve como objetivo identificar se existia alguma evidência de que pessoas que se autodeclararam publicamente gays, bissexuais e lésbicas ocupavam proporcionalmente menos cargos de liderança nas empresas que trabalhavam do que os gays, bissexuais e lésbicas que não se autodeclararam publicamente (WIGHT; LEBLANC, 2013). Richard Wight e Allen Leblanc, em 2019, nos Estados Unidos, por meio de pesquisa por e-mail e não identificada pelo respondente, questionaram um grupo de indivíduos aleatórios, entre outras questões, se

eles eram gays, bissexuais, lésbicas ou héteros e caso tivessem assinalado alguma das opções que não “hétero”, se eles se consideravam assumidos publicamente ou não (WIGHT; LEBLANC, 2013). Também foram questionados quanto a educação, trabalho, idade, raça, entre diversos outros fatores (WIGHT; LEBLANC, 2013).

Foram obtidos na amostra dois grupos que foram selecionados para o estudo: pessoas gays, bissexuais e lésbicas que declararam se considerar publicamente assumidas e as pessoas gays, bissexuais e lésbicas que declararam não se considerar publicamente assumidas (WIGHT; LEBLANC, 2013). Os autores então buscaram controlar a amostra para fatores como nível educacional, anos de educação, raça, idade, tempo de experiência e outras características que consideraram relevantes, de modo que pessoas do com certo tempo de educação fossem comparadas apenas com aquelas que tivessem tempo de educação semelhante e assim por diante (WIGHT; LEBLANC, 2013). O grupo de gays, bissexuais e lésbicas que se consideravam publicamente assumidos apresentou uma taxa de ocupação proporcionalmente menor de cargos de liderança quando comparados ao grupo base: o de não publicamente assumidos (WIGHT; LEBLANC, 2013). Além de ocuparem proporcionalmente menos cargos de liderança, o valor do GAI (*Gross Annual Income*) obteve coeficiente linear negativo, um indício de que os ganhos anuais brutos de salário das pessoas gays, bissexuais e lésbicas publicamente assumidas eram menores, na média, que os das pessoas gays, bissexuais e lésbicas não publicamente assumidas (WIGHT; LEBLANC, 2013).

3.1.3. PERMANÊNCIA NO EMPREGO

ROSENTEL; HILL (2020) observaram, no Reino Unido e Alemanha, que homens que se autodeclararam gays e homens que se autodeclararam héteros durante os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 com objetivo de identificar se existia alguma causalidade distinta relevante na permanência no emprego entre os dois grupos da amostra. Os autores buscaram em seu estudo segmentar as observações por setores da economia, por isso agregaram as observações de acordo com o seu tipo de trabalho declarado em diferentes setores: construção civil, agronegócio, saúde, educação, financeiro, serviços, entre outros. Para efeito de análise, os setores foram segmentados e classificados de acordo com o tempo médio de educação formal dos empregados no setor (ROSENTEL; HILL, 2020).

Ao controlar para os outros fatores, foi identificado que homens gays assumidos passaram em média 32% menos tempo empregados que homens héteros em setores em que a média de anos de educação formal dos empregados era menor, como a construção civil – no qual foram agregados os pedreiros, eletricitas - e o agronegócio – no qual foram agregados profissionais do campo - (ROSENTEL; HILL, 2020). Quando observados os setores que possuíam maior média de tempo de educação formal dos empregados, como o setor de saúde – no qual foram agregados médicos, enfermeiros - e o setor financeiro – onde foram agregados bancários, analistas financeiros –, o tempo de permanência de homens gays no seu ambiente de trabalho foi 7% menor que o de homens héteros com características semelhantes no mesmo tipo emprego (ROSENTEL; HILL, 2020). Os autores discutiram sobre os motivos que levavam a menor permanência de homens gays no emprego quando comparados a homens héteros e concluiriam que existia forte evidência de fatores não controláveis como ocasionadores dessa anomalia (ROSENTEL; HILL, 2020). Os autores disseram que ações como a discriminação no ambiente de trabalho podem ter forte impacto no tempo em que homens gays passam empregados em determinados setores da economia, por se caracterizar, à primeira vista, como única distinção relevante de perfil entre homens gays e héteros, entretanto por não ser uma característica observável na amostra não há como tomar essa causa como resultado estatístico, sendo ela conjecturável apenas na discussão com base em outras referências textuais (ROSENTEL; HILL, 2020).

3.2. PESQUISAS

3.2.1. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES

Badgett (1995) em estudo sobre renda e promoções hierárquicas em empresas dos Estados Unidos ainda versou sobre outro tema relevante: os dados não ideais e a dificuldade em selecionar e observar os indivíduos não héteros na amostra

. Ela afirma que, apesar da evolução na captação de dados nos Estados Unidos, foi bastante difícil identificar e selecionar de forma satisfatória como objeto quem seriam as pessoas não hétero dentro do banco de dados (BADGETT, 1995). Basicamente, o cenário de 28 anos atrás, o qual Badgett enfrentou para realização do estudo, só permitiu a identificação de pessoas não hétero caso estivessem em uma união estável como uma pessoa do mesmo sexo (não ironicamente, esse tem sido caso dos dados do Brasil nos últimos anos) (BADGETT, 1995). No banco de dados, o único

questionamento em que se versou sobre orientação sexual dos indivíduos foi um questionamento ao respondente sobre o seu parceiro (se aplicável), em que se perguntava “Está em um relacionamento estável com um companheiro(a) do mesmo sexo?”, as respostas eram “sim”, “não” e “não aplicável”, este último para aqueles que não estavam em uma união estável (BADGETT, 1995).

Badgett argumenta que o questionamento por si só não é eficiente em identificar eficientemente as pessoas não héteros, pois por seu próprio caráter já exclui parte dessa população já que é possível identificar a existência de um viés de seleção amostral (BADGETT, 1995). As pessoas que declararam estar em uma união estável com pessoa do mesmo sexo nos Estados Unidos eram predominantemente brancas, mais velhas e mais escolarizadas, o que por si só já eliminaria uma parte relevante da plenitude do grupo objeto pretendido (BADGETT, 1995). A autora pontua que naquela época a união estável era nos Estados Unidos lida com as mesmas características do casamento civil em si e que, para grande parte das pessoas, a definição de união estável estava comumente ligada ao fato de duas pessoas em uma relação amorosa morarem juntas (BADGETT, 1995). Há ainda o fato relevante de que pessoas do mesmo sexo observavam a instituição do casamento como algo heterossexual e ao responderem a pesquisa tendiam a realizar uma equivalência e por esse motivo não consideravam estar em uma união estável com seu parceiro, assim não aparecendo sequer entre as observações dessa variável (BADGETT, 1995). Ela ainda aponta que indivíduos bissexuais que estivessem em uma relação com o sexo oposto, ou seja, homens e mulheres bissexuais que estivessem casados ou em uma união estável com pessoa do sexo oposto não eram considerados (BADGETT, 1995).

3.2.2. PERFIL DOS RESPONDENTES

Ainda sobre artigo de 1995, de M. V. Lee Badgett, o questionamento da pesquisa utilizado para identificar as pessoas não hétero acarretou, como já mencionado, um relevante viés de seleção amostral, tendo a amostra, segundo a autora, um desvio das características mais fortemente esperadas em pessoas numa união estável nos anos 1990 e das características esperadas da população (BADGETT, 1995). Portanto, o perfil das pessoas hétero em união estável seguiu, com certo desvio, o perfil da população total da amostra. Entretanto, quando observados os não héteros em união estável, identificou-se uma concentração mais frequente entre pessoas mais velhas, com maior tempo de educação, com maior experiência formal de trabalho, fortemente concentradas em

centros urbanos, mais brancas e com maior renda (BADGETT, 1995). A autora argumentou que o perfil dos respondentes deveria então seguir com certa variância o perfil da população e que o fato disso não ocorrer demonstrava um forte viés de seleção amostral no perfil dos respondentes (BADGETT, 1995).

Em um estudo mais recente que o de Badgett, Wight e Leblanc (2015) procuraram identificar se existia correlação evidente da renda e do nível educacional com a probabilidade de indivíduos não héteros serem publicamente assumidos (WIGHT; LEBLANC, 2015). Outro objetivo foi verificar evidências concretas que existe um padrão no perfil de respondentes que leva a um viés de seleção amostral na observação de pessoas gays, lésbicas e bissexuais. Nessa investigação, as estimações dos modelos mostraram que quanto maior os anos de estudo formal e maior o grau de educação formal, maior a probabilidade de a pessoa ser abertamente gay, lésbica ou bissexual na amostra. Como existe correlação evidente entre os anos de estudo e a renda, a mesma relação é encontrada ao se analisar pela ótica da renda, ou seja, quanto maior o nível de renda de um indivíduo, mais chances ele tem de ser abertamente não hétero na amostra (WIGHT; LEBLANC, 2015). Para este fato, os autores argumentam que a discriminação gera externalidades negativas que afetam os níveis de bem-estar desses indivíduos e para tanto as externalidades negativas conseguem ser internalizadas com mais eficiência por aqueles que possuem maior nível de renda e tempo de educação. (WIGHT; LEBLANC, 2015).

Assim, eles discorrem que em pesquisas que observam a orientação sexual por meio da autodeclaração, as evidências apontam para uma tendência de perfil entre os observados (WIGHT; LEBLANC, 2015). Entre as observações de não héteros da pesquisa há uma forte concentração de pessoas que se autodeclaram brancas (67%), quando contraposta a população total de pessoa brancas nas observações (54%) (WIGHT; LEBLANC, 2015). O tempo de educação médio das pessoas não hétero é quase três anos (14,7 anos) a mais que o da população total (11,9 anos) (WIGHT; LEBLANC, 2015). Eles também têm renda média semestral 16% maior que a média da população e estão mais concentrados em áreas urbanas (88%) que a média da população das observações (64%) (WIGHT; LEBLANC, 2015).

3.2.3. PARTICIPAÇÃO DOS RESPONDENTES

Espinoza (2022) estudou a participação em pesquisas e a veracidade das respostas e procurou entender o perfil de participação dos respondentes não héteros para os seguintes tipos de pesquisa: presencial identificada, presencial não identificada, com ou sem intermédio, por telefone, por e-mail, por formulário identificado e por formulário não identificado (ESPINOZA, 2022). Para tanto, foram utilizadas diversas bases de dados de pesquisas sobre uma mesma população as quais as características da amostra não obtiveram desvio significativo, ou seja, base de dados que, na média, obtiveram amostragem sobre a mesma população (ESPINOZA, 2022). Espinoza (2022) construiu um modelo binário comparativo que identificava maior ou menor probabilidade de resposta para questões que exigiam que o respondente se identificasse como gay, bissexual, lésbica, hétero ou sem resposta.

O modelo binário foi utilizado primeiramente para verificar o padrão de resposta em pesquisas diversas que possuíam caráter anônimo, as pesquisas não identificadas; nesse caso, o respondente não precisou se identificar em nenhuma etapa da pesquisa (ESPINOZA, 2022). Comparativamente as pesquisas identificadas, que eram a base de comparação, o modelo identificou maior probabilidade de o indivíduo se identificar como gay, bissexual e lésbica do que hétero e sem resposta (ESPINOZA, 2022). Em situações às quais faz-se necessário repassar seus dados pessoais, como nome, ou que exigem que a resposta seja repassada diretamente ao pesquisador, como em pesquisas que ocorrem por meio de entrevista, ao invés daquelas onde o pesquisado pode assinalar as respostas em papel ou aparelho eletrônico, a taxa de pessoas que se denominam não heterossexuais cai mais de 43% e a taxa de pessoas que se denominam heterossexuais ou não respondem cresce em proporção semelhante (ESPINOZA, 2022).

A análise seguinte foi feita sobre dois fatores das pesquisas: primeiro, se elas são presenciais ou por e-mail, telefone ou formulário, e segundo, se elas contam ou não com um intermediário humano, um entrevistador (ESPINOZA, 2022). O estudo verificou que existe maior probabilidade de aumento do que o autor chama de “taxa de desonestidade” quando as pesquisas são presenciais comparativamente as por e-mail, telefone ou formulário (ESPINOZA, 2022). Existe um aumento significativo no percentual de observações que se identificam como hétero ou não respondem nas pesquisas presenciais (ESPINOZA, 2022). A existência de um intermediário humano nas pesquisas – uma pessoa que questiona diretamente o entrevistado – também ocasionou em probabilidade de maior volume respostas taxadas como hétero ou sem

resposta quando comparado as pesquisas sem intermediário humano (ESPINOZA, 2022).

Portanto, existem variações latentes no percentual de honestidade das respostas sobre a orientação sexual; aumentam ou diminuem dependendo do tipo de pesquisa: presencial identificada, presencial não identificada, com ou sem intermediário, por telefone, por e-mail, por formulário identificado e por formulário não identificado (ESPINOZA, 2022). O autor discute que não há como inferir estatisticamente o que leva ao aumento ou diminuição da chamada “taxa de desonestidade”, mas pontua que ela foi substancialmente maior em três seguimentos: presenciais, com intermediários e identificadas (ESPINOZA, 2022). Ele reflete que o fator discriminação pode contribuir para que os respondentes optem em parte por não darem respostas verídicas dado as características dos segmentos onde a taxa de desonestidade tende a ser maior, mas frisa que não há como inferir essa possibilidade estatisticamente, dado o caráter dos dados (ESPINOZA, 2022).

Por meio de referencial teórico, Espinoza (2022) argumenta que estudos passados obtiveram evidências que corroboram com o cenário encontrado nos resultados de 2022 e apontam para um aumento na taxa de desonestidade nas respostas de pesquisas que geram bancos de dados, já que, devido ao receio de discriminação, diversas pessoas preferem não responder honestamente as perguntas relacionadas a orientação sexual. Não há evidências que apontem para existência de variações recentes relevantes em aspectos geográficos - como é o caso étnico -, psicológicos, ou históricos na população de gays, lésbicas e bissexuais (BADGETT, 2003). A quantificação real dessa população é impraticável no momento, mas diversos estudos tentam estimar com base no percentual de desonestidade de respostas e percentual de respondentes que se identificam como não héteros (BADGETT, 2003). Os resultados de Badgett (2003), por exemplo, estimam que o grupo de pessoas não héteros tem uma variação estimada pela maior parte do mundo entre 16% e 25% da população total, isto é, entre $\frac{1}{6}$ e $\frac{1}{4}$ das pessoas no mundo não se identificam como pessoas héteros, mas apenas 40%-47% desse total se assume publicamente (BADGETT, 2003).

3.2.4. DIVERGÊNCIA DE RESPONDENTES POR GERAÇÃO

Em seu estudo elaborado em 2020, Goldberg buscou, por meio dos instrumentos da psicologia, sociologia e da estatística, compreender o que levava os mais jovens a

terem maior grau de autoidentificação enquanto gays, bissexuais e lésbicas em bancos de dados quando comparados a conjuntos de sujeitos em faixas etárias mais velhas (GOLDBERG, 2020). Enquanto o volume de não héteros é maior entre as faixas etárias mais novas e o percentual de pessoas que preferem não se identificar não tem variações significativas, conforme as faixas etárias vão ficando mais velhas existe uma tendência de aumento de pessoas que se identificam como héteros e diminuição de pessoas que se identificam como não héteros, entretanto, existe um contraponto ao movimento contrário: quanto maior a faixa etária maior também o número de héteros e, também, de pessoas que preferem não se identificar (GOLDBERG, 2020).

O conceito de “efeito geracional” é tangenciado por diversas vezes e nesse estudo é utilizado para designar uma divergência não justificada entre diversos grupos etários de uma mesma amostra (GOLDBERG, 2020). Ao analisar as respostas de pessoas com idade igual ou maior a 30 anos e menor que 40 anos, foi identificada uma probabilidade menor de os membros desse grupo se declararem não héteros quando comparados aos identificados com idades igual ou maior a 20 anos e menor que 30 anos (GOLDBERG, 2020). Ao analisar as respostas de pessoas com idade igual ou maior a 40 anos e menor que 50 anos, foi identificada uma probabilidade menor de os membros desse grupo se declararem não héteros quando comparados aos identificados com idades igual ou maior a 30 anos e menor que 40 anos (GOLDBERG, 2020). Essa discrepância foi ainda maior para quando a comparação foi feita entre as pessoas com idade igual ou maior a 40 anos e menor que 50 anos e as pessoas com idade igual ou maior a 20 anos e menor que 30 anos (GOLDBERG, 2020). Os efeitos foram identificados com o mesmo padrão descrito também para os demais grupos etários: de 50 a 59 anos e de 60 a 69 anos (sem significância estatística para o grupo 60-69) (GOLDBERG, 2020).

O arcabouço teórico sociológico e da psicologia comportamental corroboram a tese de que não há evidências que justifiquem a existência de variação significativa na autoidentificação pela orientação sexual entre os diversos grupos etários de uma população (GOLDBERG, 2020). Como a orientação sexual passa pelo processo de autoidentificação, conjectura-se que o comportamento identificado nos dados é um anomalia que pode ser justificada, entre outras maneiras, por duas relevantes hipóteses que não se suprimem: a primeira, existência de respostas não verídicas, as quais por algum motivo, o respondente não respondeu de forma sincera aos questionamentos que tiveram como desígnio quaisquer aspectos de sua orientação sexual; a segunda, a

existência de processo comportamental de auto repressão de características não desejáveis pelo sujeito, no contexto discutido: relacionadas a orientação sexual (GOLDBERG, 2020).

4. DADOS

O banco de dados utilizado para a estimação dos modelos e tabelamento de estatísticas descritivas a seguir é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC ou PNAD Contínua) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o período de análise compreendido do ano de 2012 ao ano de 2019. A PNAD Contínua foi escolhida como fonte de dados para este trabalho por diversos fatores relevantes, entre eles: a abrangência territorial, já que a pesquisa abrange todos os estados brasileiros; a gama diversa de variáveis que abrangem os três principais pontos de inferência: **educação, renda e participação na força de trabalho**; e o fator temporal em dois pontos: a recorrência múltipla da pesquisa para o mesmo domicílio - que permite verificar o mesmo indivíduo em período de tempo distintos - e a continuidade da pesquisa desde sua instauração - que oferece o período robusto de uma década de dados relevantes -. Apesar de seus pontos positivos e de oferecer o melhor panorama dentre as opções de bases disponíveis para análise, o banco de dados não o é ideal e limita de forma relevante algumas das análises propostas no decorrer desse discorrimento, como justificado nas seções subsequentes.

Os dados compilados são referentes ao espaço temporal do 1º trimestre de 2012 - quando foi instituída, em caráter definitivo, a PNADC - até o 4º trimestre de 2019 - último trimestre regular sem as distorções estatísticas causadas pela crise pandêmica da COVID-19⁵ -, ou seja, engloba um espaço temporal de análise de oito anos que totalizam trinta e dois períodos consecutivos os quais os dados foram coletados⁶. Os anos de 2022 e 2023, apesar de não sofrerem tão fortemente com os efeitos da pandemia, foram desconsiderados por se priorizar análise com base em um período contínuo, ademais ao fato de que o ano de 2023 ainda não possui dados completos durante a elaboração do estudo.

⁵ NOTA SOBRE A COVID 19

⁶ 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 1/2014, 2/2014, 3/2014, 4/2014, 1/2015, 2/2015, 3/2015, 4/2015, 1/2016, 2/2016, 3/2016, 4/2016, 1/2017, 2/2017, 3/2017, 4/2017, 1/2018, 2/2018, 3/2018, 4/2018, 1/2019, 2/2019, 3/2019 e 4/2019.

A PNAD Contínua possui um esquema de rotação da amostra que leva três meses, ou seja, ao final do trimestre obtêm-se os dados completos do período de três meses o qual ocorreu a pesquisa. Cada domicílio é entrevistado seguindo o esquema de rotação 1-2(5). Na ótica mensal, o esquema de rotação 1-2(5) indica que um domicílio é pesquisado uma vez em um determinado mês e, posteriormente, fica fora do ciclo de pesquisa nos dois meses subsequentes. O domicílio volta a ser pesquisado no quarto mês do ciclo e logo após é desconsiderado das pesquisas do bimestre seguinte. O esquema é repetido até que o domicílio tenha participado do ciclo de pesquisa por cinco vezes.

Na ótica trimestral, esse esquema de rotação é de um por cinco: o domicílio é pesquisado uma vez no trimestre e permanece na pesquisa por cinco trimestres consecutivos, com dois meses de intervalo entre as entrevistas. Esse é um painel não balanceado e rotativo e isso ocorre graças a quantidade máxima de vezes que um mesmo domicílio é entrevistado: cinco vezes. Dentro de um universo de trinta e dois períodos, como um mesmo domicílio só pode ser observado cinco vezes, obtém-se um painel desbalanceado (ou não balanceado) – em que as unidades de corte transversal não são observadas em todos os períodos – e rotativo – em que cada uma das observações só pode ser visualizada em um determinado período.

4.1. BASE DE DADOS

4.1.1. BASE DE DADOS BRUTA

O banco de dados bruto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – antes do tratamento – e sem os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 – corresponde a um total de 18.088.581 observações coletadas entre os meses de janeiro de 2012 de dezembro de 2019. Os valores estão sintetizados na tabela a seguir:

TABELA 1: OBSERVAÇÕES POR PERÍODO DA BASE BRUTA

Período	Observações	Percentual
2012/1	566873	3,13%
2012/2	567016	3,13%

2012/3	562640	3,11%
2012/4	555935	3,07%
2013/1	564773	3,12%
2013/2	572716	3,17%
2013/3	571446	3,16%
2013/4	569242	3,15%
2014/1	573480	3,17%
2014/2	572622	3,17%
2014/3	576414	3,19%
2014/4	574987	3,18%
2015/1	572982	3,17%
2015/2	574034	3,17%
2015/3	573151	3,17%
2015/4	562871	3,11%
2016/1	566932	3,13%
2016/2	570653	3,15%
2016/3	572023	3,16%

2016/4	570556	3,15%
2017/1	572379	3,16%
2017/2	568313	3,14%
2017/3	566671	3,13%
2017/4	561288	3,10%
2018/1	560741	3,10%
2018/2	556186	3,07%
2018/3	559761	3,09%
2018/4	554211	3,06%
2019/1	553308	3,06%
2019/2	551348	3,05%
2019/3	550227	3,04%
2019/4	542802	3,00%
Total	18088581	100%

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

A média simples de observações realizadas nos trinta e dois trimestre que compõe a base é de 565.268. O desvio médio de observações dos trimestres é de 7.025. Com relação ao percentual de observações sobre o total, o percentual médio encontrado por trimestre é de 3,12%. O desvio médio do percentual é de 0,04%.

4.1.2. VARIÁVEL DE IDENTIFICAÇÃO

A identificação da subamostra de interesse – composta por pessoas LGBTQIA+ - é feita por meio da variável de condição no domicílio. A condição no domicílio indica para cada um dos indivíduos da residência a nomenclatura que melhor condiz e representa a situação daquele sujeito dentro do núcleo familiar e/ou de convivência pesquisado. Para cada indivíduo do domicílio apenas uma opção pode ser aplicada a cada entrevista feita. A pesquisa possui dezenove opções de respostas dentro da variável de condição no domicílio que, como mencionado, não podem ser cumulativas, ou seja, cada indivíduo deve selecionar apenas aquela que melhor descreve sua situação na residência pesquisada. As opções são: 1. Pessoa responsável pelo domicílio; 2. Cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente; 3. Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo; 4. Filho(a) do responsável e do cônjuge; 5. Filho(a) somente do responsável; 6. Enteado(a); 7. Genro ou nora; 8. Pai, mãe, padrasto ou madrastra; 9. Sogro(a); 10. Neto(a); 11. Bisneto(a); 12. Irmão ou irmã; 13. Avô ou avó; 14. Outro parente; 15. Agregado(a) - Não parente que não compartilha despesas; 16. Convivente - Não parente que compartilha despesas; 17. Pensionista; 18. Empregado(a) doméstico(a); e 19. Parente do(a) empregado(a) doméstico(a).

A identificação das pessoas LGBTQIA+ ocorre por meio das observações que compõe o grupo dentro da variável de condição do domicílio que foi classificado com a opção 3: Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo. Dentro do banco de dados, essa é a única maneira factível de verificar se um indivíduo é LGBTQIA+. A opção 1 da variável (Pessoa responsável pelo domicílio) *a priori* pode ser interpretada como a qual se referem as variáveis de cônjuge ou companheiro(a), logo, nos casos que existem respondentes no domicílio com a opção 3 (cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo) seria intuitivo assumir que esses seriam cônjuges ou companheiros(as) do responsável pelo domicílio e, por conseguinte, indivíduos LGBTQIA+. Ao considerar a existência de correlação entre as opções da variável de cônjuge ou companheiro(a) e opção de pessoa responsável pelo domicílio e dado o caráter livre de resposta que vincula intuitivamente o cônjuge ou companheiro(a) ao responsável pelo domicílio, se opta por considerar, para efeito de análise, o responsável pelo domicílio como parceiro daquele que se identificou como cônjuge ou companheiro(a) na mesma residência – sempre a partir a lógica da orientação sexual do cônjuge ou companheiro(a); ser do mesmo sexo, o responsável pelo domicílio é considerado não hétero - de modo que não haja anomalias estatísticas.

Pelo seu caráter, a identificação por meio de uma variável como a descrita incorre em uma série de limitações às análises propostas e que são discutidas na subseção de limitações da base de dados. Entretanto, é importante frisar prontamente que pelo próprio caráter da opção da variável – que versa sobre pessoas com cônjuge e companheiro(a) – o escopo de análise já é delimitado de forma muito mais ampla do que o esperado inicialmente: só podem ser abordados nesse estudo, para fins estatísticos, pessoas com cônjuge ou companheiro(a). A limitação por si mesma já reduz o total de observações de 18.088.581 para um volume menor e exige um tratamento da base de dados.

4.1.3. BASE DE DADOS TRATADA

O tratamento do banco de dados foi realizado através dos procedimentos padrões, como: eliminação de duplicadas, padronização de 0, padronização do número de casas decimais, transformação de variáveis numéricas descritas como *string*, limpeza do painel, criação de códigos de identificação para os domicílios e para os indivíduos e identificação dos períodos temporais. Os procedimentos específicos de tratamento envolveram a exclusão das observações que não se caracterizavam como cônjuges ou companheiros(as) ou responsável pelo domicílio na variável de condição do domicílio, a exclusão de responsável pelo domicílio que não possui outro indivíduo identificado como cônjuge ou companheiro(a) no mesmo domicílio e a exclusão de indivíduos menores de 18 anos de idade e maiores de 65 anos de idade. Após o tratamento os valores da base ficaram como descritos na tabela a seguir:

TABELA 2: OBSERVAÇÕES POR PERÍODO DA BASE TRATADA

Período	Observações	Percentual
2012/1	210078	3,05%
2012/2	211647	3,07%
2012/3	211545	3,07%
2012/4	209885	3,04%

2013/1	215088	3,12%
2013/2	219137	3,18%
2013/3	219225	3,18%
2013/4	218893	3,17%
2014/1	221191	3,21%
2014/2	221312	3,21%
2014/3	222220	3,22%
2014/4	221911	3,22%
2015/1	221799	3,22%
2015/2	221750	3,22%
2015/3	220837	3,20%
2015/4	216907	3,15%
2016/1	217585	3,16%
2016/2	218092	3,16%
2016/3	218071	3,16%
2016/4	217473	3,15%
2017/1	218278	3,17%

2017/2	216835	3,14%
2017/3	215866	3,13%
2017/4	213972	3,10%
2018/1	213530	3,10%
2018/2	211880	3,07%
2018/3	212652	3,08%
2018/4	211077	3,06%
2019/1	210199	3,05%
2019/2	208406	3,02%
2019/3	206414	2,99%
2019/4	202168	2,93%
Total	6895923	100%

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O banco de dados tratado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua e sem os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 – corresponde a um total de 6.895.923 observações coletadas entre os meses de janeiro de 2012 de dezembro de 2019.

A média simples de observações realizadas nos trinta e dois trimestre que compõe a base é de 215.498. O desvio médio de observações dos trimestres é de 4.276. Com relação ao percentual de observações sobre o total, o percentual médio encontrado por trimestre é de 3,13%. O desvio médio do percentual é de 0,05%.

4.1.4. ESTUDO DO PAINEL

O estudo de painel foi realizado através de dois indicadores: um para os indivíduos e outro para o domicílio. Em conjunto, os identificadores indicam que há 1.976.437 pessoas na amostra, ou seja, 1.976.437 pessoas diferentes que participaram da pesquisa estão na base tratada e compõe um total de 6.895.923 observações. Além disso, foi possível verificar a frequência com que os indivíduos foram pesquisados:

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE TRIMESTRE COM PARTICIPAÇÃO DO INDIVÍDUO

Distribuição de T _i :	min	5%	25%	50%	75%	95%	máx.
	1	1	2	4	5	5	5

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

A partir da distribuição de T_i, é possível perceber que 5% dos indivíduos foram observados aparecem apenas uma vez no banco de dados ao longo dos 32 períodos. 25% dos indivíduos foram observados no máximo duas vezes. 50% das pessoas foram observadas 4 vezes ou menos. Já 50% dos indivíduos foram observados 5 vezes, número máximo que os indivíduos podem participar da PNAD Contínua. O padrão da frequência de aparição na pesquisa pode ser verificado na tabela a seguir:

TABELA 4: PADRÃO DE FREQUÊNCIA DA OBSERVAÇÕES

Frequência	Percentual	Padrão
60600	3,07%	1.....
49583	2,51%1
44684	2,26%	11.....
43347	2,19%11

38666	1,96%111
37659	1,91%	111.....
34820	1,76%1111
32793	1,66%1111.....
32772	1,66%1111.....
1601513	81,03%	<i>(otherpatterns)</i>
1976437	100%	

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

Na tabela, é possível observar o padrão de participação. O 1 no padrão indica uma observação naquele período. O ponto indica que não houve observação naquele período. O padrão de observação indica confirma que nem todos os domicílios foram entrevistados no máximo de trimestre possível (5) e demonstra o padrão de observação contínuo, em que um domicílio que foi entrevistado múltiplas vezes, teve suas entrevistas feitas em trimestres contínuos. Por ele apresentar as observações discrepantes, em que nem todos os indivíduos são observados em todos os períodos, é possível aferir que o painel é desbalanceado.

4.1.5. VARIÁVEIS

Para a estimação dos modelos de educação, renda e participação na força de trabalho e, também, para as descrições estatísticas realizadas subsequentemente foram produzidas diversas variáveis. As variáveis construídas e designadas para as análises, tabelamentos e respectivas tipificações estão descritas na tabela abaixo:

TABELA 5: VARIÁVEIS CONSTRUÍDAS

Variável	Descrição
----------	-----------

NaoHetero	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa possua cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo e 0 caso a pessoa possua cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto.
Feminino	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa seja mulher e 0 caso seja homem.
Rural	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa more em área rural e 0 caso more em área urbana.
Norte	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa more na região Norte do Brasil e 0 caso contrário.
Nordeste	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa more na região Nordeste do Brasil e 0 caso contrário.
Sudeste	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa more na região Sudeste do Brasil e 0 caso contrário.
Sul	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa more na região Sul do Brasil e 0 caso contrário
Centro	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa more na região Centro-Oeste do Brasil e 0 caso contrário.
CorRaça	É uma variável discreta que descreve a cor/raça autodeclarada.
BrancoAmarelo	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa seja de cor/raça branca ou amarela e 0 caso contrário.
PretoPardo	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa seja de cor/raça preta ou parda e 0 caso contrário.

Indígena	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa seja de cor/raça indígena e 0 caso contrário.
Fundincomp	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa possua nível educacional máximo fundamental incompleto e 0 caso contrário.
Fundcomp	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa possua nível educacional máximo fundamental completo e 0 caso contrário.
Medcomp	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa possua nível educacional máximo médio completo e 0 caso contrário.
Supcomp	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa possua nível educacional máximo superior completo e 0 caso contrário.
Educ	É uma variável discreta que representa os anos de estudo.
LSalario	É uma variável que representa o logaritmo do rendimento mensal habitual do trabalho principal.
Idade	É uma variável discreta que representa a idade dos indivíduos.
Idade2	É uma variável discreta que representa a idade dos indivíduos ao quadrado.
HorasSemanal	É uma variável discreta que representa as horas habitualmente trabalhadas semanalmente.
Anoseduc5	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa possua cinco ou menos anos de educação completos completo e 0 caso contrário.
Anoseduc10	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa possua de seis a dez anos de educação completos completo e 0 caso contrário.

Anoseduc15	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa possua de onze a quinze anos de educação completos completo e 0 caso contrário.
Anoseducmaior15	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa possua mais de quinze anos de educação completos completo e 0 caso contrário.
Chefe de Domicílio	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa seja caracterizada como chefe do seu domicílio e 0 caso contrário.
Partft	É uma variável dummy que assume valor igual a 1 caso a pessoa esteja inserida na força de trabalho e 0 caso contrário.

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

4.1.6. LIMITAÇÕES DA BASE DE DADOS

Os dados conforme apresentados não são ideais para as análises propostas. Como referido, a única maneira de identificar as pessoas LGBTQIA+ no banco de dados é por meio da variável de condição do domicílio que oferece a opção de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo. Em seu próprio caráter, essa situação acarreta uma série de limitações quanto a abrangência e alcance dos dados, a veracidade dos resultados e a representação da subamostra.

A primeira limitação está no fato de que ao se selecionar apenas as pessoas com cônjuge ou companheiro(a), se elimina automaticamente qualquer indivíduo que não esteja casado ou em uma união estável. Para a população LGBTQIA+, conforme discutido na revisão de literatura, a instituição do casamento e da união estável é relativamente recente e, portanto, pouco ou menos disseminada que entre a população hetero e cisgênero. Esse fator acarreta a exclusão natural de potenciais observações que estritamente seriam classificadas como tal, mas diante do caráter social, não se identificam como cônjuges ou companheiro(a).

A segunda limitação está atrelada a um grupo específico da comunidade LGBTQIA+: as pessoas transsexuais, transgênero e travestis. Esses indivíduos não podem de maneira alguma serem identificados dentro da amostra, tendo em vista que não existem quaisquer questionamentos acerca do gênero auto identificado, apenas

questão relacionada ao sexo biológico. Logo, se justifica que o estudo apenas versa sobre a população LGBTQIA+ no que tange a orientação sexual, mas não pode fazer quaisquer inferências no que tange o gênero e a identidade.

A terceira limitação é o fato de que dentro do grupo objeto não é possível distinguir a orientação sexual de cada indivíduo para uma análise mais detalhada e verossímil da realidade. Como discorrido, as pessoas são descritas apenas como cônjuges ou companheiras do mesmo sexo e, portanto, não é possível inferir se são gays, bissexuais, pansexuais, lésbicas, entre outros, apenas que não são héteros. Por este motivo, ao longo desse discorrimento, e assim como em diversos estudos citados na referência teórica, o grupo objeto também é constantemente chamado como “não heteros”, pela impossibilidade de distingui-los além disso.

A limitação três em si acarreta outra anomalia: as pessoas bissexuais e pansexuais que estiverem em relações com pessoas do sexo oposto, apesar de na prática não serem héteros, no banco de dados são consideradas como pessoas héteros, pela impossibilidade de especificação dos dados. Logo, existe naturalmente uma sobre-representação de pessoas héteros, o qual o nível não pode ser mensurado.

Por fim, as características dos dados em si, provenientes de uma situação específica como pessoas casadas, atrelada a situação encontradas em outros trabalhos listados na revisão de literatura, indicam que pode haver um forte viés de seleção amostral entre as pessoas não héteros – uma situação adicional que corrobora a não idealidade dos dados trabalhados. A situação pode ser verificada na seção de estatísticas descritivas.

5. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

5.1. SUMÁRIO DE DADOS

O sumário de dados descritivos lista as principais informações estatísticas sobre o grupo objeto estudo – pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo – e o grupo de comparação – pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto -. Para cada variável, são apresentados para pessoas que constituem casais não héteros (pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo) e pessoas que constituem casais héteros (pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto): o número de observações, a

média aritmética dentro do total de observações, o desvio padrão e o valor mínimo e máximo que a variável atinge (0 e 1 no caso de variáveis *dummy*).

TABELA 6: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Variável	Tipo de cônjuge	Observações	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Porcentagem
Mulher	Não Héteros	12123	.5873699	.492332	0	1	57,58%
	Héteros	3550751	.5655693	.4222563	0	1	51,65%
Homem	Não Héteros	8930	.4126301	.492332	0	1	42,42%
	Héteros	3324119	.4344306	.4222563	0	1	48,35%
Branco ou amarelo	Não Héteros	12059	.5800122	.4999288	0	1	57,28%
	Héteros	2829016	.4267844	.4946105	0	1	41,15%
Preto ou pardo	Não Héteros	8920	.4236948	.499989	0	1	42,37%
	Héteros	4021886	.5698574	.495096	0	1	58,50%
Indígena	Não Héteros	74	.0034827	.0582364	0	1	0,35%
	Héteros	21984	.0030812	.055423	0	1	0,32%
Baixa instrução	Não Héteros	3023	.0918734	.3271838	0	1	14,36%
	Héteros	3014444	.4553978	.4980067	0	1	43,85%
Fundamental completo	Não Héteros	2845	.1323058	.3388399	0	1	13,51%
	Héteros	1072832	.1497573	.3568334	0	1	15,61%

Médio completo	Não Héteros	9244	.4659728	.4988658	0	1	43,91%
	Héteros	1994372	.2786333	.4483267	0	1	29,01%
Superior completo	Não Héteros	5941	.3098478	.448935	0	1	28,22%
	Héteros	793222	.1162115	.3204785	0	1	11,54%
Domicílio em área urbana	Não Héteros	19891	.9423539	.2330847	0	1	94,48%
	Héteros	4881524	.703427	.4567467	0	1	71,01%
Domicílio em área rural	Não Héteros	1162	.0576461	.2250564	0	1	5,52%
	Héteros	1993346	.296573	.4567467	0	1	28,99%
Região Norte	Não Héteros	2362	.108787	.3113874	0	1	11,22%
	Héteros	900107	.1256047	.3314034	0	1	13,09%
Região Nordeste	Não Héteros	5499	.2534027	.4349813	0	1	26,12%
	Héteros	2200648	.3207014	.4667463	0	1	32,01%
Região Sudeste	Não Héteros	7158	.3534828	.4780749	0	1	34,00%
	Héteros	1798902	.266308	.4420273	0	1	26,17%
Região Sul	Não Héteros	3698	.1753403	.3802769	0	1	17,57%
	Héteros	1261448	.1865507	.3895505	0	1	18,35%
	Não Héteros	2336	.1089872	.3116387	0	1	11,10%

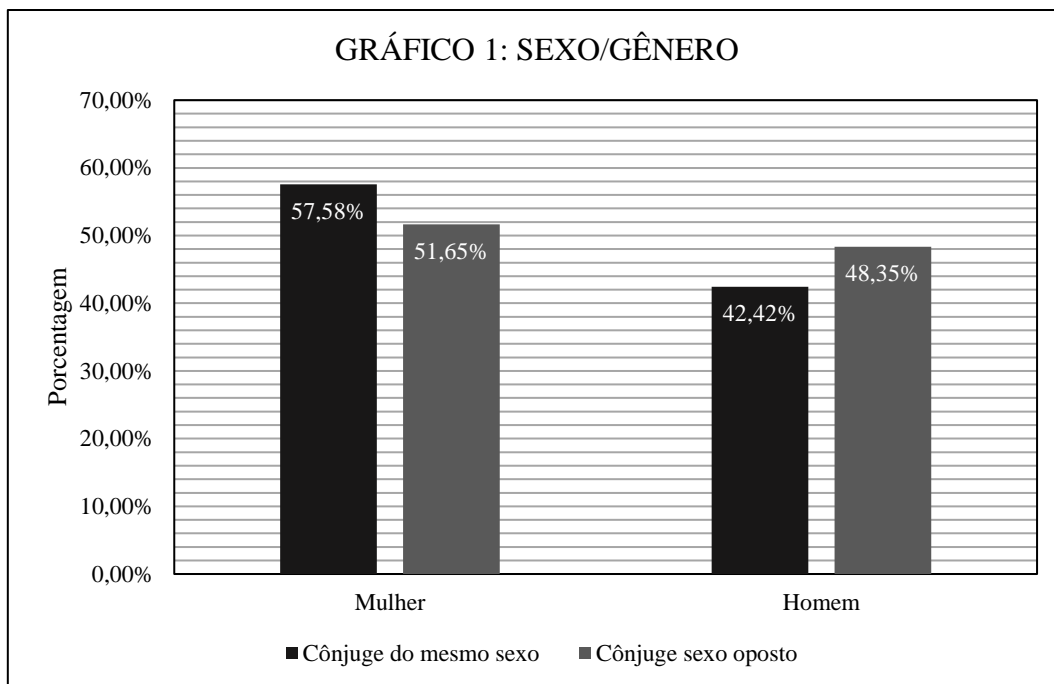
Região Centro-Oeste	Héteros	713765	.1008351	.3011103	0	1	10,38%
Idade	Não Héteros	21053	35,74987	11,01626	18	65	Média: 35,75
	Héteros	6874870	42,35949	14,67353	18	65	Média: 42,36
Renda habitual mensal	Não Héteros	21053	2504,665	3752,721	15	100000	Média: 2504,67
	Héteros	6874870	1688,071	2401,248	15	100000	Média: 1688,07
Horas habitualmente trabalhadas semanalmente	Não Héteros	21053	41,1469	12,26701	1	120	Média: 41,15
	Héteros	6874870	38,03146	13,23537	1	120	Média: 38,03
Pessoas ocupadas (remunerada ou voluntária)	Não Héteros	21053	.9071982	.3184685	0	1	90,72%
	Héteros	6874870	.9427620	.2517751	0	1	94,28%

*Valores em média. Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O total de indivíduos do banco de dados que declararam ter cônjuge ou companheiro(a) é 6.895.923. As observações de pessoas que possuem cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo, e foram identificadas pela variável de “condição no domicílio”, representam um total de 21.053 observações, cerca de 0,31%, do total de observações com cônjuge ou companheiro(a). Já aqueles que declararam ter cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto representam 6.874.870 observações, 99,69% do total de observações com cônjuge ou companheiro(a).

5.2. GRÁFICOS EXPLICATIVOS

5.2.1. SEXO/GÊNERO

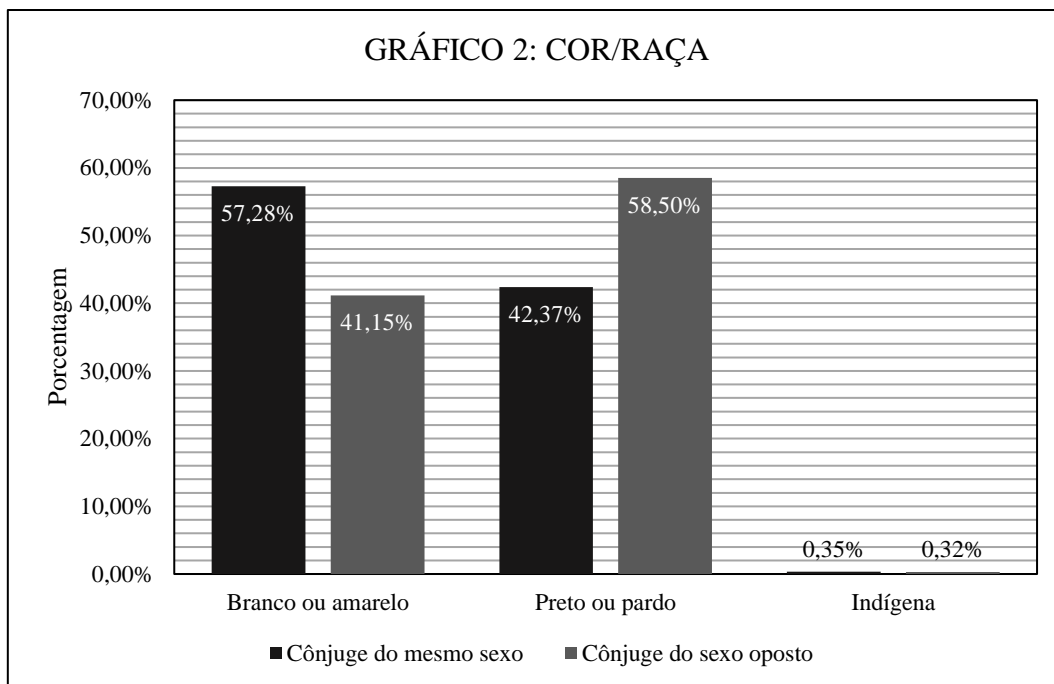


Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O gráfico 1 apresenta os dados de declaração em relação ao sexo biológico (homem ou mulher) para observações com cônjuge do mesmo sexo (preto) e observações com cônjuge do sexo oposto (cinza). A maior parte das observações de pessoas que constituem casais não héteros declararam serem do sexo feminino; do total de observações desse grupo, 12.123 são mulheres, o que representa 57,58% dessa subamostra – com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo -, enquanto 8.930 são homens, 42,42%.

Com relação ao subgrupo de observações com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto, o percentual de mulheres é de 51,65%, 3.550.751 observações, e o de homens é de 48,35%, 3.324.119 observações. Nessa variável, não existem variações significantes entre os percentuais dos dois subgrupos.

5.2.2. COR/RAÇA



Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O gráfico 2 apresenta os dados de declaração em relação a autodeclaração de cor/raça para observações com cônjuge do mesmo sexo (preto) e observações com cônjuge do sexo oposto (cinza). No que tange essa variável, dois grupos foram agregados levando em consideração as similaridades de suas características socioeconômicas: brancos e amarelos; e pretos e pardos.

Para as observações com cônjuge do mesmo sexo, a maior frequência é de brancos e amarelos que representam 57,28% do total da subamostra com 12.059 observações. Brancos e amarelos são seguidos por pretos e pardos, que tem uma porcentagem de 42,37% provindos de 8.920 observações, e indígenas que representam 74 observações, 0,35%. O residual de 0,01% é de observações que não declaram a cor/raça no formulário.

Para aqueles com cônjuge do sexo oposto, a maior frequência é de pretos e pardos que representam 58,50% do total da subamostra com 4.021.886 observações. Em seguida vêm brancos e amarelos, que tem uma porcentagem de 41,15% provindos de 2.829.016 observações, e indígenas que representam 21.984 observações, 0,32% do total de observações com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. O residual de 0,03% é de observações que não declaram a cor/raça no formulário.

A variável cor/raça apresenta uma clara sobre-representação de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo que se autodeclaram brancas ou amarelas

quando comparadas as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto que também declaram brancas ou amarelas; enquanto, entre as observações que constituem casais não héteros, 57% se declaram brancos ou amarelos, esse percentual é mais de 15 pontos percentuais menor (41%) entre aquelas observações que constituem casais héteros.

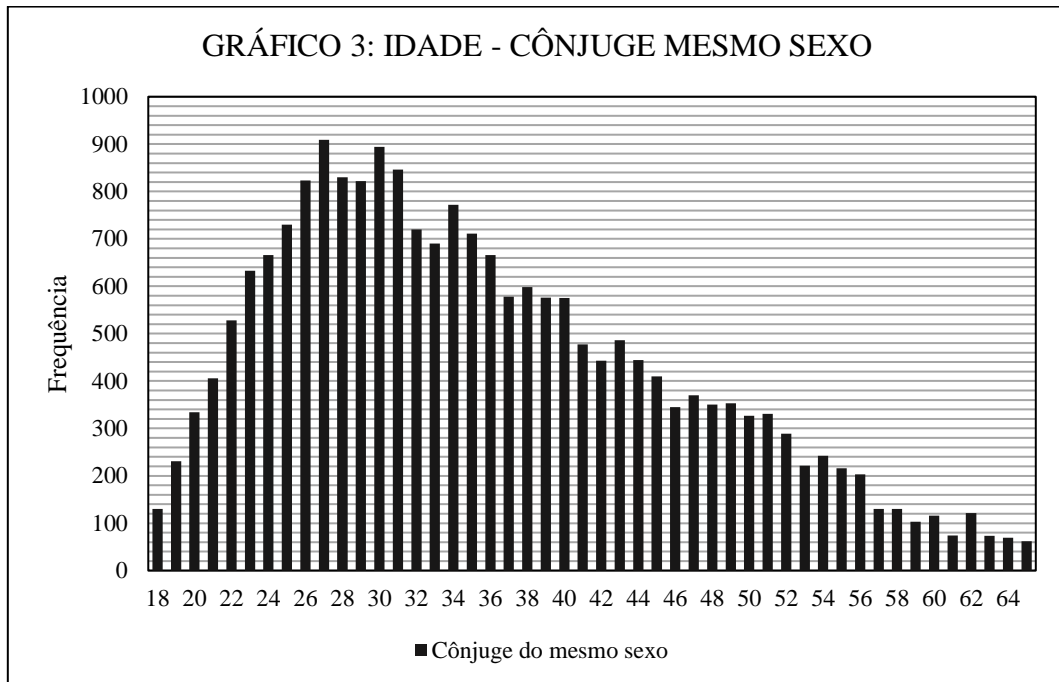
Por outro lado, existe uma clara sub-representação de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo que se autodeclaram pretas ou pardas quando comparadas as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto que também declaram brancas ou amarelas; entre aqueles que constituem casais héteros, os que se declaram pretos e pardos são a maioria, com 58,50% do total, já entre os que constituem casais não héteros o percentual dos que se declaram pretos e pardos é de 42,37%. Dentre os que se autodeclaram indígenas nas duas subamostras, não existem variações significativas.

A sobrerrepresentação de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo que se autodeclaram brancas e amarelas e sub-representação de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo que se autodeclaram pretas ou pardas é esperada pela literatura em alguns casos e pode ser conjecturada em outros. Wight e Leblanc (2015) demonstram que entre as observações de não héteros há uma forte concentração de pessoas que se autodeclaram brancas (67%), quando contraposta a população total de pessoa brancas nas observações (54%), em contrapartida o percentual de pessoas pretas é menor que entre as observações de não héteros do que entre as observações da população total (WIGHT; LEBLANC, 2015). Badgett (1995) também observa o mesmo movimento de sobrerrepresentação de brancos e sub-representação de pretos e discute que esse é um indício da existência de viés de seleção amostral (BADGETT, 1995).

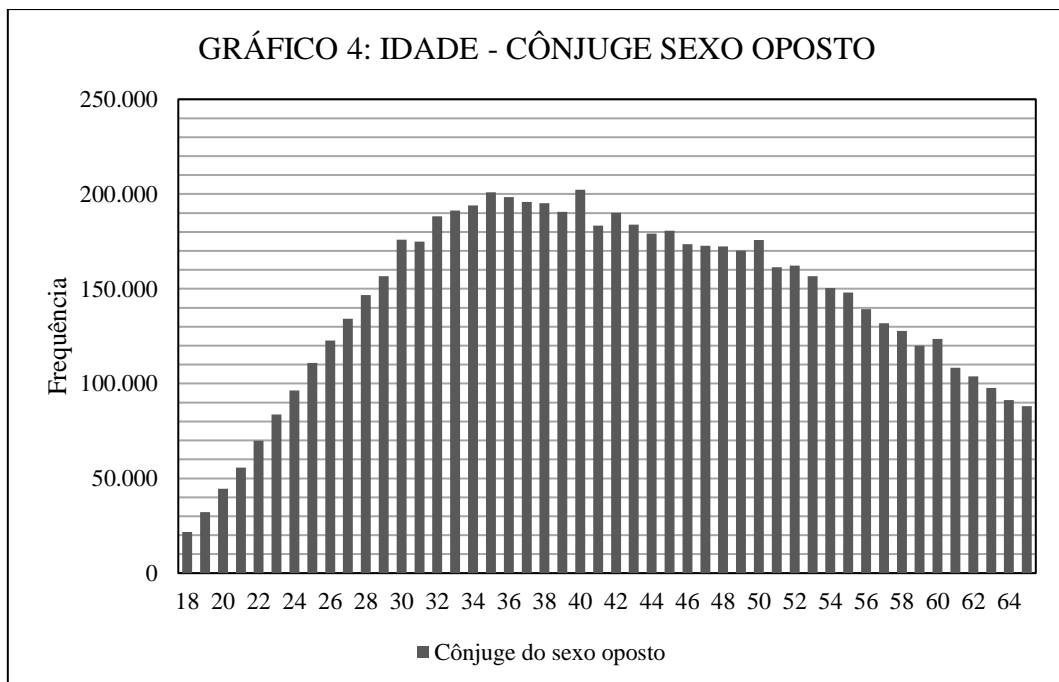
Ambos os trabalhos, tanto o de 1995, quanto o de 2015, pontuam sobre a tendência de que as observações de não héteros tenham mais tempo formal de educação e maior renda – fatores que são discutidos adiante – portanto a razão da sobrerrepresentação de amarelos pode ser conjecturada a partir do fato de que na base de dados é possível identificar que as observações de pessoas amarelas possuem, na média, maior tempo de estudo formal quando comparadas aos pretos e pardos (BADGETT, 1995; e WIGHT; LEBLANC, 2015). A literatura não versa sobre as pessoas pardas, tendo em vista que a concepção étnico-racial de “pardo” está muito atrelada ao processo histórico de miscigenação racial brasileiro e por esse motivo não é facilmente identificada em outros escopos fora do país. Entretanto, é fácil identificar que o perfil socioeconômico das

peças pardas está mais próximo ao de peças pretas, e por esse motivo, faz-se justificável a existência da sub-representação de pardos baseada na existência da sub-representação de pretos (REF).

5.2.3. IDADE



Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.



Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

Os gráficos 3 e 4 apresentam a distribuição e frequência das observações entre todas as faixas de idade presentes no intervalo entre 18 anos e 65 anos para observações com cônjuge do mesmo sexo (preto) e observações com cônjuge do sexo oposto (cinza).

O gráfico 3, de idade para cônjuge do mesmo sexo, mostra maior frequência (acima de 300 = 60% da frequência máxima considerada) de pessoas em casais não héteros nas faixas de idade entre 23 e 36 anos. Mesmo considerando o recorte de frequência de 200 (40% da frequência máxima considerada), o intervalo é pouco ampliado e as observações ficam concentradas entre as faixas de 20 até 41 anos. Dentro do intervalo de idade selecionado, pessoas entre 18 e 65 anos, a média de idade das observações é 35,75 anos.

No gráfico 4, de idade para cônjuge do sexo oposto, mostra maior frequência (acima de 72000 = 60% da frequência máxima considerada) de pessoas em casais héteros nas faixas de idade entre 26 e 56 anos. Considerando o mesmo recorte de frequência menor feito para o gráfico de pessoas em casais não héteros, ao selecionar a frequência 4800 (40% da frequência máxima considerada), o intervalo se amplia para as faixas de 24 até 63 anos, similar a ampliação entre os casais não héteros. Dentro do intervalo de idade selecionado, pessoas entre 18 e 65 anos, a média de idade das observações é 42,36 anos, cerca de sete a mais que pessoas não héteros.

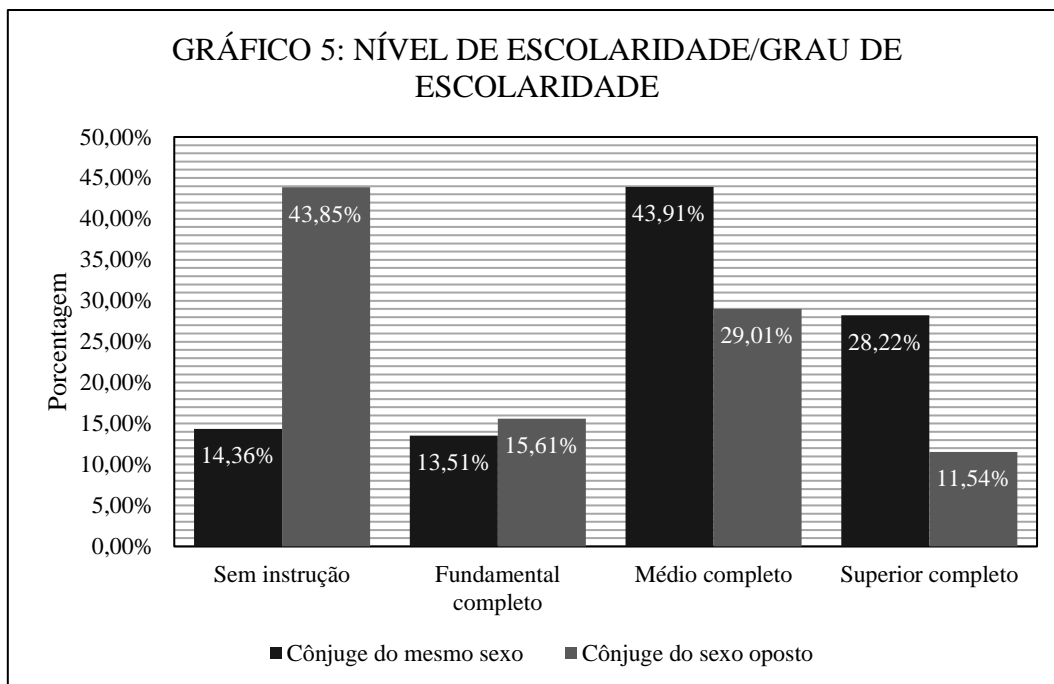
Essa variável demonstra que existe uma maior concentração de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo em faixas de idades menores e pouco distribuídas, já que, quando se considera a maior frequência, elas estão concentradas entre as faixas de 23 e 36 anos, em um intervalo de pouco mais de 13 anos. Ao se observar o mesmo nível de frequência para pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto, fica claro a maior distribuição entre as faixas, já que elas estão concentradas entre as faixas de 26 e 56 anos, em um intervalo de 30 anos. A mesma análise serve para o recorte de frequência de 40%, onde as pessoas com cônjuge do mesmo sexo se encontram concentradas nas faixas de 20 até 41 anos, em um intervalo de 21 anos, e as pessoas com cônjuge do sexo oposto se encontram concentradas nas faixas de 24 até 63 anos, em um intervalo de 39 anos.

A clara concentração de casais com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo entre as faixas etárias mais jovens pode ser conjecturada a partir da existência de um “efeito geracional” sobre pessoas não héteros e a partir da análise da instituição de casamento civil como uma instituição recente para pessoas do mesmo sexo

(GOLDBERG, 2020). O efeito geracional versa sobre a concentração de pessoas não héteros nas faixas etárias mais novas, o que, por consequência, causaria o pico seguido de aminguamento facilmente visualizável no eixo x do gráfico 3 – concentração entre pessoas mais jovens (GOLDBERG, 2020). O efeito geracional não descarta a existência de pessoas não héteros entre as faixas etárias mais velhas, pelo contrário, explica que a proporção estatística é sim esperada entre as faixas etárias como acontece com gênero e raça, entretanto existe uma tendência maior de que quanto mais velhas as observações, maior o índice de resposta não verídica ou de problemas de autoidentificação (GOLDBERG, 2020).

Outro fato preponderante para concentração de casais com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo entre as faixas etárias mais jovens é o de que a instituição do casamento civil – por diversas vezes atrelada diretamente a união estável – é recente para pessoas LGBTQIA+. Instituído em 24 de janeiro de 1980, a partir da promulgação do decreto nº 181, pelo então presidente do Brasil, Deodoro da Fonseca, o casamento civil foi por 133 anos restrito a pessoas do sexo oposto, sendo o direito estendido a pessoas do mesmo sexo apenas em 14 de maio de 2013, por meio da edição da resolução normativa nº 175 do Conselho Nacional de Justiça. (REF)

5.2.4. NÍVEL DE INSTRUÇÃO/GRAU DE ESCOLARIDADE



Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O gráfico 5 apresenta os dados de grau de escolaridade/instrução mais alto concluído para observações com cônjuge do mesmo sexo (preto) e observações com cônjuge do sexo oposto (cinza). Os graus de escolaridade também foram agregados para facilitar a análise. Os sem instrução considera aqueles que não possuem nenhum grau de instrução e os que começaram o ensino fundamental, mas não concluíram. O grupo de observações com fundamental completo considera aqueles com fundamental completo e que não iniciaram o ensino médio e aqueles que iniciaram, mas não concluíram. Já os com ensino médio completo agregam aqueles que possuem o grau de ensino médio completo e não iniciaram o ensino superior e os que iniciaram o ensino superior, mas não concluíram. Por fim, as observações com ensino superior completo consideram todos aqueles que possuem esse ou quaisquer graus de escolaridade maiores completos.

Para as observações com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo, mais de 70% das observações da subamostra de pessoas em casais não héteros possuem ao menos ensino médio completo; 43,91% têm como maior grau de escolaridade completo o ensino médio, enquanto 28,22% têm como maior grau de escolaridade completo o ensino superior. 14,36% são considerados baixa instrução, ou seja, não iniciaram e não concluíram nenhum grau de escolaridade. 13,51% possuem o ensino fundamental completo.

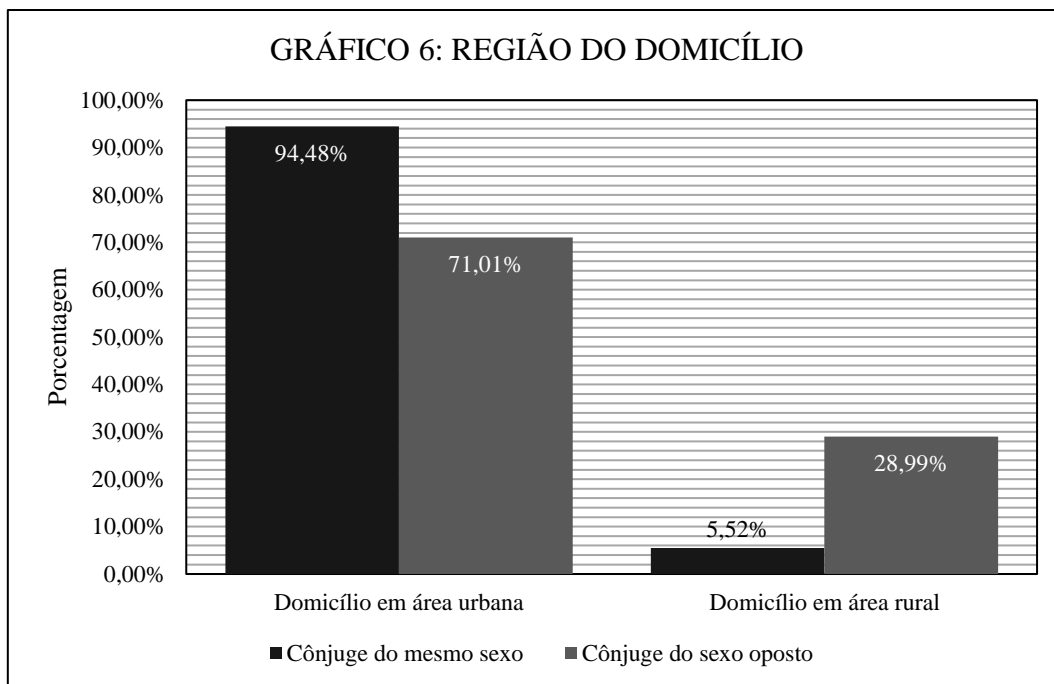
Para as observações com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto, 43,85% não possuem nenhuma instrução, 15,61% só concluíram o ensino fundamental, 29,01% concluíram o ensino médio e 11,54% concluíram o ensino superior. Nesse subgrupo, apenas pouco mais de 40% possuem pelo menos o ensino médio completo.

Na variável grau de escolaridade, é observável, com exceção do grau fundamental completo que se mantém estável, uma discrepância entre pessoas com cônjuge do mesmo sexo e do sexo oposto em todos os outros níveis de instrução. No nível mais baixo, o sem instrução, enquanto mais de 43% das pessoas com cônjuge do sexo oposto estão presentes nesse grau, só pouco mais de 14% das pessoas com cônjuge do mesmo sexo não possuem instrução. 43,91% daqueles que constituem casais do mesmo sexo possuem nível médio completo, contra 29,01% do sexo oposto. E em relação ao ensino superior, essa diferença fica na casa de quase 20 pontos percentuais, com 28,22% dos que possuem cônjuge do mesmo sexo contra 11,54% dos que possuem cônjuge do sexo oposto.

A perceptível presença de uma anomalia causada pela alta concentração de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo que possuem os graus de instrução mais elevados – ensino médio e ensino superior – em comparativo as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto, que compõe, em volume, a maior parte da população total e, por esse motivo, estão mais próximos da média, é esperada pela literatura.

Wight e Leblanc (2015) observaram em seu estudo que o tempo de educação formal médio das pessoas não hétero é quase 26% a mais que o da população total. Badgett (1995) faz observações no mesmo sentido, “existe percentual inesperado de gays, bissexuais e lésbicas com grau de bacharelado ou superior quando comparados a média nacional”. Os anos a mais de educação não são estatisticamente justificáveis dada a já existente concentração de pessoas brancas, novamente um indício da existência de viés de seleção amostral; os efeitos dos anos a mais de educação são esperados principalmente sobre a renda e a concentração populacional urbana (WIGHT; LEBLANC, 2015).

5.2.5. REGIÃO DO DOMICÍLIO



Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O gráfico 6 traz o percentual de distribuição dos domicílios entre as regiões urbana e rural para observações com cônjuge do mesmo sexo (preto) e observações com cônjuge do sexo oposto (cinza). Na subamostra de indivíduos com companheiro(a)/cônjuge do mesmo sexo, a maior parte reside em centros urbanos. São 94,48% das observações com residência na área urbana, contra 5,52% com residência na área rural. 19.891 das 21.053 observações declaram ter domicílio em uma área urbana, contra apenas 1.162 que declaram possuir domicílio em área rural.

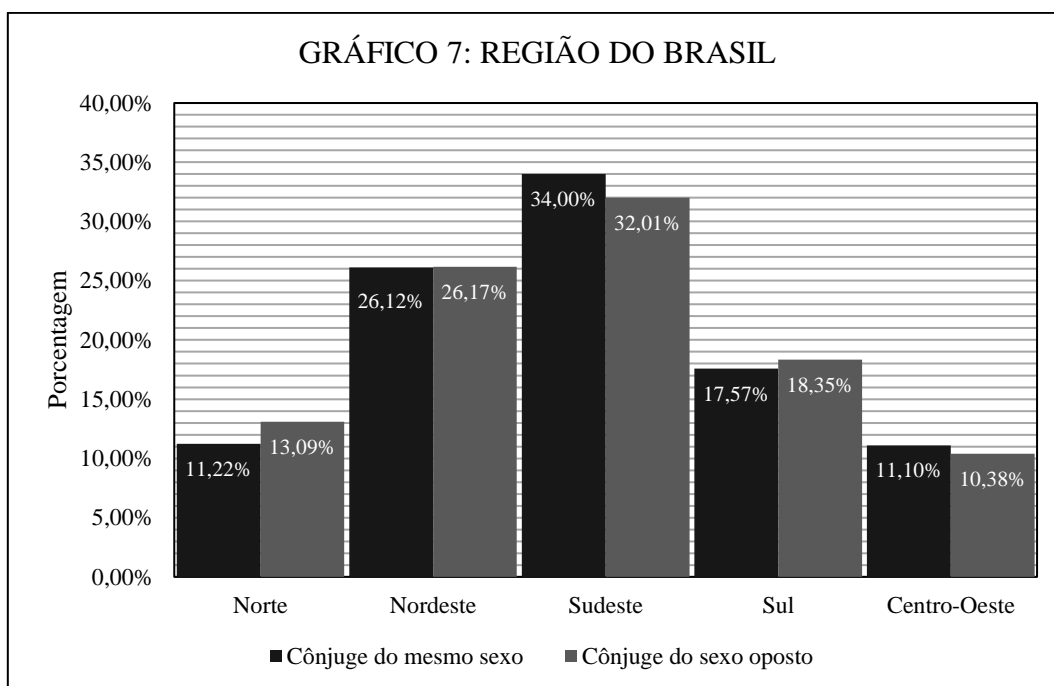
Esse índice difere bastante quando comparado a subamostra de pessoas com companheiro(a)/cônjuge do sexo oposto. Neste subgrupo, a concentração urbana ainda é maior que a rural, mas bem menos expressiva que no subgrupo de observações com cônjuge do mesmo sexo. Aqui 71,01% (4.881.524) das observações declaram residir em área urbana, contra 28,99% (1.993.346) que declaram residir em área rural.

A sobrerrepresentação de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo na região urbana em contraponto a sub-representação de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo na região rural é prevista e pode ser justificada, via literatura, por dois motivos substanciais: o nível educacional e a discriminação. Wight e Leblanc (2015) apontam um efeito de correlação muito forte entre indivíduos não héteros possuírem maior tempo formal de educação e residirem em área urbana; quanto mais tempo de educação, maior a renda proveniente de salário que será requerida e, portanto,

maiores as chances de os indivíduos que não residem em área urbana se deslocaram para ela, já que a maior parte das oportunidades de trabalho com melhores remunerações estão nas grandes cidades (WIGHT; LEBLANC, 2015). Logo, um dos fatores prováveis para a alta concentração de pessoas não héteros nos centros urbanos é o fato de que é onde as pessoas mais escolarizadas e com maior renda estão concentradas, sendo assim, relevante ressaltar que a concentração no gráfico pode indicar viés de seleção amostral.

A discriminação também pode ser determinante para a migração da área rural para a urbana por parte das pessoas não héteros, tendo em vista que Badgett (2003), em estudo sobre a discriminação, verificou que existia forte correlação entre a probabilidade de ser discriminado e residir em área rural. Logo, é possível conjecturar que parte das pessoas que se identificam como não héteros geram um êxodo rural justificado, não exclusivamente, pelo índice de discriminação em áreas rurais.

5.2.6. REGIÃO DO BRASIL



Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

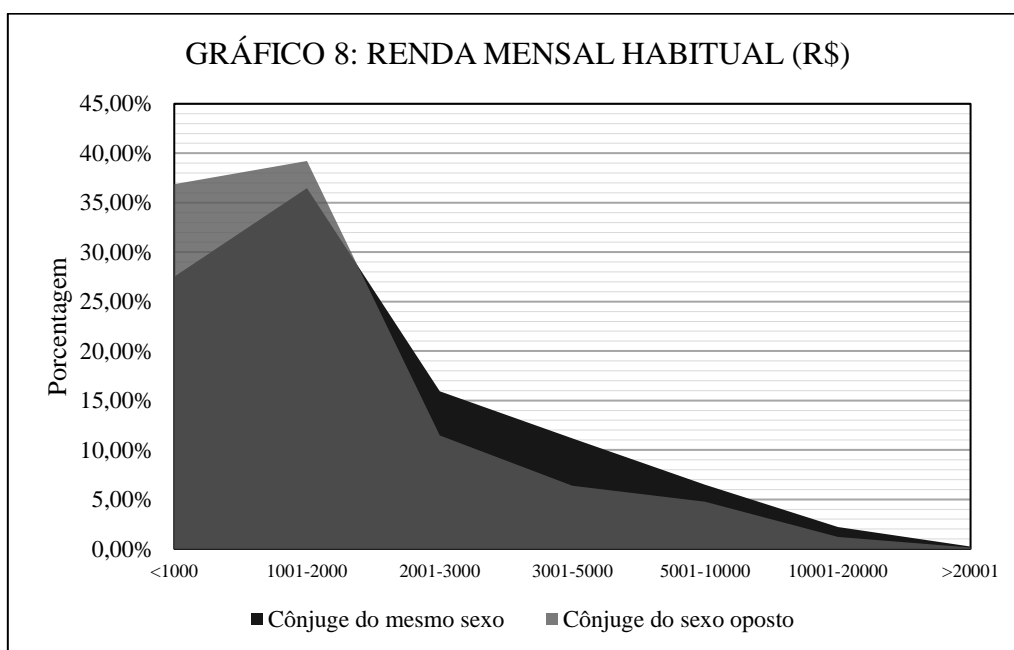
O gráfico 7 apresenta a distribuição pelas regiões brasileiras das observações com cônjuge do mesmo sexo (preto) e observações com cônjuge do sexo oposto (cinza).

Na primeira subamostra, de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo, a região do Brasil com maior concentração de observações é a Sudeste com 7.158, cerca de 34% do total. Logo em seguida vêm a região Nordeste com 5.499 observações,

o que corresponde a 26,12%. A terceira região brasileira com a maior concentração de pessoas não héteros é Sul, 3.698, 17,57%. Por fim, com pouco mais de 11% cada vem as regiões Centro-Oeste (2.336 observações) e a região Norte (2.362 observações), respectivamente. A região Centro-Oeste concentra 11,10%, enquanto a região Norte concentra 11,22%.

Na subamostra de pessoas com cônjuge do sexo oposto, a proporção é bastante semelhante. A região do Brasil que continua com maior concentração de observações é a Sudeste, seguida pelo Nordeste, que é seguido pelo Sul e Norte, respectivamente, e por fim, o Centro-Oeste. 32,01% residem na região Sudeste, 26,17% na região Nordeste, 18,35% na região Sul, 13,09% na região Norte e 10,38% na região Centro-Oeste. Nessa variável, não existem variações significantes entre os percentuais dos dois subgrupos.

5.2.7. RENDA MENSAL HABITUAL



Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O gráfico 8 apresenta o nível de renda mensal habitual declarada pelas pessoas com cônjuge do mesmo sexo e pessoas com cônjuge do sexo oposto para sete faixas de renda de recorte mais frequente: <R\$1000; R\$1001-R\$2000; R\$2001-R\$3000; R\$3001-R\$5000; R\$5001-R\$10000; R\$10001-20000; e >R\$20001. Os valores foram deflacionados e estão a preços de 2019.

A renda média habitual mensal das observações da subamostra de pessoas em casais não héteros é R\$2504,67 mensais. Do total de observações desse subgrupo, 27,50%

recebem menos de R\$1000 reais mensais, 36,47% recebem entre R\$1001 e R\$2000, 16% recebem entre R\$2001 e R\$3000, 11,17% recebem entre R\$3001 e R\$5000 e 8,91% recebem mais de R\$5001. 36,08% das observações recebem, em média, pelo menos 2 salários-mínimos⁷ mensais habitualmente, enquanto cerca de 20% recebem, em média, pelo menos 3 salários-mínimos mensais habitualmente.

Para os que constituem casais héteros, a renda média habitual mensal é R\$1688,07, valor 32,6% menor que a renda média habitual mensal de pessoas que constituem casais não héteros. No subgrupo de observações com cônjuge do sexo oposto, 36,87% recebem menos de R\$1000 reais mensais, 39,22% recebem entre R\$1001 e R\$2000, 11,46% recebem entre R\$2001 e R\$3000, 6,39% recebem entre R\$3001 e R\$5000 e 6,06% recebem mais de R\$5001. 23,91% das observações recebem, em média, pelo menos 2 salários-mínimos mensais habitualmente, enquanto 12,45% recebem, em média, pelo menos 3 salários-mínimos mensais habitualmente.

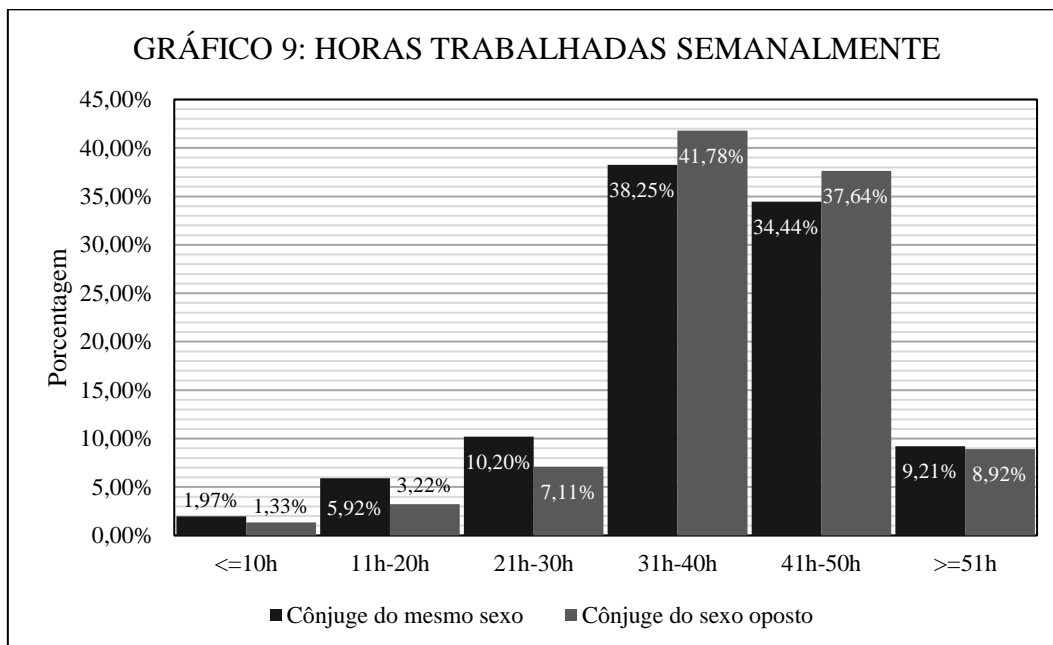
Por conseguinte, como já verificado, a alta concentração de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo que possuem ensino médio ou ensino superior comparativamente as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto pode ser usada como evidência argumentativa para a sobrerrepresentação de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo nas maiores faixas de renda e sub-representação nas menores faixas de renda.

De modo semelhante, a literatura verifica, dada a correlação esperada entre educação e renda, a presença relevante de observações de gays, bissexuais e lésbicas com maior tempo de educação formal e, conseqüentemente, maior renda (WIGHT; LEBLANC, 2015). O fato de as observações possuírem, na média, mais tempo de educação formal que a média da população total indica que essas observações recebem, na média, salários maiores que a média da população (WIGHT; LEBLANC, 2015). O percentual de indivíduos não héteros que residem em áreas urbanas, onde a média dos salários é maior que a média nacional – já que a média nacional engloba também a média dos salários da área rural, significativamente mais baixos – também embasa os salários mais alto de pessoas não héteros (WIGHT; LEBLANC, 2015). Por fim, pelo motivo de as observações não héteros serem compostas com um sobrerrepresentação de pessoas

⁷ O salário-mínimo em 2019 foi R\$998,00.

brancas que, na média, também possuem salários maiores que a população total, são esperados os dados do gráfico 8 (WIGHT; LEBLANC, 2015).

5.2.8. HORAS TRABALHADAS SEMANALMENTE



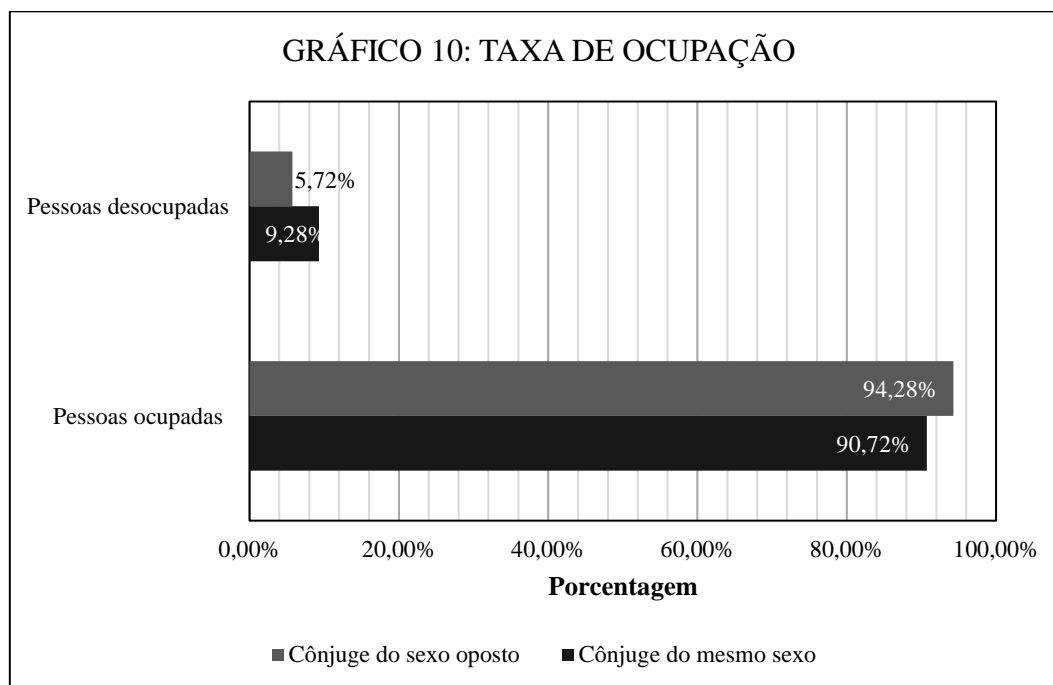
Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O gráfico 9 traz a distribuição das observações de pessoas com cônjuge do mesmo sexo e pessoas com cônjuge do sexo oposto entre as seis diferentes faixas de horas trabalhadas semanalmente; <=10h, 11h-20h, 21h-30h, 31h-40h, 41h-50h, >=51h. No que se refere as observações com cônjuge do mesmo sexo, a frequência de horas trabalhadas pela subamostra é maior entre 30 horas semanais e 50 horas semanais. Sendo que 38,25% observações declararam trabalhar habitualmente entre 31 e 40 horas semanais e 34,44% entre 41 e 50 horas semanais. Nas demais faixas, 1,97% trabalham habitualmente o inferior ou igual a 10 horas, 5,92% de 11 horas até 20 horas, 10,20% de 21 horas até 30 horas e 9,21% declarou trabalhar habitualmente igual ou superior a 51 horas semanais.

Para as observações com cônjuge do sexo oposto, a frequência de horas trabalhadas é semelhante à do subgrupo anterior se concentrado também no intervalo entre 30 horas semanais e 50 horas semanais. Sendo que 41,78% observações declararam trabalhar habitualmente entre 31 e 40 horas semanais e 37,64% entre 41 e 50 horas semanais. Nas demais faixas, 1,33% trabalham habitualmente o inferior ou igual a 10 horas, 3,22% de 11 horas até 20 horas, 7,11% de 21 horas até 30 horas e 8,92% declarou trabalhar

habitualmente igual ou superior a 51 horas semanais. Nessa variável, não existem variações significantes entre os percentuais dos dois subgrupos.

5.2.9. TAXA DE OCUPAÇÃO



Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O gráfico 10 apresenta o percentual de pessoas ocupadas, ou seja, que exercem atividades remuneradas e voluntárias, como estágios, e pessoas desocupadas, que não exercem atividades remuneradas e voluntárias, para observações com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo (barra em preto) e para observações com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto (barra em cinza). Na subamostra de observações com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo, o grau de ocupação, considerando pessoas empregadas tanto em atividades remuneradas, quanto em voluntárias, é de 90,72%. Já as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo e que estão desocupados representam 9,28% das observações. Para a subamostra de observações com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto, o grau de ocupação, considerando pessoas empregadas tanto em atividades remuneradas, quanto em voluntárias, é de 94,28%, enquanto as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo e que estão desocupados representam 5,72% das observações da subamostra. Não existem discrepâncias significativas entre os subgrupos nessa variável.

6. METODOLOGIA

A metodologia estatística do estudo tem como objetivo permitir três principais inferências: sobre a educação, sobre a renda e sobre a participação na força de trabalho. As inferências feita sobre a educação e renda, por meio dos resultados, indicam se há ou não evidências que apontem para existência de discrepância significativa nos anos de educação e nos salários recebidos por hétéros e não hétéros e qual a relevância de outros fatores – designados pelas variáveis de controle – sobre o resultado. No caso da participação da força de trabalho, além de verificar se existem ou não evidências de discrepância entre hétéros e não hétéros, a análise provê informações sobre como os diferentes fatores afetam a probabilidade de estar ocupado para ambos os grupos.

Nas seções de modelos e resultados, por meio do ferramental de *software* estatístico e dos microdados originários da PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua), estão descritos os modelos (base e especificados), suas respectivas estimações e análises.

Para as análises de educação e renda, os modelos foram construídos para estimações pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). O processo metodológico e o conceito básico do método MQO nesse estudo estão descritos na seção 6.2.

Para a análise de participação na força de trabalho, que é uma variável binária, os modelos foram construídos para estimações pelo método de *Probit*⁸. O processo metodológico e o conceito básico do método *Probit* nesse estudo estão descritos na seção 6.3.

Entretanto, anterior ao processo de modelagem e estimação de resultados existe uma anomalia estatística que precisa ser abordada: o viés de seleção amostral.

6.1. VIÉS DE SELEÇÃO AMOSTRAL

Como já mencionado, nesse estudo não estão sendo trabalhados dados ideais do ponto de vista estatístico. Para o objetivo desse escopo, de abordar aspectos relacionados a educação, renda e participação na força de trabalho de pessoas não hétéros, o banco de dados não oferece um fator de identificação satisfatório. Identificar as pessoas pela situação de relacionamento (casamento ou união estável) com outro indivíduo é em seu

⁸ O título do modelo “*Probit*” em inglês deriva da junção das palavras *probability* e *unity*, que significam respectivamente probabilidade e união.

cerne um limitante de identificação relevante entre a real amostra que representa a população designada de pessoas LGBTQIA+ e a amostra que é trabalhada. Esse cenário por si só faz com que os dados utilizados não sejam verossímeis, entretanto, como identificado na seção de estatísticas descritivas e como esperado conforme a revisão de literatura: pode-se verificar a forte evidência de existência de viés de seleção amostral entre as pessoas não héteros da amostra obtida.

O viés de seleção amostral ocorre quando em uma amostragem determinada amostra não é aleatória e, por esse motivo, não é representativa da população total de interesse (WOOLDRIDGE, 2005). Nesse caso, um certo perfil de indivíduo da população terá maiores chances de estar representado na amostra do que outros (WOOLDRIDGE, 2005). Sendo assim, os dados têm, quando na situação de existência de viés, maior probabilidade de representarem o perfil médio do indivíduo do viés, no lugar de representar o perfil médio da população (WOOLDRIDGE, 2005). É, para o cenário descrito, impossível fazer inferências sobre a população a qual os dados deveriam representar pois os estimadores são viesados. A identificação do viés pode ocorrer de diversas formas, entre elas, por meio do comparativo entre o perfil geral da amostra que pode estar enviesada e o perfil geral da população de interesse.

Nos dados da PNADC estratificados na seção de estatísticas descritivas, é possível verificar forte discrepância entre héteros e não héteros nos aspectos: cor/raça, volumetria nas faixas de idade, nível de escolaridade, área do domicílio e renda mensal habitual. É possível argumentar a priori que héteros não são a média da população, todavia, pelo volume de observações de cada subamostra, os percentuais de pessoas héteros estão matematicamente muito mais próximos dos valores da população total de pessoas com cônjuge ou companheiros que os percentuais de pessoas não héteros.

TABELA 7: POPULAÇÃO COM CÔNJUGE OU COMPANHEIRO

Grupo	Total	Percentual
Héteros	6874870	99,69%
Não Héteros	21053	0,31%

Total**6895923****100,00%**

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

Logo, através do cálculo de média ponderada da forma $(\alpha * \gamma_i) + (\beta * \gamma_i)$ em que γ_i é a ponderação dada pelo percentual da subamostra sobre o total e α representam os valores adquiridos para os não héteros e β os valores adquiridos para os héteros, é possível verificar para as variáveis com discrepância, o nível de afastamento da média da população total de cônjuges e companheiros(a):

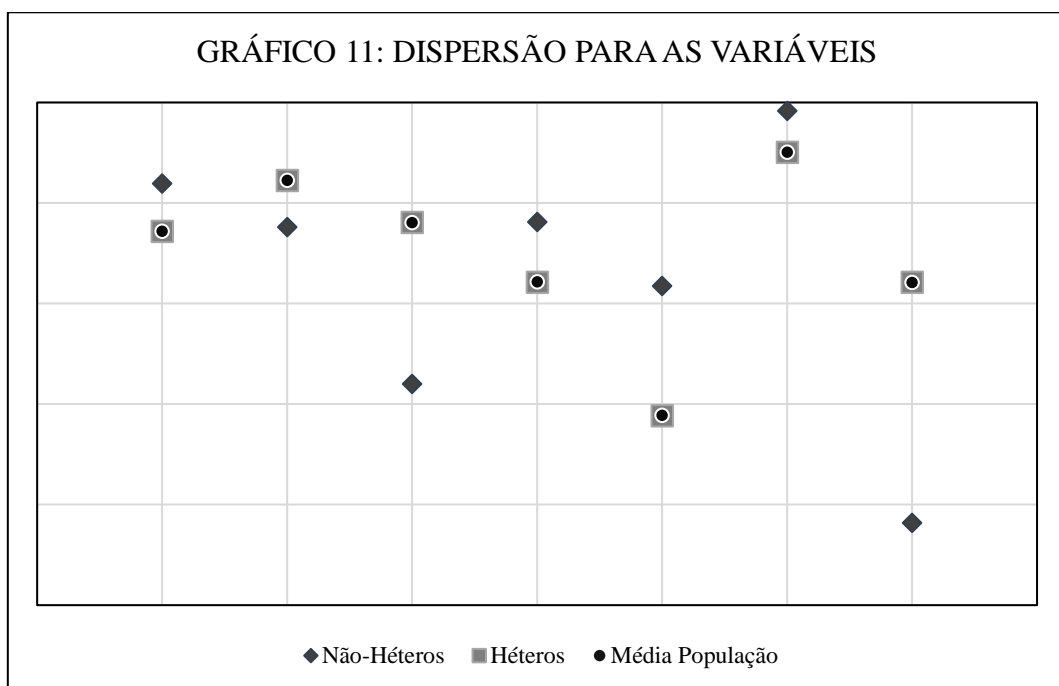
TABELA 8: VARIÁVEIS DISCREPANTES

Variáveis	Não Héteros	Héteros	Média Ponderada	Δ Não Héteros/Média	Δ Héteros/Média
Branco ou amarelo	57,28%	41,15%	41,20%	<u>16,08%</u>	-0,05%
Preto ou pardo	42,37%	58,50%	58,45%	<u>-16,08%</u>	0,05%
Sem instrução ou fundamental incompleto	14,36%	43,85%	43,76%	<u>-29,40%</u>	0,09%
Médio completo	43,91%	29,01%	29,06%	<u>14,85%</u>	-0,05%
Superior completo	28,22%	11,54%	11,59%	<u>16,63%</u>	-0,05%
Domicílio em área urbana	94,48%	71,01%	71,08%	<u>23,40%</u>	-0,07%
Domicílio em área rural	5,52%	28,99%	28,92%	<u>-23,40%</u>	0,07%
Idade	35,75	42,36	42,34	<u>-6,59</u>	0,02
Renda habitual mensal	2504,67	1688,07	1690,56	<u>814,11</u>	-2,49

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

Para análise de afastamento da média ponderada, quanto mais próximo nas colunas do delta (Δ) do número zero, tanto para os valores absolutos, quanto para porcentagem,

mais próximo os percentuais do subgrupo estão dos percentuais da população de interesse. É evidente que os percentuais das variáveis da subamostra de pessoas héteros estão próximas dos percentuais da população de interesse, fato que indica uma amostra aleatória. Todavia, os percentuais da subamostra de pessoas não héteros estão descolados da população de pessoas com cônjuge. O movimento entre as duas subamostras e a população total pode ser vista no gráfico a abaixo. O gráfico demonstra que enquanto não há dispersão relevante entre héteros e a população de pessoas com cônjuge ou companheiro(a), com os pontos praticamente sobrepostos, há forte descolamento dos não héteros.



Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

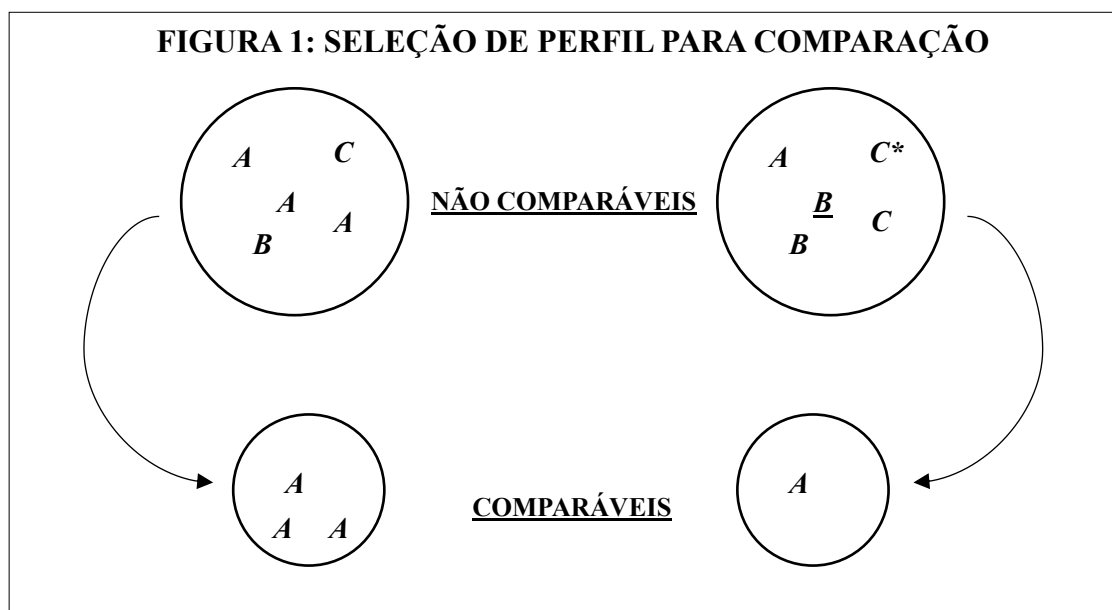
A existência do viés de seleção amostral na subamostra de pessoas não héteros exige a adoção de procedimento estatístico para que as estimativas realizadas pelo estudo sejam robustas e verossímeis. Nesse trabalho, serão utilizadas duas: a estimação dos modelos apenas para grupo comparativo que tenha o perfil aderente ao do viés e o método *propensity score matching*.

6.1.1. MÉTODO DE COMPARAÇÃO PELO PERFIL ADERENTE

O método de comparação pelo perfil aderente ao viés de seleção amostral consiste basicamente em selecionar o perfil predominante no grupo com viés de seleção amostral e compará-lo apenas ao grupo base com perfil aderente, semelhante. Nesse caso, a

correção é feita para o grupo total selecionando apenas as observações que se encaixem no perfil. Ao realizar a estimação foi selecionado o perfil predominante dos não héteros: branco, com pelo menos ensino médio completo, com domicílio em área urbana, média de idade de 35 anos e renda habitual mensal de R\$2.500. Para a idade, foi considerado um espaço de inclusão de 10 anos, ou seja, o perfil compreendeu observações entre 25 e 45 anos. Para a renda, foi considerado um espaço de inclusão de R\$1.000, ou seja, o perfil compreendeu observações entre R\$1.500 e R\$3.500 de renda mensal habitual recebida.

Com o perfil predominante de não héteros selecionado, as observações que não se encaixam foram desconsideradas para as estimações. No grupo base de pessoas héteros, apenas as observações com o perfil semelhante ao perfil predominante do viés foram selecionadas para as estimações. Desse modo, a comparação entre héteros e não héteros é factível para o grupo e permite inferências sobre educação, renda e participação na força de trabalho. Como demonstra a figura:



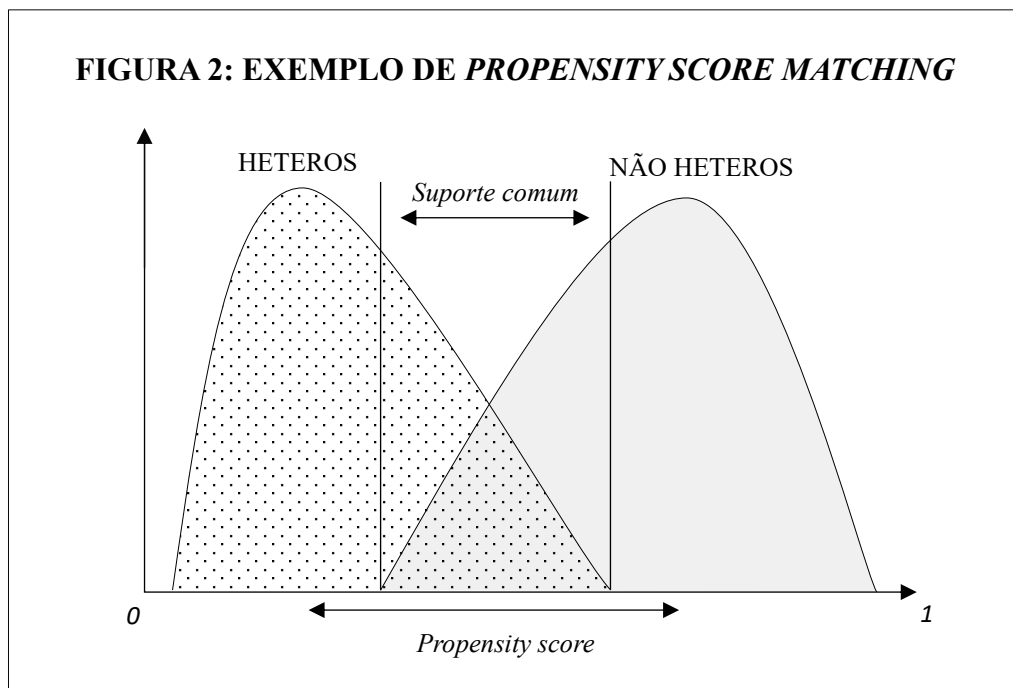
Elaboração própria.

Entretanto, dadas as limitações e os dados não ideais, nenhum resultado pode ser utilizado para inferir sobre toda população, apenas sobre o percentual dela que for aderente ao perfil predominante da estimativa: branco, com pelo menos ensino médio completo, com domicílio em área urbana, média de idade de 25 a 45 anos e renda habitual mensal de R\$1.500 e R\$3.500. MÉTODO PROPENSITY SCORE MATCHING

O método de pareamento do escore de propensão, mais comumente referido como *Propensity Score Matching* (PSM), e descrito por Rosenbaum e Rubin (1983) e tem como

cerne calcular e atribuir uma probabilidade condicional (que assume valor entre 0 e 1) de ser não hétero as observações de um grupo de tratamento e um grupo de controle controlando para suas variáveis observadas. Uma vez que o escore é calculado e atribuído a todas as observações do banco de dados, isso permite com que ambos os grupos sejam pareados a partir desses *propensity scores* similares e possibilita a comparação dos resultados estimados dos pares.

Basicamente, o PSM permite que seja criado um grupo de controle com características similares ao grupo de tratamento considerando as variáveis observáveis. As observações dos grupos de controle e tratamento que possuem o mesmo valor de propensão têm as distribuições das covariáveis observadas iguais.



Elaboração própria.

Em resumo, como demonstrado na figura acima, o procedimento do PMS atribui a cada uma das observações de interesse, tanto do grupo de tratamento (não héteros), quanto do grupo de controle (héteros), uma probabilidade de ser hétero que é calculada a partir das variáveis observadas que forem selecionadas, nesse caso as variáveis que evidenciam o viés de seleção amostral: cor/raça; idade; rural; educação. A partir daí criam-se dois conjuntos com observações que possuem um valor de probabilidade entre 0 e 1. Como as características que definem essa probabilidade foram criadas a partir das variáveis que definem mais fortemente o viés do grupo de tratamento (não héteros), intuitivamente é

possível perceber que o conjunto de não héteros ficará mais próximo do 1 com observações com probabilidade mais próxima de 1; já o conjunto de héteros ficará mais próximo do 0, com observações com probabilidade mais próxima de 0; A intersecção desses dois grupos é um conjunto de observações tanto héteros quanto não héteros com escore de propensão semelhantes.

As observações que estiverem fora do intervalo de pareamento são desconsideradas. O intervalo de pareamento começa no menor valor de *propensity score* da intersecção entre os dois grupos e termina no maior valor e é denominado de suporte comum. Dentro da área do suporte comum as observações do grupo de tratamento têm observações comparáveis do grupo de controle quanto às características das variáveis observadas. Logo, a partir do método, é possível parear as observações semelhantes entre si e prosseguir com as estimações pelos diferentes modelos.

6.2. MÍNIMOS QUADRADOS ORDINÁRIOS

O modelo utilizado para as análises de renda e educação executa regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Como já mencionado, o método estima os parâmetros em uma regressão linear; os resultados são gerados a partir da estimativa dos valores retornados de uma variável explicada que está em função de outras variáveis explicativas (WOOLDRIDGE, 2005). O processo dos valores retornados se dá por meio da minimização da soma dos quadrados da diferença entre o valor estimado e os valores dos dados observados (WOOLDRIDGE, 2005).

Para justificar a escolha dos estimadores de MQO, o Teorema de Gauss-Markov discorre que o método de Mínimos Quadrados Ordinários é mais eficiente para estimadores lineares não viesados, desde que satisfaça as cinco hipóteses abaixo, comumente referidas como hipóteses de Gauss-Markov (WOOLDRIDGE, 2005):

1. O modelo de regressão é linear nos parâmetros.
2. A amostragem é aleatória e representativa da população
3. O valor esperado do erro u é igual a zero para todos os valores das variáveis independentes.
4. Nenhuma das variáveis independentes é constante e elas não apresentam colinearidade perfeita.

5. Homocedasticidade; a variância do erro “u”, condicionada às variáveis explicativas, é igual para todas as combinações de resultados das variáveis explicativas.

6.3. MODELO PROBIT

O modelo utilizado para a análise de participação na força de trabalho executa regressão por *Probit*. Um modelo *Probit* (também chamado de regressão *Probit*) é uma maneira de realizar a regressão para variáveis binárias de resultado. Para esse caso, a regressão *Probit* permite analisar quais são os efeitos marginais/parciais que as variáveis explicativas assumem sobre a probabilidade de sucesso ($y=1$), que para o trabalho, é representada pela participação na força de trabalho.

É, em suma, um modelo que apresenta resposta binária partindo da suposição de uma função de distribuição normal padrão para uma variável índice da probabilidade de sucesso da participação na força de trabalho, a variável explicada, de modo que os coeficientes fiquem restritos ao intervalo de probabilidade $[0,1]$. Sua função nesse estudo é, por meio das estimações, mostrar quanto cada característica observada a partir das variáveis independentes afeta a probabilidade de inserção na força de trabalho formal.

7. MODELOS E ESTIMAÇÕES

Como discorrido na seção metodológica, as análises estatísticas desse estudo para os indicadores de educação, participação na força de trabalho e renda de pessoas com cônjuge/companheiro(a) do mesmo sexo ou cônjuge/companheiro(a) do sexo oposto são realizadas por meio de dois processos distintos: a análise pelo perfil aderente e análise por meio do *propensity score matching*.

Para as inferências de cada indicador foi elaborado um modelo base – com variáveis de controle relevantes e com alto caráter explicativo - e a partir dele foram designados modelos mais bem especificados – com *dummies* de período, coortes temporais, interações entre as variáveis dependentes e a variável de não hétero -, os quais foram estimados e geraram os resultados descritos nas subseções adiante.

7.1. MÉTODO DE ANÁLISE PELO PERFIL ADERENTE

A subseção do primeiro método – de análise pelo perfil aderente – apresenta os modelos e estimações via Mínimos Quadrados Ordinários e *Probit* para as três vertentes de interesse – educação, participação na força de trabalho e renda - no que tange as diferenças entre os não héteros (pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo)

e o grupo base de hétéros (pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto) apenas para as observações do banco de dados que atendem ao perfil do viés verificado na subamostra de não hétéros.

O perfil o qual as observações foram condicionadas para essa análise é: pessoas brancas, com idade entre 25 e 45 anos, que residem em área urbana e possuem pelo menos ensino médio completo. As observações que não se enquadram no perfil foram desconsideradas para efeito de análise estatística por não caracterizarem um grupo com potencial comparativo eficiente. Nas estimações N indica o número de observações e R² indica o percentual de explicação do modelo.

7.1.1. EDUCAÇÃO

O primeiro modelo base para educação está dentro dos parâmetros de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e pretende inferir sobre o impacto de ser uma pessoa com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo sobre os anos de educação formal comparativamente as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. O modelo base para educação foi estipulado como:

$$\text{educ} = \beta_0 + \beta_1 \text{naohetero} + \beta_2 \text{idade} + \beta_3 \text{idadesq} + \beta_4 \text{feminino} + \beta_5 \text{norte} + \beta_6 \text{nordeste} + \beta_7 \text{sudeste} + \beta_8 \text{sul} \varepsilon$$

No modelo base estão presentes: a dummy de não hétero que indica se o indivíduo é cônjuge ou companheiro(a) de pessoa do mesmo sexo caso o valor seja 1; a variáveis para idade e idade ao quadrado; a dummy de feminino que indica mulheres quando 1; a dummies de região, sendo a região centro-oeste a base. O modelo estimado teve o seguinte resultado:

TABELA 9: ESTIMAÇÃO DO MODELO BASE DE EDUCAÇÃO

	(1) educ
naohetero	0.0856*** (2.40)
idade	-0.00363 (-1.80)

idadesq	-0.0000266 (-0.94)
feminino	0.0292*** (16.09)
norte	0.00762 (1.76)
nordeste	-0.0131*** (-3.70)
sudeste	-0.0404*** (-13.34)
sul	-0.00645* (-2.14)
_cons	12.56*** (354.15)
<hr/>	
<i>N</i>	613914
<i>R</i> ²	0.870

t statistics in parentheses

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

A estimação do modelo base indica que o fato de um indivíduo ser não hétero, ou seja, possuir cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo aumenta em 0,085 ano o tempo de estudo médio comparativamente ao grupo base de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Importante ressaltar que esses valores se referem a pessoas brancas, com pelo menos ensino médio completo, residência em área urbana e idade entre 25 e 45 anos. Esse modelo, entretanto, não oferece um panorama completo o suficiente para a construção de cenário comparativo entre héteros e não héteros. Para tal, foram especificados novos modelos a partir do modelo base.

O modelo 2 insere dummies de período para cada ano do lapso temporal considerado (2012 a 2019). O modelo 3 acrescenta interações da variável de não hétero com as variáveis de interesse. O modelo 4 acrescenta coortes temporais pelo período de

nascimento dos indivíduos. Por fim, o modelo 5 insere interações entre os coortes temporais e a variável de não hétero. As estimações dos modelos geraram os seguintes resultados:

TABELA 10: ESTIMAÇÃO DOS MODELO ESPECIFICADOS DE EDUCAÇÃO

	(1) educ	(2) educ	(3) educ	(4) educ	(5) educ
naohetero	0.0856*** (8.40)	0.0857*** (8.41)	0.207*** (4.75)	0.201*** (4.61)	0.169* (2.19)
idade	-0.00363 (-1.80)	-0.00349 (-1.73)	-0.00337 (-1.67)	0.00249 (1.07)	0.00335 (1.45)
idadesq	-0.0000266 (-0.94)	-0.0000286 (-1.01)	-0.0000303 (-1.06)	-0.000107** (-3.29)	-0.000122*** (-3.76)
feminino	0.0292*** (16.09)	0.0292*** (16.06)	0.0295*** (16.20)	0.0297*** (16.27)	0.0297*** (16.30)
norte	0.00762 (1.76)	0.00754 (1.74)	0.00745 (1.72)	0.00852* (1.96)	0.00862* (1.99)
nordeste	-0.0131*** (-3.70)	-0.0130*** (-3.68)	-0.0130*** (-3.66)	-0.0115** (-3.24)	-0.0115** (-3.25)
sudeste	-0.0404*** (-13.34)	-0.0403*** (-13.32)	-0.0407*** (-13.40)	-0.0406*** (-13.36)	-0.0407*** (-13.37)
sul	-0.00645* (-2.14)	-0.00620* (-2.06)	-0.00635* (-2.10)	-0.00626* (-2.07)	-0.00650* (-2.15)
a2013		-0.00933** (-2.66)	-0.00937** (-2.67)	-0.00934** (-2.65)	
a2014		-0.0202*** (-5.82)	-0.0203*** (-5.86)	-0.0201*** (-5.72)	
a2015		-0.0196*** (-5.62)	-0.0197*** (-5.65)	-0.0195*** (-5.42)	
a2016		-0.0317*** (-9.05)	-0.0319*** (-9.10)	-0.0310*** (-8.37)	
a2017		-0.00988** (-2.82)	-0.0100** (-2.87)	-0.00984** (-2.60)	

a2018	-0.00517 (-1.47)	-0.00524 (-1.49)	-0.00630 (-1.63)	
a2019	-0.00907* (-2.57)	-0.00921** (-2.61)	-0.0122** (-3.07)	
naoheteroidadesq		0.0000183 (0.70)	0.0000214 (0.82)	0.0000619 (1.31)
naoheterosupcomp		-0.271*** (-12.90)	-0.270*** (-12.86)	-0.272*** (-12.91)
naoheterofeminino		-0.113*** (-5.44)	-0.112*** (-5.41)	-0.112*** (-5.41)
naoheteronorte		0.0476 (0.87)	0.0491 (0.90)	0.0437 (0.80)
naoheteronordeste		0.0327 (0.79)	0.0334 (0.81)	0.0306 (0.74)
naoheterosudeste		0.0805* (2.32)	0.0814* (2.35)	0.0786* (2.26)
naoheterosul		0.0422 (1.18)	0.0424 (1.19)	0.0411 (1.15)
coorte1958_70			0.0362*** (5.77)	0.0424*** (7.50)
coorte1971_80			0.0326*** (7.79)	0.0335*** (8.24)
coorte1981_90			0.0350*** (8.31)	0.0340*** (8.09)
coorte1991_05			0.0795*** (10.10)	0.0824*** (10.90)
naoheterocoorte58				-0.0441 (-0.56)
naoheterocoorte71				-0.0388 (-0.71)
naoheterocoorte81				0.00924 (0.18)
naoheterocoorte91				-0.0299 (-0.46)

_cons	12.56 ^{***} (354.15)	12.57 ^{***} (353.95)	12.56 ^{***} (353.69)	12.42 ^{***} (298.97)	12.40 ^{***} (300.65)
<i>N</i>	613914	613914	613914	613914	613914
<i>R</i> ²	0.870	0.870	0.870	0.870	0.870

t statistics in parentheses
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O modelo 2 aponta que com a inserção das dummies temporais acontece um pequeno incremento no efeito de ser cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo sobre o tempo de educação formal, passa de 0,0856 ano a mais para 0,0857 ano a mais em relação aos casais de cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto.

No modelo 3, com o acréscimo das interações, o efeito da variável de não hétero aumenta e passa a ser 0,207, indicando que quando o fato de ser não hétero aumenta em 0,207 ano o tempo médio de educação formal em relação aos héteros. É possível verificar por meio da interação entre feminino e não hétero que: 1. as mulheres que são não héteros tem retorno de 0,124 ano de educação formal a mais quando comparadas com mulheres héteros; e 2. as mulheres que não héteros tem retorno de 0,0405 ano de educação a mais quando comparadas com mulheres héteros. Também é possível atestar que os não héteros com ensino superior completo tem 0,335 ano de educação formal a mais que os héteros com ensino superior completo.

Nos modelos 4 e 5, com a inclusão dos coortes por data de nascimento, é possível verificar que: 1. as pessoas não héteros nascidas entre 1958 e 1970 tem 0,1656 ano de educação formal a mais que as pessoas héteros nascidas no mesmo período; 2. as pessoas não héteros nascidas entre 1971 e 1980 tem 0,1584 ano de educação formal a mais que as pessoas héteros nascidas no mesmo período; 3. as pessoas não héteros nascidas entre 1981 e 1990 tem 0,1689 ano de educação formal a mais que as pessoas héteros nascidas no mesmo período; 4. as pessoas não héteros nascidas entre 1991 e 2005 tem 0,1690 ano de educação formal a mais que as pessoas héteros nascidas no mesmo período.

Os modelos indicam, então, a existência de evidências que apontam que para o perfil de grupo estudado (branco, com pelo menos ensino médio, urbano, com 25 a 45

anos) existem evidências significantes de que ser não hétero tende a incrementar positivamente o tempo de educação formal em relação a ser hétero.

7.1.2. PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

O primeiro modelo base para participação na força de trabalho é um modelo binário *probit* e pretende inferir sobre o efeito marginal de ser uma pessoa com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo sobre a probabilidade de estar inserido na força de trabalho. O modelo base para educação foi estipulado como:

$$P(\text{partft} = 1 \mid \text{naohetero}, \text{educ}, \text{idade}, \text{idadesq}, \text{feminino}, \text{supcomp norte}, \text{nordeste}, \text{sudeste}, \text{sul})$$

No modelo base estão presentes: a dummy de não hétero que indica se o indivíduo é cônjuge ou companheiro(a) de pessoa do mesmo sexo caso o valor seja 1; a variáveis para idade e idade ao quadrado; a dummy de feminino que indica mulheres quando 1; a dummy de superior completo que assume 1 quando a observação possui superior completo e 0 quando possui menos do que superior completo; as dummies de região. O modelo estimado teve o seguinte resultado:

TABELA 11: ESTIMAÇÃO DO MODELO BASE DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

	(1) Parft
naohetero	0.252*** (8.86)
educ	0.0322*** (11.23)
idade	0.0380*** (8.36)
idadesq	-0.000557*** (-8.64)
feminino	-1.248*** (-230.27)
supcomp	0.420*** (37.53)

norte	-0.0499*** (-5.22)
nordeste	-0.0211** (-2.69)
sudeste	0.00613 (0.89)
sul	0.151*** (21.44)
_cons	0.785*** (9.04)
<hr/>	
<i>N</i>	613914

t statistics in parentheses
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

Na estimação do modelo base, o coeficiente de não hétero indica que, caso o indivíduo seja cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo - branco, urbano, com idade entre 25 e 45 anos, e pelo menos ensino médio completo - o efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado é positivo e para esse caso temos um efeito de 0,252. Já o coeficiente de feminino indica o esperado, de que se o indivíduo for mulher, o efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado é negativo, para esse caso temos um efeito de -1,248. O efeito marginal de possuir superior completo também é esperado e positivo: 0,420. Entretanto, o modelo base não é suficiente para inferências mais abrangentes e, por esse motivo, foi especificado em modelos adicionais.

No modelo 2 foram adicionadas interações entre a variável de não héteros e as variáveis de ensino superior completo, educação e de feminino. No modelo 3 foi adicionada uma variável dummy para se o indivíduo é chefe de domicílio e uma interação entre a variável de chefe de domicílio e a variável de não hétero. Por fim, no modelo 4 foram adicionadas as variáveis de coortes temporais para data de nascimento e as interações com a variável de não hétero. Os modelos estimados ofereceram os seguintes valores:

TABELA 12: ESTIMAÇÃO DOS MODELOS ESPECIFICADOS DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

	(1) parft	(2) parft	(3) parft	(4) parft
naohetero	0.252*** (8.86)	-0.435*** (-8.88)	-0.394*** (-7.99)	-0.519*** (-4.20)
educ	0.322*** (11.23)	0.326*** (11.38)	0.322*** (11.23)	0.322*** (11.23)
Idade	0.0380*** (8.36)	0.0379*** (8.32)	0.0373*** (8.17)	0.0380*** (7.26)
idadesq	-0.000557*** (-8.64)	-0.000555*** (-8.61)	-0.000549*** (-8.50)	-0.000517*** (-7.01)
feminino	-1.248*** (-230.27)	-1.257*** (-230.31)	-1.171*** (-198.40)	-1.172*** (-198.33)
supcomp	0.420*** (37.53)	0.421*** (37.56)	0.421*** (37.52)	0.420*** (37.48)
norte	-0.0499*** (-5.22)	-0.0506*** (-5.29)	-0.0527*** (-5.50)	-0.0536*** (-5.60)
nordeste	-0.0211** (-2.69)	-0.0213** (-2.71)	-0.0201* (-2.55)	-0.0220** (-2.79)
sudeste	0.00613 (0.89)	0.00641 (0.93)	0.0107 (1.54)	0.0103 (1.49)
sul	0.151*** (21.44)	0.151*** (21.46)	0.150*** (21.28)	0.149*** (21.25)
naoheterosupcomp		-0.201*** (-3.54)	-0.204*** (-3.60)	-0.189*** (-3.29)
naoheterofeminino		1.107*** (19.92)	1.016*** (18.21)	1.021*** (18.24)
naoheteroeduc		-0.205*** (9.92)	-0.157*** (8.21)	-0.131*** (8.20)
chefedom			0.173*** (37.06)	0.172*** (36.76)
naoheterochefedom			-0.003*** (27.61)	-0.003*** (26.87)
coorte1958_70				-0.0947***

				(-7.21)
coorte1971_80				-0.0548*** (-5.83)
coorte1981_90				-0.0247** (-2.58)
coorte1991_05				0.00577 (0.35)
naoheterocoorte58				0.0947 (0.54)
naoheterocoorte71				0.0345 (0.27)
naoheterocoorte81				0.156 (1.26)
naoheterocoorte91				0.345* (2.11)
_cons	0.785*** (9.04)	0.790*** (9.09)	0.679*** (7.80)	0.656*** (6.64)
<i>N</i>	613914	613914	613914	613914

t statistics in parentheses
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

Na estimação do modelo especificado 2, o coeficiente de não hétero indica que, caso o indivíduo seja cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo, o efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado é negativo, para esse caso temos um efeito de -0,435, valor que difere do sentido do modelo base, que era positivo. Ao analisar o efeito da educação para os indivíduos que não são héteros sobre a probabilidade de estar na força de trabalho tem-se um ano a mais de educação formal de indivíduos não héteros tem um efeito marginal de -0,314 sobre a probabilidade de um indivíduo estar empregado. Já para os héteros o efeito marginal da educação é positivo e igual a 0,121. Efeito semelhante ocorre quando se observa conjuntamente ser não hétero e ser mulher, já que o efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado é negativo, para esse caso temos um efeito de -0,585. Para análise conjunta de não héteros que possuem o superior completo, o efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado é de -0,215, enquanto o efeito

contrário é encontrado para os hétéros que possuem ensino superior: a o efeito marginal sobre a probabilidade de estar na força de trabalho é de 0,22.

No modelo 3 é possível fazer inferências sobre o efeito de ser chefe de domicílio e ser hétero ou não sobre a probabilidade de participação na força de trabalho. Quando o indivíduo não é hétero e é chefe de domicílio o efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado é negativo e igual a -0,224, por outro lado, quando o indivíduo é hétero e é chefe de domicílio o efeito marginal é positivo e igual a 0,17.

No modelo especificado 4, com a inclusão dos coortes por data de nascimento, é possível verificar que: 1. as pessoas não hétéros nascidas entre 1958 e 1970 tem efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado igual a -0,519, enquanto para os hétéros nascidos no mesmo período o efeito marginal é nulo; 2. as pessoas não hétéros nascidas entre 1971 e 1980 tem efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado igual a -0,539, enquanto para os hétéros nascidos no mesmo período o efeito marginal é também negativo, mas maior (-0,0203); 3. as pessoas não hétéros nascidas entre 1981 e 1990 tem efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado igual a -0,388, enquanto para os hétéros nascidos no mesmo período o efeito marginal é positivo e igual a 0,131; 4. as pessoas não hétéros nascidas entre 1991 e 2005 tem efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado igual a -0,168, enquanto para os hétéros nascidos no mesmo período o efeito marginal é igual a 0,350.

De modo geral, as estimações indicam que não ser hétero dentro do modelo causa um efeito marginal negativo sobre a probabilidade de estar participando da força de trabalho em contrapartida a ser hétero.

7.1.3. RENDA

Nesta última subseção, o modelo base para renda está dentro dos parâmetros de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e pretende inferir sobre o impacto de ser uma pessoa com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo sobre os salários habitualmente recebidos comparativamente as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. O modelo base para educação foi estipulado como:

$$\text{Isalario} = \beta_0 + \beta_1 \text{naohetero} + \beta_2 \text{idade} + \beta_3 \text{idadesq} + \beta_4 \text{feminino} + \beta_5 \text{supcomp} + \beta_6 \text{norte} + \beta_7 \text{nordeste} + \beta_8 \text{sudeste} + \beta_9 \text{sul} + \beta_{10} \text{educ} + \beta_{11} \text{a2012} + \beta_{12} \text{a2013} + \beta_{13} \text{a2014} + \beta_{14} \text{a2015} + \beta_{15} \text{a2016} + \beta_{16} \text{a2017} + \beta_{17} \text{a2018} + \beta_{18} \text{a2019} + \varepsilon$$

No modelo base estão presentes: a dummy de não hétero que indica se o indivíduo é cônjuge ou companheiro(a) de pessoa do mesmo sexo caso o valor seja 1; a variáveis para idade e idade ao quadrado; a dummy de feminino que indica mulheres quando 1; a dummy de ensino superior completo que assume 1 quando a observação possui superior completo e 0 quando possui apenas ensino médio completo; a variável de educação que indica os anos de estudo formal; a dummies de região, sendo a região centro-oeste a base; e a dummies de período. O modelo estimado teve o seguinte resultado:

TABELA 13: ESTIMAÇÃO DO MODELO BASE DE RENDA

	(1) lsalario
naohetero	0.0693*** (7.04)
idade	0.0611*** (31.32)
idadesq	-0.000604*** (-22.01)
feminino	-0.465*** (-275.73)
supcomp	0.282*** (60.08)
norte	-0.156*** (-37.37)
nordeste	-0.343*** (-100.75)
sudeste	-0.0601*** (-20.57)
sul	-0.0508*** (-17.53)
educ	0.145*** (118.38)
a2013	0.0818*** (24.16)

a2014	0.136*** (40.57)
a2015	0.188*** (55.78)
a2016	0.228*** (67.56)
a2017	0.261*** (77.39)
a2018	0.283*** (83.65)
a2019	0.320*** (94.42)
_cons	4.294*** (115.11)
<hr/>	
<i>N</i>	613914
<i>R</i> ²	0.367
<hr/>	

t statistics in parentheses
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

Na estimação do modelo base o coeficiente da variável de não hétero indica que, para os indivíduos com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo que estão dentro do perfil analisado (branco, urbano, com pelo menos ensino médio completo e 25 a 45 anos), os salários habitualmente recebidos são 6,93% maiores quando comparados aos salários habitualmente recebidos pelo grupo de controle (com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto). Os efeitos das demais variáveis de controle são esperados: a idade tem efeito positivo sobre os salários, uma vez que é esperado que, na média, quanto mais velha a pessoa maior seja o salário; a variável feminino indica que quando igual 1, ou seja, mulher a tendência é que o salário seja 46% menor que o grupo base para variável, homens; já a variável de controle para ensino superior completo mostra que o indivíduos com o grau de estudo tendem a ganhar 28% a mais que os indivíduos no grupo base para variável, nesse caso pessoas com apenas ensino médio completo.

O modelo base, entretanto, não é suficiente para análises mais profundas e robustas acerca da discrepância entre não héteros e héteros. Para tanto, foram especificados modelos tendo como base o modelo acima. No modelo 2 foram acrescentadas interações entre a variável de não hétero e as variáveis independentes para superior completo, feminino e regiões. No modelo 3 foram adicionadas as variáveis de chefe de domicílio e duas interações com a variável de não hétero: com chefe de domicílio e com educação. No modelo 4 foram adicionadas variáveis para coortes do ano de nascimento das observações. No modelo 5 as variáveis de coortes foram substituídas por variáveis de faixas etárias. No modelo 6 foram inseridas interações entre a variável de não hétero e os períodos. As estimações dos modelos especificados reproduziram os seguintes resultados:

TABELA 14: ESTIMAÇÃO DOS MODELOS ESPECIFICADOS DE RENDA

	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	lsalario	lsalario	lsalario	lsalario	lsalario
naohetero	-0.0776* (-2.36)	-0.150 (-2.58)	-0.151 (-2.59)	-0.162 (-2.66)	-0.152* (-2.17)
idade	0.0610*** (31.28)	0.0612*** (32.56)	0.0589*** (27.24)	0.0414*** (8.29)	0.0613*** (32.59)
idadesq	-0.000603*** (-21.97)	-0.000607*** (-22.95)	-0.000593*** (-19.60)	-0.000315*** (-4.57)	-0.000608*** (-22.96)
feminino	-0.466*** (-275.72)	-0.365*** (-191.90)	-0.365*** (-192.02)	-0.386*** (-230.65)	-0.386*** (-230.67)
supcomp	0.282*** (59.97)	0.273*** (59.91)	0.273*** (59.87)	0.273*** (59.92)	0.273*** (59.93)
norte	-0.156*** (-37.29)	-0.142*** (-35.20)	-0.141*** (-34.84)	-0.142*** (-35.12)	-0.142*** (-35.12)
nordeste	-0.343*** (-100.63)	-0.329*** (-99.92)	-0.327*** (-99.29)	-0.329*** (-99.86)	-0.329*** (-99.85)
sudeste	-0.0599*** (-20.43)	-0.0625*** (-22.10)	-0.0624*** (-22.08)	-0.0631*** (-22.30)	-0.0630*** (-22.29)
sul	-0.0507*** (-17.41)	-0.0549*** (-19.56)	-0.0549*** (-19.56)	-0.0554*** (-19.75)	-0.0553*** (-19.71)
educ	0.145***	0.153***	0.153***	0.153***	0.153***

	(118.48)	(128.91)	(128.76)	(128.91)	(128.93)
naoheterosupcomp	0.0482* (2.41)	0.143** (3.21)	0.143** (3.20)	0.142** (3.19)	0.145** (3.24)
naoheterofeminino	0.241*** (12.02)	0.159*** (8.23)	0.160*** (8.26)	0.179*** (9.26)	0.177*** (9.14)
naoheteronorte	-0.0139 (-0.27)	-0.0202 (-0.40)	-0.0205 (-0.41)	-0.0195 (-0.39)	-0.0165 (-0.33)
naoheteronordeste	0.107** (2.69)	0.116** (3.01)	0.115** (3.00)	0.112** (2.91)	0.110** (2.85)
naoheterosudeste	-0.0118 (-0.35)	-0.0231 (-0.72)	-0.0228 (-0.71)	-0.0219 (-0.68)	-0.0217 (-0.67)
naoheterosul	-0.0155 (-0.45)	-0.0179 (-0.54)	-0.0173 (-0.52)	-0.0156 (-0.47)	-0.0135 (-0.40)
a2013	0.0818*** (24.18)	0.0848*** (26.00)	0.0861*** (26.33)	0.0850*** (26.07)	0.0854*** (26.13)
a2014	0.136*** (40.60)	0.142*** (44.02)	0.145*** (44.36)	0.142*** (44.04)	0.143*** (44.01)
a2015	0.188*** (55.81)	0.197*** (60.88)	0.202*** (60.49)	0.197*** (60.87)	0.197*** (60.72)
a2016	0.228*** (67.59)	0.242*** (74.25)	0.250*** (72.69)	0.241*** (74.08)	0.242*** (74.04)
a2017	0.262*** (77.45)	0.274*** (84.12)	0.284*** (80.83)	0.273*** (83.90)	0.274*** (83.93)
a2018	0.283*** (83.68)	0.293*** (89.92)	0.305*** (84.83)	0.292*** (89.67)	0.293*** (89.46)
a2019	0.320*** (94.45)	0.327*** (100.11)	0.340*** (91.92)	0.326*** (99.76)	0.327*** (99.50)
chefedom		0.0433*** (23.34)	0.0426*** (22.93)		
horassemanal		0.0164*** (215.31)	0.0164*** (215.29)	0.0164*** (215.58)	0.0164*** (215.58)
naoheteroidadesq		0.0000560* (2.31)	0.0000540* (2.22)	0.0000616* (2.54)	0.0000592* (2.43)

naoheteroeduc	0.0403*	-0.0302*	-0.0304*	-0.0311*
	(2.50)	(-2.50)	(-2.51)	(-2.56)
naoheterochefedom	0.0416*	0.0421*		
	(2.16)	(2.18)		
coorte1958_70		0.0715***		
		(12.24)		
coorte1971_80		0.0547***		
		(14.06)		
coorte1981_90		0.0438***		
		(11.17)		
coorte1991_05		0.0115		
		(1.57)		
naoheterocoorte1958_70		0.0012***		
		(1.54)		
naoheterocoorte1971_80		0.0005***		
		(1.84)		
naoheterocoorte1981_90		0.0043***		
		(1.22)		
naoheterocoorte1991_05		0.0085		
		(1.87)		
idade26_29			0.00481	
			(0.71)	
idade30_33			0.0227*	
			(2.31)	
idade34_37			0.0275*	
			(2.24)	
idade38_41			0.00516	
			(0.37)	
idade42_45			-0.00300	
			(-0.20)	
naoheteroa2013				-0.0797
				(-1.62)
naoheteroa2014				-0.0659
				(-1.43)

naoheteroa2015					-0.0430 (-0.94)
naoheteroa2016					-0.102* (-2.22)
naoheteroa2017					-0.141** (-3.15)
naoheteroa2018					-0.0714 (-1.63)
naoheteroa2019					-0.0808 (-1.86)
_cons	4.295*** (115.15)	3.426*** (94.57)	3.438*** (83.15)	3.772*** (44.89)	3.454*** (95.37)
<i>N</i>	613914	613914	613914	613914	613914
<i>R</i> ²	0.367	0.412	0.412	0.411	0.411

t statistics in parentheses
* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

No modelo 2, a primeira diferença observável ao se comparar com o modelo base é a diferença no sentido do coeficiente da variável de não hétero que passa a ser negativo e com valor igual a 7,76% - logo, o fato de ser cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo diminui em 7,76% os salários quando comparado ao grupo base de cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Para os demais modelos, o efeito isolado de ser não hétero sobre os trabalhos é parecido ficando na casa dos 15% negativo, ocasionando nessa situação, uma diminuição de 15% dos salários quando se é não hétero comparativamente aos héteros. Ainda no modelo dois é possível fazer as primeiras inferências a partir das interações com as variáveis de superior completo e feminino. Para os indivíduos que tem superior completo e são não hétero, o efeito sobre os salários é de 25%, já quando os indivíduos têm superior completo e são héteros o incremento é maior: 33%. Para o caso das mulheres, as mulheres héteros tendem a ganhar 22% a menos, enquanto as mulheres não héteros tendem a ganhar 30% menos que o grupo base.

No modelo 3, os efeitos da variável de chefe de domicílio com a variável de não hétero indicam que enquanto ser hétero e chefe de domicílio impacta positivamente os

salários em 8% comparativamente aos não héteros, ser não hétero e chefe de domicílio impacta os salários negativamente em 6% comparativamente aos héteros. Relativo à educação, para os indivíduos héteros, um ano a mais de educação incrementa o salário 19% a mais quando comparados aos indivíduos não héteros.

Nos modelos 4 e 5, com a inclusão dos coortes por data de nascimento e variáveis de faixa etária, é possível verificar que: 1. as pessoas não héteros nascidas entre 1958 e 1970 recebem 2% a menos que as pessoas héteros nascidas no mesmo período; 2. as pessoas não héteros nascidas entre 1971 e 1980 recebem 4% a menos que as pessoas héteros nascidas no mesmo período; 3. as pessoas não héteros nascidas entre 1981 e 1990 recebem 4% a menos que as pessoas héteros nascidas no mesmo período; 4. as pessoas não héteros nascidas entre 1991 e 2005 recebem 6% que as pessoas héteros nascidas no mesmo período.

As estimações apontam para existências de evidências de discrepância salarial entre indivíduos com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo e com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto dentro do perfil de pessoas brancas, com pelo menos ensino médio completo, com idade entre 25 e 45 anos e que vivem em área urbana.

7.2. MÉTODO DE ANÁLISE PELO *PROPENSITY SCORE MATCHING*

A subseção do segundo método – de análise pelo *propensity score matching* – apresenta os modelos e estimações para as três vertentes de interesse – educação, participação na força de trabalho e renda - no que tange as diferenças entre os não héteros (pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo) e o grupo base de héteros (pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto) para todas as observações.

Enquanto, nesse método de estimação há vantagem quanto ao alcance da estimação, que engloba todas as observações, ao contrário do método anterior (que excluiu: pretos, pardos, pessoas da área rural, baixa instrução ou apenas ensino fundamental completo, com menos de 25 e com mais de 45 anos). Entretanto, a desvantagem reside no fato de que não é possível fazer análises mais específicas quanto ao impacto das variáveis de nível de instrução, idade, feminino, área urbana, área rural, horas trabalhadas e chefe de domicílio.

Nos modelos seguintes, para calcular os *propensity scores* (*pscore*) foi feito o uso do modelo de regressão logística (*logit*) com a adição de covariáveis observadas

relevantes no modelo, o que possibilitou obter uma probabilidade de ser não hétero para toda a amostra. Com os scores calculados para todas as etapas, foi feito um *overlap* para verificar a chance de acontecimento para os dois casos em qualquer cenário. Os indivíduos de grupos diferentes foram pareados com base em similitude de score de propensão a partir do método *nearest neighbour* – que identifica a observação com *pscore* mais próximo para comparação. O caliper – distância máxima entre os *matches* – selecionado foi 0.1.

7.2.1. EDUCAÇÃO

O modelo para estimar o diferencial no tempo de educação formal entre pessoas cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo e cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto foi construído como denotado abaixo:

$$\Pr(\text{naohetero} = 1 | \text{branco/amarelo, urbano, idade, idade}^2, \text{idade}^3), y^* = \text{educ}$$

Em que o tratamento é ser não hétero, ou seja, $\text{naohetero} = 1$ é a probabilidade buscada e as variáveis de controle são: se é branco/amarelo, urbano, idade, idade^2 e idade^3 . Importante ressaltar que nessa situação não está sendo montado um perfil limitante de análise como no método anterior; observações pretas e pardas, de área urbana e rural, femininas e com grau de escolaridade completo inferior a superior completo são consideradas no modelo estimado. As variáveis do modelo apenas indicam os condicionantes mais fortes ao fato de ser não hétero. O $y = \text{educ}$ é o valor de interesse que identifica os anos formais de educação. A tabela a seguir apresenta a distribuição das observações por faixa de *pscore*, com o menor *pscore* identificado na primeira faixa:

TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO DE PROPENSITY SCORES PARA O MODELO DE EDUCAÇÃO

<i>Pscore</i>	0	1	Total
.0004858	2054864	2	2054866
.05	1254869	150	1255019
0.1	858947	958	859905

0.2	578645	2255	580900
0.4	657852	3211	661063
0.6	561582	6855	568437
0.8	435869	7604	443473
Total	6402628	21035	6423663

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O menor *pscore* atribuído foi igual 0,0004858 (ou 0,04858%); no grupo de controle o número de observações de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto que recebeu um *pscore* na menor faixa foi 2.054.864, já no grupo de tratamento o número de observações de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo que recebeu um *pscore* na menor faixa foi 2.

Para a faixa de *pscore* de 0.05 (ou 5%), o grupo de controle foi igual a 1.254.869, já o grupo de tratamento foi igual a 150. Para a faixa de *pscore* de 0.1 (ou 10%), o grupo de controle foi igual a 858.947, já o grupo de tratamento foi igual a 958. Para a faixa de *pscore* de 0.2 (ou 20%), o grupo de controle foi igual a 578.645, já o grupo de tratamento foi igual a 2.225. Para a faixa de *pscore* de 0.4 (ou 40%), o grupo de controle foi igual a 657.852, já o grupo de tratamento foi igual a 3.211. Para a faixa de *pscore* de 0.6 (ou 60%), o grupo de controle foi igual a 561.582, já o grupo de tratamento foi igual a 6.855. Por fim, para a última faixa de *pscore* de 0.8 (ou 80%), o grupo de controle foi igual a 435.869, já o grupo de tratamento foi igual a 7.604.

Do total de observações, 548.300 não receberam *pscore*, sendo 548.282 observações do grupo de controle (7,9% do total do grupo de controle), e 18 do grupo de tratamento (0,09% do total do grupo de tratamento).

O efeito médio do tratamento nos tratados (*average effect of treatment on the treated* [ATT]) utilizando o método de *nearest neighbour matching* encontrado para $y =$ educação foi:

TABELA 16: EFEITO MÉDIO DE TRATAMENTO NOS TRATADOS PARA EDUCAÇÃO

n. Tratamento	n. Controle	ATT	Erro Padrão	T
17568	3589654	1.5445	.6878	2.7857

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O número de observações do grupo de tratamento com *matches* no grupo de tratamento foi de 17.568, por outro lado, no grupo de controle o número de *matches* com o grupo de tratamento foi de 3.589.654. De fato, é importante verificar a existência de *matches* múltiplos para observações do grupo de tratamento.

Outro fator relevante é notar que nem todas as observações que receberam um *pscore* obtiveram um *match*. Esse fato ocorre pelo caliper selecionado de 0.1. Nesse sentido, 44% das observações do grupo de controle não encontraram um *match*, enquanto no grupo de tratamento esse valor foi de 17%. Esse resultado é esperado uma vez que, pelo caráter do grupo de tratamento, a expectativa é que ocorrem proporcionalmente mais *matches* para as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto.

Nesse cenário, o *average effect of treatment on the treated* é positivo e igual a 1,5445. Esse valor significa que o grupo de tratamento de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo apresentaram em média 1,5 ano a mais de educação formal que o grupo de controle de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Esse resultado para educação é mais abrangente com relação as observações consideradas que o executado pelo método de perfil, uma vez que, ao contrário de limitar um grupo para análise (brancos, com pelo menos ensino médio completo, de 25 a 45 anos, de área urbana) como no método anterior, considera todo o grupo de indivíduos (pretos, pardos, brancos, amarelos, de 18 a 65 anos, de área urbana ou rural e de todos os níveis de escolaridade). Todavia, a desvantagem está no fato de que o resultado não pode ser facilmente verificado para os efeitos de intersecções importantes com a variável de não hétero, como qual seria o efeito conjunto entre ser não hétero e: ser preto e pardo; ser mulher; ser chefe de domicílio; períodos; e idade. Os resultados são estatisticamente significantes.

7.2.2. PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

O segundo modelo tem como objetivo apontar o diferencial sobre o efeito marginal da probabilidade de estar empregado de pessoas cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo comparativamente ao grupo de controle: pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Para tanto, o modelo foi construído como denotado abaixo:

$$\Pr(\text{naohetero} = 1 | \text{branco/amarelo, urbano, idade, idade}^2, \text{idade}^3, \text{chefedomicilio, chefedomicilio}^2), y^* = \text{partft}$$

Em que o tratamento é ser não hétero, ou seja, $\text{naohetero} = 1$ é a probabilidade buscada e as variáveis de controle são: se é branco/amarelo, urbano, idade, idade², idade³, chefe de domicílio e chefe de domicílio². Assim como para o caso da educação, não está sendo montado um perfil limitante de análise; as observações pretas e pardas, de área urbana e rural, femininas e com grau de escolaridade completo inferior a superior completo são consideradas no modelo estimado para participação na força de trabalho. As variáveis do modelo apenas indicam os condicionantes mais fortes ao fato de ser não hétero. O $y = \text{partft}$ é o valor de interesse que identifica a probabilidade de estar inserido na força de trabalho, empregado, comparativamente ao grupo base. A tabela a seguir apresenta a distribuição das observações por faixa de *pscore*, com o menor *pscore* identificado na primeira faixa:

TABELA 17: DISTRIBUIÇÃO DE PROPENSITY SCORES PARA O MODELO DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

<i>Pscore</i>	0	1	Total
.0007845	1985754	0	1985754
.05	1100484	225	1100709
0.1	658746	1157	659903
0.2	785468	3689	789157
0.4	457864	3987	461851

0.6	358999	4587	363586
0.8	157891	6985	164876
Total	5505206	20630	5525836

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O menor *pscore* atribuído foi igual 0,0007845 (ou 0,07845%); no grupo de controle o número de observações de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto que recebeu um *pscore* na menor faixa foi 1.985.754, já no grupo de tratamento o número de observações de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo que recebeu um *pscore* na menor faixa foi 0.

Para a faixa de *pscore* de 0.05 (ou 5%), o grupo de controle foi igual a 1.100.484, já o grupo de tratamento foi igual a 225. Para a faixa de *pscore* de 0.1 (ou 10%), o grupo de controle foi igual a 658.746, já o grupo de tratamento foi igual a 1.157. Para a faixa de *pscore* de 0.2 (ou 20%), o grupo de controle foi igual a 785.468, já o grupo de tratamento foi igual a 3.689. Para a faixa de *pscore* de 0.4 (ou 40%), o grupo de controle foi igual a 457.864, já o grupo de tratamento foi igual a 3.987. Para a faixa de *pscore* de 0.6 (ou 60%), o grupo de controle foi igual a 358.999, já o grupo de tratamento foi igual a 4.587. Por fim, para a última faixa de *pscore* de 0.8 (ou 80%), o grupo de controle foi igual a 157.891, já o grupo de tratamento foi igual a 6.985.

Do total de observações, 1.446.127 não receberam *pscore*, sendo 1.445.704 observações do grupo de controle (20,8% do total do grupo de controle), e 423 do grupo de tratamento (2,01% do total do grupo de tratamento). Diversas variações do modelo foram testadas para aumentar o índice de observações com *pscore*, entretanto, esse foi o modelo mais bem sucedido no quesito.

O efeito médio do tratamento nos tratados (*average effect of treatment on the treated* [ATT]) utilizando o método de *nearest neighbour matching* encontrado para $y =$ educação foi:

TABELA 18: EFEITO MÉDIO DE TRATAMENTO NOS TRATADOS PARA PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

n. Tratamento	n. Controle	ATT	Erro Padrão	t
18564	2889685	.01553	0.00471	4.297

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O número de observações do grupo de tratamento com *matches* no grupo de tratamento foi de 18.564, por outro lado, no grupo de controle o número de *matches* com o grupo de tratamento foi de 2.889.685. É importante verificar a existência de *matches* múltiplos para observações do grupo de tratamento.

Ademais, outro fator relevante é notar que nem todas as observações que receberam um *pscore* obtiveram um *match*. Esse fato ocorre pelo caliper selecionado de 0.1. Nesse sentido, 48% das observações do grupo de controle não encontraram um *match*, enquanto no grupo de tratamento esse valor foi de 10%. Esse resultado é esperado uma vez que, pelo caráter do grupo de tratamento, a expectativa é que ocorrem proporcionalmente mais *matches* para as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto.

Nesse cenário, o *average effect of treatment on the treated* é positivo e igual a 0,01553. É válido frisar que a interpretação desse valor, por se tratar de uma variável binária de probabilidade é diferente da interpretação para educação e renda. Esse valor significa que o grupo de tratamento de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo apresentaram em média efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado 1,553% maior que o efeito marginal sobre a probabilidade de estar empregado que o grupo de controle de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Esse resultado para participação na força de trabalho – assim como no caso da educação - é mais abrangente com relação as observações consideradas que o executado pelo método de perfil, uma vez que, ao contrário de limitar um grupo para análise (brancos, com pelo menos ensino médio completo, de 25 a 45 anos, de área urbana) como no método anterior, considera todo o grupo de indivíduos (pretos, pardos, brancos, amarelos, de 18 a 65 anos, de área urbana ou rural e de todos os níveis de escolaridade). Todavia, a desvantagem está no fato de que o resultado não pode ser facilmente verificado para os efeitos de intersecções importantes com a variável de não hétero, como qual seria o efeito conjunto entre ser não hétero e: ser preto e pardo; ser mulher; ser chefe de domicílio; períodos; e idade. Os resultados são estatisticamente significantes.

7.2.3. RENDA

O modelo final do método de *propensity score matching* tem objetivo apontar o diferencial de salários entre o grupo de tratamento, as pessoas cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo, e o grupo de controle, pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Para esse fim, o modelo foi determinado como denotado adiante:

$$\Pr(\text{naohetero} = 1 | \text{branco/amarelo, urbano, idade, idade}^2, \text{idade}^3, \text{educ, educ}^2, \text{educ}^3, \text{chefedomicilio}), y^* = \text{Isalarios}$$

No modelo final, para $\log(\text{salários})$, o tratamento é ser não hétero, ou seja, $\text{naohetero} = 1$ é a probabilidade buscada e as variáveis de controle são: se é branco/amarelo, urbano, idade, idade^2 , idade^3 , educação, educação^2 , educação^3 e chefe de domicílio. Como o mesmo conceito que os modelos elaborados para educação e para força de trabalho, não está sendo montado um perfil limitante de análise; as observações pretas e pardas, de área urbana e rural, femininas e com grau de escolaridade completo inferior a superior completo são consideradas no modelo estimado para a renda. As variáveis do modelo apenas indicam os condicionantes mais fortes ao fato de ser não hétero. O $y = \text{renda}$ é o valor de interesse que identifica o salário habitualmente. A tabela a seguir apresenta a distribuição das observações por faixa de *pscore*, com o menor *pscore* identificado na primeira faixa:

TABELA 19: DISTRIBUIÇÃO DE PROPENSITY SCORES PARA O MODELO DE RENDA

<i>Pscore</i>	0	1	Total
.0006799	1785693	11	1785704
.05	1547896	109	1548005
0.1	1112354	1547	1113901
0.2	689632	2169	691801
0.4	632664	4265	636929

0.6	487961	5968	493929
0.8	365841	6587	372428
Total	6622041	20656	6642697

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O menor *pscore* atribuído foi igual 0,0006799 (ou 0,06799%); no grupo de controle o número de observações de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto que recebeu um *pscore* na menor faixa foi 1.785.693, já no grupo de tratamento o número de observações de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo que recebeu um *pscore* na menor faixa foi 11.

Para a faixa de *pscore* de 0.05 (ou 5%), o grupo de controle foi igual a 1.547.896, já o grupo de tratamento foi igual a 109. Para a faixa de *pscore* de 0.1 (ou 10%), o grupo de controle foi igual a 1.112.354, já o grupo de tratamento foi igual a 1.547. Para a faixa de *pscore* de 0.2 (ou 20%), o grupo de controle foi igual a 689.632, já o grupo de tratamento foi igual a 2.169. Para a faixa de *pscore* de 0.4 (ou 40%), o grupo de controle foi igual a 632.664, já o grupo de tratamento foi igual a 4.265. Para a faixa de *pscore* de 0.6 (ou 60%), o grupo de controle foi igual a 487.961, já o grupo de tratamento foi igual a 5.968. Por fim, para a última faixa de *pscore* de 0.8 (ou 80%), o grupo de controle foi igual a 365.841, já o grupo de tratamento foi igual a 6.587.

Do total de observações, 329.266 não receberam *pscore*, sendo 328.869 observações do grupo de controle (4,7% do total do grupo de controle), e 397 do grupo de tratamento (1,89% do total do grupo de tratamento).

O efeito médio do tratamento nos tratados (*average effect of treatment on the treated* [ATT]) utilizando o método de *nearest neighbour matching* encontrado para $y =$ educação foi:

TABELA 20: EFEITO MÉDIO DE TRATAMENTO NOS TRATADOS PARA RENDA

n. Tratamento	n. Controle	ATT	Erro Padrão	t
---------------	-------------	-----	-------------	---

20054	4458962	-0.11793	0.09741	2.365
-------	---------	----------	---------	-------

Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

O número de observações do grupo de tratamento com *matches* no grupo de tratamento foi de 20.054, por outro lado, no grupo de controle o número de *matches* com o grupo de tratamento foi de 4.458.962. É importante verificar a existência de *matches* múltiplos para observações do grupo de tratamento.

Vale reiterar que nem todas as observações que receberam um *pscore* obtiveram um *match*. Isso ocorre pelo caliper – distância máxima entre *pscores* para *matches* - selecionado de 0.1. Portanto, para essa análise, 33% das observações do grupo de controle não encontraram um *match*, enquanto no grupo de tratamento esse valor foi de 3%. Esse resultado é esperado uma vez que, pelo caráter do grupo de tratamento, a expectativa é que ocorrem proporcionalmente mais *matches* para as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto.

Para o modelo de salários e pelo método de *nearest neighbour match*, o *average effect of treatment on the treated* é negativo e igual a -0,11793. O coeficiente do ATT aponta que o grupo de tratamento de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo tem, em média, salários 11,793% menores que o grupo de controle de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. É válido ressaltar que assim como nas análises anteriores, para educação e participação na força de trabalho, o método aqui é mais abrangente com relação as observações consideradas que o executado por perfil aderente, já que não há limitação da base por características como raça, escolaridade, idade ou área de residência. Todavia, a desvantagem está no fato de que o resultado não pode ser facilmente verificado para os efeitos de intersecções importantes com a variável de não hétero, como qual seria o efeito conjunto entre ser não hétero e: ser preto e pardo; ser mulher; ser chefe de domicílio; períodos; e idade. Os resultados são estatisticamente significantes.

7.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS POR PERFIL ADERENTE E POR PROPENSITY SCORE MATCHING

Os resultados apresentados nas subseções anteriores não são de forma alguma comparáveis quantitativamente. Enquanto no primeiro método – perfil aderente,

condicionado - os valores para educação, participação na força de trabalho e renda foram verificados apenas para pessoas com um perfil pré-selecionado e que se adequou ao perfil do viés de seleção amostral, no segundo método – *propensity score matching* – a análise pode ser feita para toda a amostra a priori. O primeiro método, entretanto, foi mais vantajoso no que tange as inferências mais específicas com instrumentos de interação que permitiram, por exemplo, analisar o impacto conjunto de ser não hétero e ser chefe de domicílio. O cenário construído para cada análise impede inferências empíricas com o objetivo de comparar os resultados dos dois métodos quantitativamente, entretanto conjecturas com base nas tendências encontradas, pontuados as diferenças de grupos de análise, são possíveis.

Para a educação, pelo primeiro método, e para o perfil de pessoas brancas, altamente escolarizadas, com idade entre 25 e 45 anos, vivendo em região urbana, as estimações do modelo mostraram que há uma tendência de maior escolarização em tempo formal de educação entre pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo quando comparados a pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Pelo segundo método, para o grupo completo da amostra, com pessoas de todas as raças, com idade entre 18 e 65 anos, todos os graus de escolaridade, e vivendo em qualquer área, as estimações mostraram que há uma tendência de maior escolarização em tempo formal de educação entre pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo quando comparados a pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Logo, de forma conjectural, as tendências, consideradas as distinções dos dois grupos, têm o mesmo sentido.

Para a participação na força de trabalho, pelo primeiro método, e para o perfil de pessoas brancas, altamente escolarizadas, com idade entre 25 e 45 anos, vivendo em região urbana, as estimações do modelo mostraram que há uma probabilidade menor de estar empregado entre pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo quando comparados a pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Pelo segundo método, para o grupo completo da amostra, com pessoas de todas as raças, com idade entre 18 e 65 anos, todos os graus de escolaridade, e vivendo em qualquer área, as estimações mostraram que há uma probabilidade maior de estar empregado entre pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo quando comparados a pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Logo, de forma conjectural, as tendências, consideradas as distinções dos dois grupos, têm sentidos opostos.

Para a renda, pelo primeiro método, e para o perfil de pessoas brancas, altamente escolarizadas, com idade entre 25 e 45 anos, vivendo em região urbana, as estimações do modelo mostraram que os salários habituais são menores entre pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo quando comparados a pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Pelo segundo método, para o grupo completo da amostra, com pessoas de todas as raças, com idade entre 18 e 65 anos, todos os graus de escolaridade, e vivendo em qualquer área, as estimações mostraram que os salários habituais são menores entre pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo quando comparados a pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Logo, de forma conjectural, as tendências, consideradas as distinções dos dois grupos, têm o mesmo sentido.

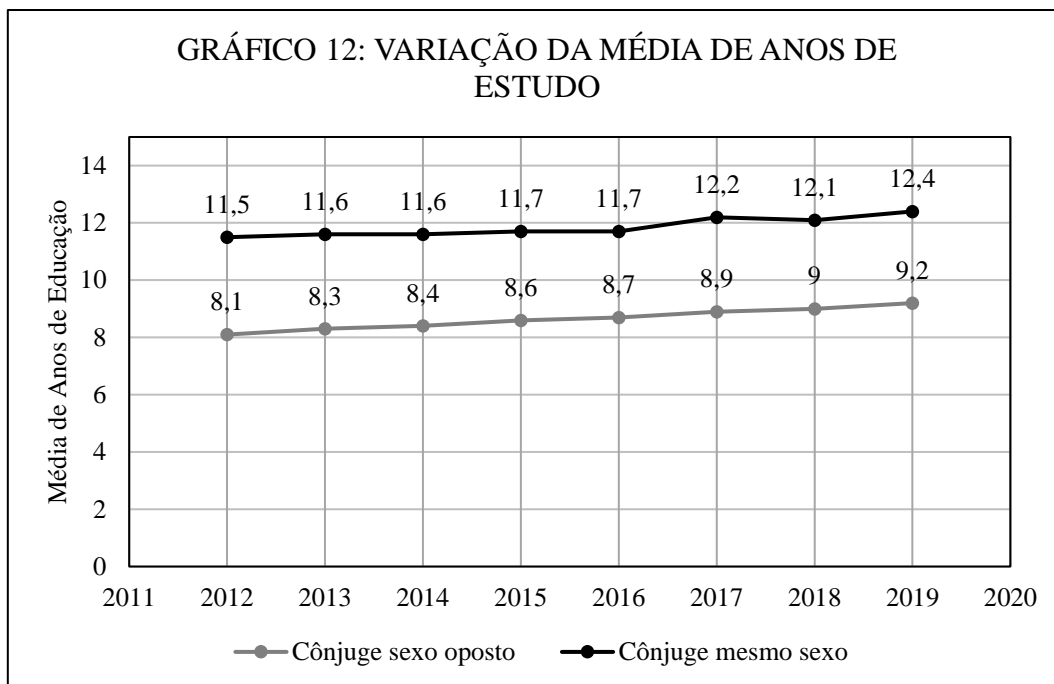
É mais que necessário frisar novamente que nenhuma quantitativa pode ser realmente feita, já que para os dois de métodos de análise da educação, participação na força de trabalho e renda foram utilizados contexto não comparáveis. Há sim, como feito, a possibilidade de conjecturar não empiricamente. Em adição, se faz necessário, para a construção de um panorama mais completo, verificar as médias dos valores de educação, participação na força de trabalho e renda entre héteros e não héteros ano a ano.

8. EVOLUÇÃO PERÍODO A PERÍODO

A seção tem como foco apresentar graficamente a evolução das três principais vertentes de análise: educação, participação na força de trabalho e renda para pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo e cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto ano a ano, pelo período considerado de 2012 a 2019. Importante ressaltar que, para a construção das médias, foram considerados todos os indivíduos dos dois grupos. Nesse caso, seguindo a ótica de rotação da PNAD Contínua, os indivíduos que aparecem nos primeiros anos, não estão presentes nos últimos anos. Não há, todavia, perda para o estudo, tendo em vista que objetivo da seção é comparar a média dos grupos e não dos indivíduos.

8.1. COMPARATIVO PARA EDUCAÇÃO DE 2012 A 2019

O gráfico comparativo para os anos de educação de 2012 a 2019 apresenta a evolução da média dos anos de educação formal dos indivíduos para os dois grupos: cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo e cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto.



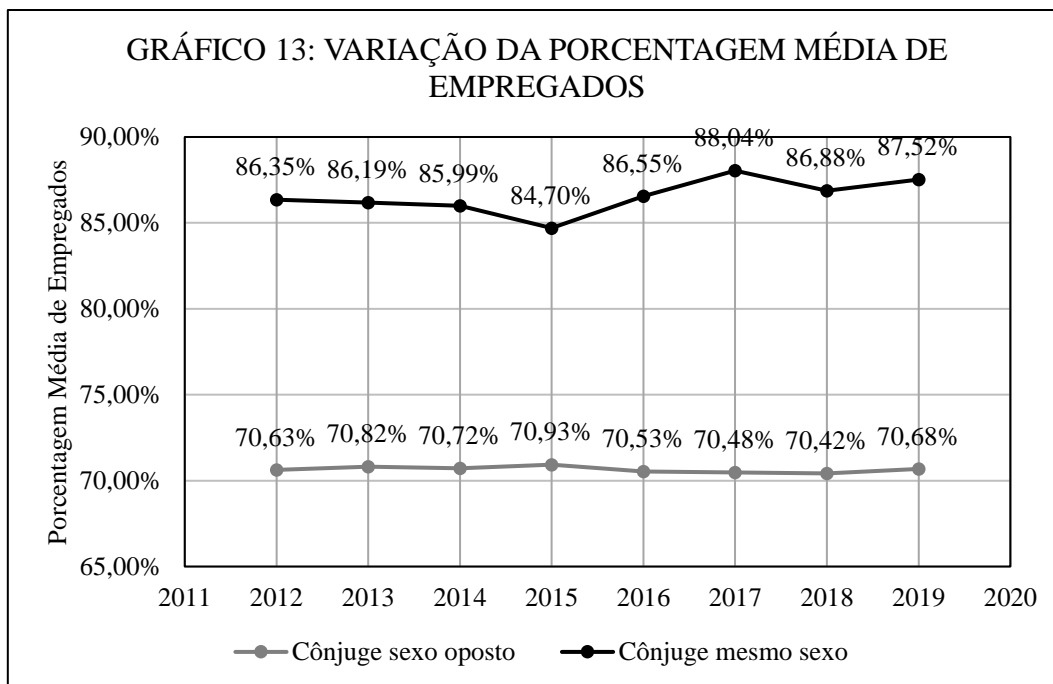
Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

É possível verificar para todo o período que a média de anos de educação da subamostra de pessoas não héteros se mantém acima da média de pessoas héteros por cerca de 3 anos por todo o período.

No primeiro ano, a média de educação dos não héteros é de 11,5 anos, enquanto a média de anos de educação dos héteros é de 8,1 anos. No último período, 2019, a média de anos de educação dos não héteros é de 12,4 anos, enquanto a dos héteros é de 9,2 anos.

8.2. COMPARATIVO PARA PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO DE 2012 A 2019

O gráfico comparativo para a participação na força de trabalho de 2012 a 2019 apresenta a evolução da porcentagem média dos indivíduos empregados para o total dos dois grupos: cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo e cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto.



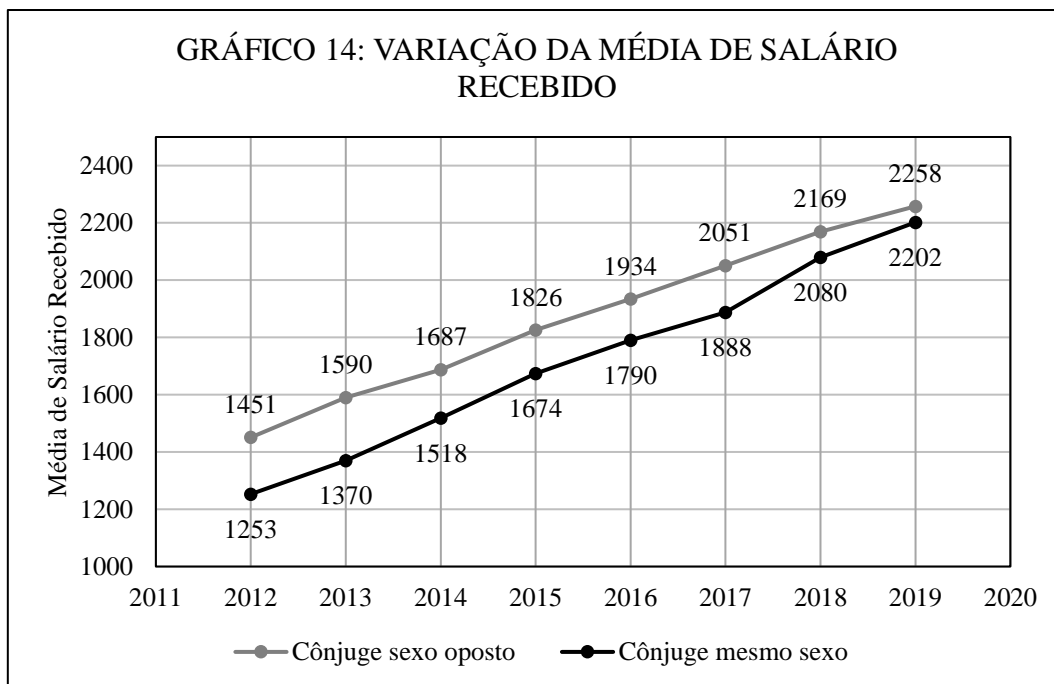
Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

É possível verificar para todo o período que a média pessoas empregadas na subamostra de pessoas não héteros sobre o total de pessoas não héteros se mantém acima da média de pessoas héteros por cerca de 16% por todo o período.

No primeiro ano, a média percentual de empregados dos não héteros é de 86,35%, enquanto a média percentual de empregados dos héteros é de 70,63%. No último período, 2019, a média percentual de empregados dos não héteros é de 87,52%, enquanto a dos héteros é de 70,68%.

8.3. COMPARATIVO PARA RENDA DE 2012 A 2019

O gráfico final é um comparativo para a renda habitual de 2012 a 2019 e apresenta a evolução da média de salários recebidos dos indivíduos dos dois grupos: cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo e cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Os valores foram deflacionados a preços de 2019.



Elaboração própria. Fonte: IBGE, PNAD Contínua, microdados.

Para o gráfico, fica claro que para todo o período a média salarial na subamostra de pessoas não héteros se mantém abaixo da média salarial de pessoas héteros, entretanto, é importante reparar que a tendência de crescimento dos salários de não héteros é superior a tendência de crescimento dos salários de héteros, indicação de uma diminuição na diferença de média de salário recebido.

No primeiro ano, 2012, a média salarial das pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto é de R\$1.451, já a média salarial das pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo é R\$1.253. No último ano, 2019, a média salarial das pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto é de R\$2.258, já a média salarial das pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo é R\$2.202. Enquanto, os héteros tem um incremento real de R\$807, os não héteros, no mesmo período, apresentam um incremento real de R\$949.

9. COMENTÁRIO FINAL

As pessoas LGBTIQA+ ainda constituem uma minoria política, social e econômica muito pouco estudada pelas ciências econômicas. A políticas públicas direcionadas as correções de distorções no bem-estar social desses indivíduos são insuficientes e ineficazes. Parte relevante do problema está na origem: os dados não ideais e acabam por invisibilizar essa população e causar uma série de distorções difíceis de serem corrigidas.

A discriminação sofrida pelos LGBTQIA+ é real e atinge diversos âmbitos da vida desses sujeitos. Mensurar qual o impacto quantitativo dessa discriminação é que é o problema. Diversos estudos se dedicaram a entender, por exemplo, os impactos de fazer parte dessa comunidade e estar inserido no mercado de trabalho. Na principal pesquisa contínua do país, apenas uma variável identifica pessoas que são LGBTQIA+. A pergunta em si não é suficiente para identificar essa população, e o caráter dela – de pessoas com cônjuge ou companheiro(a) – gera por si só viés. A literatura mostra também que adicionar questionamentos indiscriminadamente não é o mais eficiente, uma vez que a questão da veracidade e confiabilidade das respostas também é um problema. Logo, os atuais métodos de pesquisa que servem como fonte de dados da população LGBTQIA+ e suas características fenotípicas, sociais, econômicas e políticas são ineficazes e exigem reformulação.

Para o objetivo inicial desse trabalho, que era analisar a população LGBTQIA+ como um todo, os dados não se mostraram suficiente e exigiram diversos recortes. Primeiramente, ao tornar viável apenas a utilização de pessoas com cônjuge ou companheiro(a), segundo, ao exigir que para diversas inferências o perfil de análise precisasse ser limitado por causa da existência de viés de seleção amostral. O perfil final estudado acabou por ser muito específico: pessoas casadas ou com companheiro(a), majoritariamente brancas, vivendo majoritariamente em centro urbanos, com nível de educação acima da média e com média de idade relativamente jovem. Logo, a amostra por si só foi insuficiente para se obter resultados e análises robustas.

Ao realizar o estudo econométrico por meio de dois métodos para verificar a educação, participação na força de trabalho e renda foi possível desenhar tendências comparativas entre os grupos de não hétero e hétero. As análises em si, demonstraram que existem evidências de os indivíduos com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo possuem, na média, mais anos de educação formal que os indivíduos com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto. Não há, porém, como determinar uma tendência, mesmo que de forma conjectural, para a participação na força de trabalho já que o resultado das estimações dos modelos por cada método aponta para sentidos diferentes. No caso da renda, assim como na educação, existe uma tendência de que as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo recebam menos que as pessoas com cônjuge ou companheiro(a) do sexo oposto mesmo com mais tempo de educação. Há um fator

importante a se pontuar: na seção de evolução é possível verificar uma diminuição da discrepância salarial entre héteros e não héteros período a período de 2012 a 2019.

Por conseguinte, apesar de apresentar evidências fortes, o estudo não é suficiente para verdadeiramente demonstrar de forma robusta que existe uma discrepância entre héteros e não héteros que pode ser ocasionada pela discriminação. Concluir que as pessoas não héteros possuem mais tempo de educação formal e recebem salários menores não é plausível. Já que não é possível verificar de maneira robusta que esses resultados são representativos da população total, dado que a amostra em si não é representativa da população total. As pessoas com cônjuge ou companheiro(a) possuem características específicas que não tem convergência quando atribuídas ao resto da população. Os resultados são fortemente viesados pelo caráter da amostra.

Esse estudo acaba durante o seu discorrimento atingido um novo objetivo: demonstrar que os dados sobre a população LGBTQIA+ são insuficientes e inutilizáveis de forma eficiente. Os resultados aqui demonstrados e a conclusões aqui discorridas devem servir como fortes balizadores da reformulação de pesquisas que versam também sobre a população de pessoas não héteros e transgêneros. A discriminação, em seus diversos âmbitos, é primordialmente combatida por meio de políticas públicas e políticas públicas dependem de dados. Os não suficientes ocasionam na ausência de políticas eficientes, a ausência de políticas eficientes leva a perpetuação da discriminação e, por fim, a perpetuação da discriminação deixa a sociedade mais longe da justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBELDA, R. *et al.* **Poverty in the lesbian, gay, and bisexual community.** 1. ed. [S.l.: s.n.], 2009. p. 7-122.

ALLEGRETTO, S.; ARTHUR, M. M. **An empirical analysis of homosexual/heterosexual male earnings differentials: unmarried and unequal?** *Ind Labor Relat Rev*, 2001, 54:631– 646.

ALMEIDA, A. M. de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. de (Org.). **Pensando a família no Brasil - da colônia à modernidade.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p. 53-66.

ARABSHEIBANI, G. R.; MARIN, A.; WADSWORTH, J. **Gay pay in UK.** *Economica*, Londres, v. 72, 2005, p. 333-347.

BADGETT, M. V. L. **Money, myths, and change: The economic lives of lesbians and gay men.** *University of Chicago Press*, Chicago, v. 5, n. 4, p. 102-165, set./2003. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=47ZKO0AAAAAJ&citation_for_view=47ZKO0AAAAAJ:u-x6o8ySG0sC. Acesso em: 22 mar. 2022.

BADGETT, M. V. L. **The Wage Effects of Sexual Orientation Discrimination.** *sage journals*, Chicago University, v. 2, n. 1, p. 12-68, mar./1995. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/001979399504800408>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BADGETT, M. V. L. **The wage effects of sexual orientation discrimination.** *Industrial Labor Relations Review*, Ithaca, v. 48, n. 4, p. 726-739, jul. 1995.

BADGETT, M. V. L. **When Gay People Get Married.** 1. ed. [S.l.: s.n.], 2009. p. 4-244.

BADGETT, M.v Lee. **The economic cost of stigma and the exclusion of LGBT people: A case study of India.** *World Bank*, Washington, DC, v. 25, n. 4, p. 12-51, jun./2014. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/21515>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BADGETT, Mv Lee. **Employment and sexual orientation: Disclosure and discrimination in the workplace.** *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, TTC, v. 12, n. 3, p. 29-52, ago./1996. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J041v04n04_03. Acesso em: 23 mar. 2022.

BERG, N.; LIEN, D. **Measuring the effect of sexual orientation on income: evidence of discrimination?** *Contemp Econ Policy*, 2002, 20:394–414.

BLANDFORD, J. M. **The Nexus of sexual orientation and gender in the determination**

BRAHMA, Sanjukta. **LGBTQ history: a sociological analysis.** 1. ed. [S.l.: s.n.], 2022. p. 3-53.

CARPENTE, J. S. **An empirical and anthropological revision about LGBT.** 1. ed. [S.l.]: Journal of Economic Perspectives, 2016. p. 8-141.

CARPENTER, S. C. Self-reported sexual orientation and earnings: evidence from California. *Industrial Labor Relations Review*, Ithaca, v. 58, n. 2, p. 258-273, jan. 2005.

CASARI, P.; MONSUETO S. E.; DUARTE P. H. E.; **Impacto da orientação sexual sobre o rendimento do trabalho** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC, 42., 2014, Natal. Anais... Natal: ANPEC, 2014, p. 1-18

CLAIN, S. H.; LEPPPEL, K. **An investigation into sexual orientation discrimination as an explanation for wage differences.** *Applied Economics*, v. 33, n. 1, p. 37-47, 2001.

CORREA, M. V.; IRFFI, G.; SULIANO, D. C. **Existe diferencial entre casais homossexuais e heterossexuais? Uma abordagem para o mercado de trabalho brasileiro.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC, 41., 2013, Foz do Iguacu. Anais... Foz do Iguacu: ANPEC, 2009, p. 1-20.

DWORKIN, Sari H.; YI, Huso. LGBT identity, violence, and social justice: The psychological is political. *International Journal for the Advancement of Counselling*, v. 25, p. 269-279, 2003.

ESPINOZA, Robert. **Our Issues Entwine: LGBTQ Aging and Economic Justice**. **Tikkun**, UCU, v. 28, n. 4, p. 44-88, mar./2013. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/tikkun/article-abstract/28/4/44/73797/Our-Issues-EntwineLGBTQ-Aging-and-Economic-Justice>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FLORES, Andrew R. **Social acceptance of LGBT people in 174 countries: 1981 to 2017**. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. In: Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas, 2010.

GOLDBERH N.G., SCHNEEBAUM A., DURSO L.E., BADGETT M.V.L. (2020) **LGBTQ-Parent Families in the United States and Economic Well-Being**. In: Goldberg A., Allen K. (eds) **LGBTQ-Parent Families**. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-35610-1_6

KLAWITTER, M. M.; FLATT, V. **The effect of State and local antidiscrimination policies on earnings for gays and lesbians**. *J Policy Anal Manage*, 1998 17:658–686.

LÉVI-STRAUSS, C. **Social structure**. In: KROEBER, A. L. *Anthropology today*. Chicago: University of Chicago Press, 1954, p. 524-553.

MELLO E SOUZA, A. C. de. **The brazilian family**. In: SMITH, T. L.;

METZGER, Logan. **The LGBTQIA+ acronym and its history**. *Iowa State Daily*. Retrieved May, v. 25, p. 2022, 2020.

MONTEIRO, S., and VILLELA, W. comps. **Estigma e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, 207 p. ISBN: 978-85-7541-534-4.

OWENS, Benjamin; MILLS, Suzanne. **Customer Abuse and Aggression Among LGBT**. **SAGE JOURNALS**, OREGON, v. 12, n. 2, p. 4-112, nov./2021. Acesso em: 21 mar. 2022.

OZEREN, E. **Sexual orientation discrimination in the workplace: a systematic review of literature**. Elsevier. 2nd World Conference on Business, Economics and Management (WCBEM 2013), 2013.

PLUG, E.; BERKHOUT, P. **Effects of sexual preferences on earnings in The Netherlands**. *Journal of Population Economics*, v. 17, n. 1, p. 117-131, fev. 2004. 23

RIOS, R. R. **A homossexualidade e a discriminacao por orientacao sexual no direito brasileiro**. *Direito e Democracia*, Canoas, v. 2, n. 2, p. 383-408, ago./dez. 2001.

ROSENTEL, K. & HILL, B.J. **Racial and Socioeconomic Inequity in the Spatial Distribution of LGBTQ Human Services: an Exploratory Analysis of LGBTQ Services in Chicago**. *Sex Res Soc Policy* **17**, 87–103 (2020). <https://doi.org/10.1007/s13178-019-0374-0>

STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Supremo Tribunal Federal, Brasília, 13 de junho de 2019. P.1 Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 26 de dezembro de 2022.

WEICHSELBAUM, D. **Sexual orientation discrimination on hiring**. *Labour Economics*, Maastricht, v. 10, n. 6, p. 629-642, dez. 2003.

WIGHT, Richard G; LEBLANC, Allen J. **Same-Sex Legal Marriage and Psychological Well-Being: Findings From the California Health Interview Survey**. *American Public Health Association*, Chicago, v. 103, n. 2, p. 339-346, fev./2013. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/abs/10.2105/AJPH.2012.301113>. Acesso em: 21 mar. 2022.

WIGHT, Richard G; LEBLANC, Allen J. **A study on the LGBTQ people level education**. *SAGE JOURNALS*, v. 55, n. 4, p. 45-76, jun./2015. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/abs/10.20015/AJPH.2015.45582>. Acesso em: 22 mar. 2022.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: Uma abordagem moderna**. São Paulo: Thomson, 2005.